

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
RONDÔNIA CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE**

**REFORMULAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO SUPERIOR DE
TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA - PRESENCIAL**

PORTO VELHO

2026

REFORMULAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA - PRESENCIAL

Reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, modalidade presencial, apresentado ao Colegiado de Curso pela comissão nomeada pela Portaria nº 1.344/PVZN - CGAB/IFRO, de 3 de julho de 2025, composta pelos membros designados abaixo:

Jonimar da Silva Souza;
Lady Day Pereira de Souza;
Maray del Carmen Silva Rodrigues;
João Batista Teixeira de Aguiar;
Cleonete Martins de Aguiar;
Marcos Aurelio Borchardt;
Artur Virgílio Simpson Martins;
Geliane Dornelles de Moraes;
Joelma Costa Holanda dos Santos;
Regina Santos Oliveira Campos;
Paulo Sergio Passos de Araujo;
Gizele de Melo Viana.

PORTO VELHO

2026

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – DADOS GERAIS DA INSTITUIÇÃO (REITORIA)	6
QUADRO 2 – DADOS GERAIS DO <i>CAMPUS</i>	6
QUADRO 3 – DIRIGENTES DO IFRO	6
QUADRO 4 – DIRIGENTES DO <i>CAMPUS</i>	7
QUADRO 5 – IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	12
QUADRO 6 – RELAÇÃO DE CANDIDATOS INSCRITOS POR VAGA.	14
QUADRO 7 – ESTRUTURA CURRICULAR	36
QUADRO 8 – MATRIZ CURRICULAR	40
QUADRO 9 – DISCIPLINAS OPTATIVAS	42
QUADRO 10 – EQUIVALÊNCIAS	43
QUADRO 11 – REQUISITOS DE FORMAÇÃO POR DISCIPLINA	64
QUADRO 12 – DOCENTES EFETIVOS QUE ATUAM NO CURSO	67
QUADRO 13 – RELAÇÃO ENTRE O QUANTITATIVO DE PROFISSIONAIS E SUA TITULAÇÃO E ÁREA DE FORMAÇÃO	69
QUADRO 14 – EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DOS PROFESSORES FORA DA DOCÊNCIA	70
QUADRO 15 – NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE	74
QUADRO 16 – ESTRUTURA FÍSICA BÁSICA DO <i>CAMPUS</i> PORTO VELHO ZONA NORTE.....	79
QUADRO 17 – RECURSOS DE HIPERMÍDIA PARA USO DOS DOCENTES E DISCENTES	80
QUADRO 18 – EQUIPAMENTOS DE ACESSIBILIDADE	81
QUADRO 19 – ESPECIFICAÇÕES DOS LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA	83
QUADRO 20 – QUANTIDADE DE OBRAS E EXEMPLARES FÍSICOS DISPONÍVEIS NA BIBLIOTECA DO <i>CAMPUS</i>	86

SUMÁRIO

1	IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	6
1.1	DADOS DA INSTITUIÇÃO	6
1.2	DADOS DA UNIDADE DE ENSINO	6
1.3	CORPO DIRIGENTE	6
1.4	HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	7
1.4.1	Histórico do <i>Campus</i> Porto Velho Zona Norte.....	9
1.5	MISSÃO, VISÃO E VALORES DO IFRO	10
2	APRESENTAÇÃO	11
2.1	IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	12
2.2	TOTAL DE VAGAS	12
2.3	JUSTIFICATIVA	12
2.4	PÚBLICO-ALVO.....	15
2.4.1	Formas de ingresso	16
2.5	OBJETIVOS.....	17
2.5.1	Objetivo Geral.....	17
2.5.2	Objetivos Específicos	17
2.6	PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	18
3	ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CURRICULAR	19
3.1	CONCEPÇÃO METODOLÓGICA	19
3.1.1	Estratégias de ensino previstas para o curso.....	21
3.1.2	Transversalidade no currículo.....	24
3.1.3	Estratégias de acompanhamento pedagógico.....	25
3.1.4	Estratégias de flexibilização curricular	26
3.1.5	Estratégias de desenvolvimento de atividades não presenciais	27
3.1.6	Curricularização da extensão	30
3.1.7	Outras atividades previstas para o curso	33
3.2	ESTRUTURA CURRICULAR.....	34
3.2.1	Linhas temáticas interdisciplinar	37
3.2.2	Matriz curricular	39
3.2.3	Quadro de equivalências	43
3.3	AVALIAÇÃO	44
3.3.1	Avaliação dos processos de ensino-aprendizagem	45
3.3.2	Avaliação do curso	46
3.4	PRÁTICA PROFISSIONAL	47
3.4.1	A prática profissional integrada ao currículo	48
3.4.2	Prática profissional supervisionada – estágio e/ou atividade equiparada.....	48
3.4.3	Prática profissional – aproveitamento das atividades profissionais	49
3.4.4	Prática profissional – equiparação de atividades	50
3.5	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	51
3.6	ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	52
3.7	INCLUSÃO E APOIO AO DISCENTE.....	53
3.7.1	A inclusão educacional	53
3.7.2	O apoio ao discente	55
3.8	TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS) NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM	
	58	
3.8.1	Multimeios didáticos.....	58
3.8.2	Recursos de informática.....	59
3.8.3	Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).....	61
3.9	ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO.....	61
3.10	INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	62
3.10.1	Integração com a rede pública e empresas.....	62

3.11	CERTIFICAÇÃO	63
3.11.1	Certificação de conclusão de curso	63
3.11.2	Certificação Diferenciada	63
4	EQUIPE DOCENTE E TUTORIAL PARA O CURSO	64
4.1	REQUISITOS DE FORMAÇÃO	64
4.2	DOCENTES PARA O CURSO	67
4.2.1	Índice de qualificação	68
4.2.2	Experiência profissional do quadro docente	69
4.3	POLÍTICA DE APERFEIÇOAMENTO, QUALIFICAÇÃO E ATUALIZAÇÃO	71
5	GESTÃO ACADÊMICA	72
5.1	COORDENAÇÃO DO CURSO	72
5.2	COLEGIADO DE CURSO	73
5.3	NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE	73
5.4	ASSESSORAMENTO AO CURSO	75
5.4.1	Diretoria de Ensino (DE)	75
5.4.2	Departamento de Extensão (DEPEX)	76
5.4.3	Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (DEPESP)	77
5.4.4	Equipe técnico-pedagógica	77
6	INFRAESTRUTURA	78
6.1	INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS	78
6.1.1	Estrutura física	78
6.1.2	Recursos materiais	80
6.2	INFRAESTRUTURA DE ACESSIBILIDADE ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS	81
6.2.1	Acessibilidade para pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida	82
6.2.2	Acessibilidade para alunos com deficiência visual	82
6.2.3	Acessibilidade para alunos com deficiência auditiva	82
6.3	INFRAESTRUTURA DE INFORMÁTICA	83
6.3.1	Laboratórios	83
6.4	BIBLIOTECA	84
6.4.1	Espaço físico	84
6.4.2	Demonstrativo da relação unidade/quantidade	85
6.5	OUTROS AMBIENTES ESPECÍFICOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM	86
7	EMBASAMENTO LEGAL	88
7.1	DOCUMENTOS DA LEGISLAÇÃO NACIONAL	88
7.2	NORMATIVAS INTERNAS	89
8	REFERÊNCIAS	92
	APÊNDICE: PLANOS DE DISCIPLINA	93

1 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

1.1 DADOS DA INSTITUIÇÃO

Quadro 1 – Dados gerais da instituição (Reitoria)

Nome	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
CNPJ	10.817.343/0001-05
Endereço	Avenida Lauro Sodré, 6500, Censipam – Aeroporto
Cidade/UF/CEP	Porto Velho/RO – CEP 76803-260
Telefone	(69) 2182-9600
E-mail	reitoria@ifro.edu.br

1.2 DADOS DA UNIDADE DE ENSINO

Quadro 2 – Dados gerais do *Campus*

Nome	<i>Campus</i> Porto Velho Zona Norte
CNPJ	10.817.343/0007-92
Endereço	Avenida Governador Jorge Teixeira, 3146, Setor Industrial
Cidade/UF/CEP	Porto Velho/ RO – CEP 76821-002
Telefone	(69) 2182-3801
E-mail	campusportovelhozonanorte@ifro.edu.br

1.3 CORPO DIRIGENTE

Quadro 3 – Dirigentes do IFRO

Reitor	Moisés José Rosa Souza
Pró-Reitor de Ensino	Jean Peixoto Campos
Pró-Reitora de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação	Xênia de Castro Barbosa
Pró-Reitora de Extensão	Erica Patricia Navarro
Pró-Reitor de Administração e Planejamento	Elisandro de Moura Martins
Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional	Mauro Henrique Miranda de Alcântara

Quadro 4 – Dirigentes do *Campus*

Diretor-Geral do <i>Campus</i>	Jeferson Cardoso da Silva
Telefone	(69) 2182-3800
<i>E-mail</i>	dg.pvhzonanorte@ifro.edu.br
Currículo Lattes	http://lattes.cnpq.br/5519783960977817
Diretor de Ensino	Everton Luiz Candido Luiz
Telefone	(69) 2182-3800
<i>E-mail</i>	de.pvhzonanorte@ifro.edu.br
Currículo Lattes	http://lattes.cnpq.br/4682466384090949
Chefe do Departamento de Apoio ao Ensino	Marilândia Martins de Almeida Machado
Telefone	(69) 2182-3800
<i>E-mail</i>	dape.pvhzonanorte@ifro.edu.br
Currículo Lattes	http://lattes.cnpq.br/0227538042963694
Coordenador do curso	Jonimar da Silva Souza
Telefone	(69) 2182-3800
<i>E-mail</i>	gestaopublica.pvhzonanorte@ifro.edu.br
Currículo Lattes	http://lattes.cnpq.br/8622996107812924

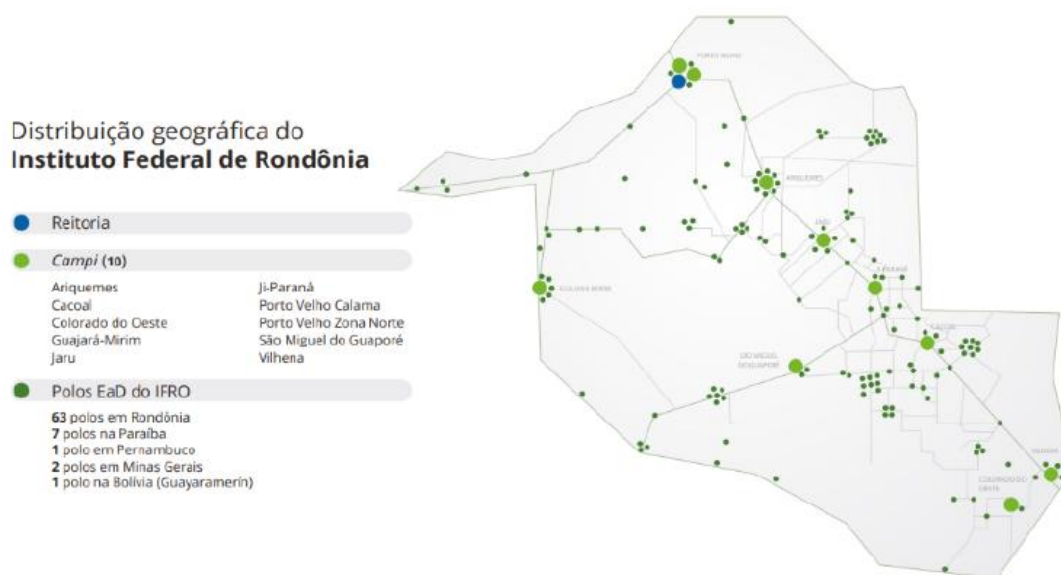
1.4 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), foi instituído pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (Brasil, 2008), que reorganizou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica composta por Escolas Técnicas e Agrotécnicas e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), transformando-os em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Por sua natureza jurídica e pelas avaliações regulatórias a que se submete, o IFRO detém autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar e se equipara às universidades federais. Trata-se de uma instituição pluricurricular e *multicampi*, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes modalidades, que articula ensino, pesquisa e extensão aos setores produtivos regionais e às demandas sociais amazônicas com mecanismos de educação continuada.

Quanto à sua territorialidade, o Instituto Federal de Rondônia está presente em diversos municípios do estado (Figura 1) e oferta educação presencial e a distância por meio de suas unidades: além da Reitoria (unidade administrativa), a rede do IFRO é composta por onze *campi*, 44 polos em parceria com as prefeituras e 12 polos em parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB) no estado de Rondônia, além de 11 polos na Paraíba, um polo em Pernambuco, dois polos em Minas Gerais e um polo internacional em Guayaramerín (Bolívia).

Figura 1 – Distribuição territorial das unidades do IFRO



Fonte: IFRO (2024).

Do ponto de vista histórico, o IFRO resulta da integração da Escola Técnica Federal de Rondônia com a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste. Suas atividades se iniciaram em 2009 e expandiram-se rapidamente. Entre 2010 e 2011, foram autorizadas novas unidades, incluindo o *Campus* Porto Velho Zona Norte que, a partir de 2013, passou a ofertar cursos técnicos e o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública. Nos anos subsequentes, a instituição ampliou a oferta de educação a distância, consolidou parcerias acadêmicas nacionais e internacionais e promoveu a criação e a elevação de *campi* (a exemplo de Jaru e Guajará-Mirim); em 2020, implantou o Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia em Inovação (PROFNIT) no *Campus* Porto Velho Zona Norte e, em 2024, anunciou a expansão com o *Campus* Buritis. Essa trajetória evidencia um processo contínuo de expansão, diversificação da oferta formativa e fortalecimento do papel do IFRO na formação profissional e no desenvolvimento regional.

1.4.1 Histórico do *Campus* Porto Velho Zona Norte

O *Campus* Porto Velho Zona Norte está localizado na Avenida Governador Jorge Teixeira, 3146, Setor Industrial, Porto Velho – RO. Possui atualmente área de implantação de aproximadamente 15 mil metros quadrados e uma área total construída com cerca de 7 mil m². Alinhado ao tripé ensino-pesquisa-extensão e ao compromisso com o desenvolvimento da região amazônica, o *Campus* teve seu funcionamento como *campus* avançado autorizado pela Portaria nº 1.366, de 6 de dezembro de 2010. Em 2011, com equipe estruturada (Direção-Geral, Coordenação-Geral de Ensino e Coordenação de Administração e Planejamento), iniciaram-se as ações de planejamento e implantação, incluindo o diagnóstico dos arranjos produtivos locais – que apontou a preferência pelo eixo Gestão e Negócios (Resolução nº 45/CONSUP/IFRO, de 5 de novembro de 2012).

A educação a distância constituiu o foco inicial; as primeiras ofertas ocorreram no segundo semestre de 2011, em parceria com o Instituto Federal do Paraná (IFPR). Em 2013, tiveram início as turmas presenciais dos cursos Técnico em Finanças, Técnico em Informática para Internet (subsequente) e do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, além das primeiras turmas EaD do próprio *Campus*. Em 2014, o número de polos geridos pelo *Campus* chegou a 19, e foram incorporadas as ofertas do Programa Profucionário.

A partir de 2024, observa-se a ampliação da oferta presencial, com o início dos cursos técnicos integrados ao ensino médio. Em 2025, o portfólio inclui cursos de formação inicial e continuada (FIC), técnicos integrados, graduações tecnológicas e licenciaturas e pós-graduações (especialização e mestrado). Com laboratórios temáticos e estúdios de gravação/transmissão e produção de mídias educacionais, a infraestrutura tecnológica apoia a interiorização da educação, favorecendo acesso, permanência e progressão dos estudantes no mundo do trabalho.

No âmbito da graduação, destaca-se o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, iniciado em 2013, com ingressos regulares anuais desde então. O curso consolidou-se como oferta estratégica do *Campus*, articulando formação teórico-prática, projetos de extensão e pesquisa aplicada e diálogo permanente com órgãos públicos e a realidade amazônica, contribuindo para a qualificação de gestores públicos na região.

Sua criação atendeu à pesquisa de demanda que fundamentou o eixo Gestão e Negócios no *Campus* (Resolução nº 45/2012/CONSUP/IFRO). O diagnóstico revelou um gargalo de qualificação entre profissionais que já atuavam como servidores públicos no estado de

Rondônia – especialmente em Porto Velho, que concentra o maior contingente de servidores – , além de necessidades convergentes em organizações do terceiro setor e em empresas privadas que interagem diretamente com a administração pública (por meio de contratos, parcerias, concessões, regulações). Desse modo, o curso nasceu para responder a demandas reais do território, reduzir assimetrias de formação e fortalecer capacidades institucionais, contribuindo para o fortalecimento institucional e a melhoria da entrega de valor público em Rondônia e na Amazônia.

1.5 MISSÃO, VISÃO E VALORES DO IFRO

O Instituto Federal de Rondônia tem como missão “Promover educação profissional, científica e tecnológica de excelência, por meio da integração entre ensino, pesquisa e extensão, com foco na formação de cidadãos comprometidos com o desenvolvimento humano, econômico, cultural, social e ambiental sustentável” (IFRO, 2024).

Como visão, almeja-se “consolidar a atuação institucional, sendo reconhecida pela sociedade como agente de transformação social, econômica, cultural e ambiental de excelência” (IFRO, 2024).

Os valores norteadores da atuação do IFRO são “Ética, Transparência, Comprometimento, Equidade, Democracia, Respeito, Efetividade e Inclusão” (IFRO, 2024).

2 APRESENTAÇÃO

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) tem como objetivo formar profissionais capacitados para atuar na administração pública com eficiência, ética e inovação. Voltado àqueles que desejam contribuir para o desenvolvimento das políticas públicas e o aprimoramento da gestão governamental, o curso oferece uma formação sólida, que alia teoria e prática, e permite a compreensão ampla do funcionamento das instituições públicas e dos desafios contemporâneos da administração pública.

Este projeto tem como objetivo reformular o projeto pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, considerando os desafios diante das intensas transformações que têm ocorrido na sociedade e no mercado de trabalho. A proposta busca atualizar e adequar a estrutura curricular à realidade do *Campus*, alinhando-se às demandas culturais e sociais dos estudantes. Dessa forma, objetiva-se atender às expectativas e necessidades do público-alvo, fomentar o interesse pelo ensino, pesquisa e extensão e incentivar a continuidade da formação acadêmica.

Com uma abordagem interdisciplinar, o curso está inserido no eixo tecnológico de Gestão e Negócios e pertence à área das Ciências Sociais Aplicadas. Sua matriz curricular é estruturada para desenvolver competências essenciais na gestão pública, como planejamento estratégico, orçamento e finanças públicas, gestão de pessoas, políticas públicas e inovação no setor público. O estudante terá contato com ferramentas modernas de administração, garantindo uma visão crítica e estratégica para tomada de decisões e implementação de soluções eficazes na administração pública.

A formação do tecnólogo em Gestão Pública é essencial para atender às demandas de um setor que busca maior eficiência, transparência e participação social. O profissional egresso estará apto a atuar em diferentes esferas da administração pública – municipal, estadual e federal –, bem como em organizações do terceiro setor e empresas que prestam serviços ao setor público. Além disso, a capacitação adquirida no curso permite que os egressos contribuam para a formulação e implementação de políticas públicas, a avaliação de programas governamentais e o aprimoramento da gestão de recursos públicos.

O curso é ofertado na modalidade presencial, no período noturno, o que facilita o acesso de profissionais que já atuam no setor público e desejam aprimorar seus conhecimentos. Dessa forma, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do IFRO busca não apenas qualificar

profissionais para o setor público, mas também fomentar uma cultura de inovação e eficiência na administração pública. Ao longo da formação, os estudantes são incentivados a desenvolver um olhar crítico e estratégico sobre os desafios da gestão pública, preparando-se para atuar de maneira ética e responsável na construção de uma sociedade mais justa e eficiente.

2.1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Quadro 5 – Identificação do curso

Nome	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública
Modalidade de ensino	Educação Profissional e Tecnológica
Eixo tecnológico	Gestão e Negócios
Área de conhecimento a que pertence	Ciências Sociais Aplicadas
Habilitação	Tecnólogo em Gestão Pública
Carga horária	2.520 Horas Aula / 2.100 Horas Relógio
Modalidade	Presencial
Regime de matrícula	Semestral, por disciplina
Turno de funcionamento	Noturno
Distribuição de vagas	40 vagas anuais
Prazo de integralização do curso	No mínimo cinco e no máximo dez semestres

2.2 TOTAL DE VAGAS

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública oferecerá 40 vagas anuais, de modo a totalizar até 120 vagas ao longo do período mínimo de integralização do curso, que é de cinco semestres.

2.3 JUSTIFICATIVA

Desde a criação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, em 2013, a estrutura curricular foi concebida para formar profissionais aptos a lidar com a complexidade das demandas e desafios da administração pública contemporânea. Considerando as transformações socioeconômicas e institucionais, propôs-se uma formação que priorizasse uma abordagem interdisciplinar, integrando conhecimentos teóricos e práticos voltados à gestão eficiente e inovadora do setor público. Além disso, o curso enfatiza o desenvolvimento de

competências analíticas, técnicas e éticas, fundamentais para a atuação responsável e transparente dos gestores públicos. Dessa forma, o primeiro projeto pedagógico do curso (PPC) orientou-se para que a criatividade e a capacidade de inovação estivessem alinhadas a uma postura crítica e reflexiva, formando profissionais comprometidos com a transformação social pautada por valores democráticos e ambientalmente conscientes.

O último PPC forneceu as bases para a organização acadêmica do curso, estruturando a formação dos alunos ingressantes entre 2016 e 2025. Ao longo desse período, o curso se consolidou como referência, diversificando o perfil de formação e atuação profissional do corpo docente e ampliando suas ações para além do ensino, com um fortalecimento das atividades de extensão e pesquisa. Com isso, abriu-se espaço para novas perspectivas metodológicas, alinhadas às demandas do setor público e às diretrizes institucionais do IFRO.

Passado o momento de estruturação inicial, as experiências pedagógicas acumuladas com as primeiras turmas formadas, somadas aos processos de avaliação institucional e à necessidade de adaptação a novas conjunturas, impulsionaram a reformulação do PPC. A crise sanitária global de 2020-2021 acelerou mudanças significativas no ensino superior, exigindo inovações pedagógicas para enfrentar os desafios impostos pelo ensino remoto e híbrido (Santos, 2022). Essas mudanças abriram novas possibilidades para a formação em Gestão Pública e permitiram a incorporação de metodologias ativas, recursos tecnológicos e estratégias de ensino-aprendizagem mais flexíveis e dinâmicas, sem perder de vista a formação crítica e ética do gestor público.

Além disso, novas demandas sociais passaram a influenciar diretamente a gestão pública e exigiram a inclusão de temas emergentes na formação dos gestores. A crise climática, por exemplo, tornou-se um dos maiores desafios globais, pressionando o setor público a desenvolver políticas sustentáveis que equilibrem crescimento econômico e preservação ambiental (Steinebach et al., 2024). A necessidade de adaptação das cidades às mudanças climáticas, a implementação de políticas de transição energética e a gestão sustentável dos recursos naturais são pautas que se impõem no debate contemporâneo e precisam ser abordadas na formação de profissionais da área.

Paralelamente, a revolução digital e o avanço da inteligência artificial (IA) modificaram profundamente os processos administrativos, aumentaram a eficiência na gestão pública e aprimoraram a capacidade de análise e tomada de decisão (McDonald et al., 2022). Ferramentas de IA, big data e automação já são utilizadas para otimizar processos burocráticos, aumentar a transparência governamental e aprimorar a formulação de políticas públicas baseadas em

evidências. Há uma década, essas tecnologias tinham impacto reduzido na administração pública, mas hoje exercem forte influência nas discussões sobre modernização do setor público e governança digital. Diante desse cenário, é essencial que os futuros gestores públicos compreendam e saibam aplicar essas inovações de forma ética e estratégica (Christensen & Lægheid, 2025).

Atualmente, o curso se destaca por manter uma alta taxa de concorrência nos processos seletivos, consolidando-se como uma das opções mais procuradas nos processos seletivos do IFRO ao longo dos tempos. Mesmo diante da oferta do curso na modalidade de educação a distância (EaD) no mesmo campus a partir de 2020, a versão presencial mantém uma das maiores relações de candidatos por vaga de toda a instituição, evidenciando seu prestígio e relevância regional. O Quadro 6 apresenta esta relação de candidatos inscritos por vaga.

Quadro 6 – Relação de candidatos inscritos por vaga.

Ano	Inscritos no processo seletivo	Vagas disponíveis	Candidatos por vaga	Observações
2025	591	40	14,7	Edital nº 88/2024/REIT - Processo Seletivo 2025/1.
2024	574	40	14,3	Edital nº 32/2023/REIT - Processo Seletivo 2024/1.
2023	755	40	18,8	Edital nº 83/2022/REIT - Processo Seletivo 2023/1.
2022	786	40	19,6	Edital nº 69/2021/REIT - Processo Seletivo 2022/1.
2021	441	40	11,0	Edital nº 44/2021/REIT - Processo Seletivo 2021/2.
2020	804	40	20,1	Edital nº 61/2019/REIT - Processo Seletivo 2020/1.
2019	1456	40	36,4	Edital nº 25/2018/REIT - Processo Seletivo 2019/1.
2018	1259	40	31,4	Edital nº 192/2017/REIT - Processo Seletivo 2018/1.
2017	1201	40	30,0	Edital nº 140/2016/REIT - Processo Seletivo 2017/1.

Sua implantação foi fundamentada em uma tendência de crescimento econômico do estado de Rondônia, impulsionado pela expansão da agricultura, da agropecuária e das obras de infraestrutura (Machado, 2022; Sepog, 2015). Nesse cenário, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública tem atuação direta no município de Porto Velho, capital do estado de Rondônia, e indiretamente sobre todo o estado e o sul do Amazonas. Com uma população estimada em 514.873 habitantes em 2024 (IBGE), Porto Velho representa a maior

economia do estado e concentra um alto contingente de servidores públicos e órgãos governamentais. Essa realidade amplia ainda mais o potencial de atuação profissional dos egressos do curso, garantindo oportunidades em diferentes setores da administração pública.

Além disso, o curso fortalece a verticalização do ensino e possibilita a continuidade dos estudos para egressos dos cursos técnicos integrados e subsequentes em Administração e Finanças ofertados pelo *Campus*. Essa estrutura permite a ampliação da qualificação acadêmica e profissional dos estudantes ao otimizar o uso da infraestrutura, do quadro docente e dos recursos institucionais, conforme indicação da avaliação institucional; além disso, cumpre sua função social conforme estabelecido pela Lei nº 11.892/2008 ao potencializar os investimentos na formação profissional e incentivar a continuidade dos estudos por meio das pós-graduações oferecidas pelo *Campus*.

A crescente complexidade das demandas sociais e o avanço da globalização impulsionaram mudanças significativas na administração pública e exigem gestores capacitados para atuar na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. A evolução do conceito de Nova Gestão Pública reflete a necessidade de modelos de governança eficientes, participativos e transparentes, que promovam inovação, uso de tecnologias de gestão e uma maior interação entre Estado e sociedade (Souza et al., 2019).

Em suma, a reformulação deste PPC se apresenta em um contexto de grande relevância regional, reafirmando a necessidade de atualização constante do curso para acompanhar as novas exigências do setor público e as transformações da sociedade. Este novo documento aprimora estratégias e competências já consolidadas, ao mesmo tempo que reflete a maturidade e a experiência adquiridas pelo colegiado ao longo dos anos. Com isso, o curso segue alinhado às demandas contemporâneas, contribuindo para a formação de profissionais qualificados e socialmente comprometidos com a melhoria da gestão pública no Brasil.

2.4 PÚBLICO-ALVO

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública é destinado a estudantes e profissionais que buscam atuar no setor público, desenvolver competências em gestão de políticas públicas e contribuir para a melhoria da administração nas esferas federal, estadual e municipal. É ideal para quem deseja liderar projetos e promover o desenvolvimento local e regional com ética, inovação e visão estratégica.

O perfil demandado para o estudante é aquele que apresenta a capacidade de trafegar

entre diferentes áreas do conhecimento e associar conteúdos distintos, uma vez que a interdisciplinaridade e a transversalidade entre teoria e prática são necessárias para a interpretação das dinâmicas do ambiente construído e a proposição de projetos e intervenções espaciais. Dessa forma, é recomendável que o ingressante possua uma base sólida adquirida no ensino médio, com habilidades analíticas e compreensão de temas relacionados à administração, política, economia e sociedade.

Além disso, é aconselhável que o estudante tenha interesse em pesquisa científica e tecnológica, bem como disposição para atuar em ações voltadas à sociedade. O engajamento em projetos acadêmicos de extensão e inovação é um diferencial para sua trajetória no curso, ampliando sua capacidade de análise crítica, resolução de problemas e aplicação de conhecimentos na construção de políticas públicas mais eficientes e inclusivas.

2.4.1 Formas de ingresso

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública estará aberto a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e que sejam classificados no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) ou em outra forma de processo seletivo estabelecida pelo IFRO, conforme edital específico da instituição.

Além disso, estudantes poderão ingressar no curso por meio de transferência externa, desde que sejam oriundos de instituições públicas que ofereçam educação profissional, científica e tecnológica compatível com a matriz curricular do curso. Também será possível o ingresso de portadores de diploma de nível superior, conforme estabelecido no Regulamento da Organização Acadêmica (ROA) dos Cursos de Graduação do IFRO. Caso existam vagas remanescentes, pode-se realizar um processo seletivo especial, instituído pelo *Campus*, mediante autorização da Direção-Geral (DG).

O cronograma de seleção e as informações sobre a documentação necessária para inscrição são amplamente divulgados nos sites institucionais e redes sociais do IFRO e do *Campus* Porto Velho Zona Norte.

As políticas afirmativas de ingresso na instituição são asseguradas em conformidade com a legislação vigente, e garantem a reserva de vagas para cotas destinadas a estudantes que cursaram integralmente o ensino médio na rede pública. Também são assegurados percentuais específicos para candidatos cuja renda familiar *per capita* seja igual ou inferior a um salário mínimo. Além disso, parte das vagas é reservada para pretos, pardos, indígenas ou quilombolas

do estado de Rondônia, promovendo equidade e inclusão no acesso ao ensino superior.

Dentro das vagas da ampla concorrência, 10% são concedidos para egressos dos cursos técnicos ofertados pelo IFRO, com respaldo no §3º, art. 5º do Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, e nos arts. 12 e 13 da Portaria Normativa do MEC nº 18, de 11 de outubro de 2012. Por fim, como política de inclusão, há a destinação de 5% das vagas para pessoas com deficiência (PcD), conforme dispõe o Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011.

2.5 OBJETIVOS

2.5.1 Objetivo Geral

Formar profissionais comprometidos com o desenvolvimento socioeconômico e competentes para atuar em instituições públicas, a fim de planejar, implantar e gerenciar programas e projetos de políticas públicas.

2.5.2 Objetivos Específicos

- a) Diagnosticar o cenário político, econômico, social e legal na totalidade da gestão pública;
- b) Desenvolver e aplicar inovações científico-tecnológicas nos processos de gestão pública;
- c) Gerenciar projetos e programas de políticas públicas voltados ao desenvolvimento local e regional;
- d) Aplicar metodologias inovadoras de gestão baseadas nos princípios da administração pública;
- e) Planejar e implantar ações vinculadas à prestação de serviços públicos que se relacionam aos setores e segmentos dos processos de gestão;
- f) Preparar profissionais com conhecimentos sobre as regulamentações legais específicas do segmento público, inclusive para emitir parecer técnico em sua área de formação;
- g) Proporcionar o desenvolvimento do senso crítico em relação às questões ambientais, sociais e econômicas que envolvem os serviços da gestão pública;
- h) Favorecer o desenvolvimento de pesquisas sobre gestão com vistas à qualificação dos profissionais e à melhoria do desempenho das instituições públicas;

- i) Preparar tecnólogos responsáveis com a ética, com a sustentabilidade socioeconômica e com os direitos do homem.

2.6 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O Instituto Federal de Rondônia tem como prioridade a formação de profissionais que se constituam como sujeitos plenos e integrem uma sólida formação humanística e cultural à sua qualificação profissional. O egresso deve possuir competência técnica e tecnológica em sua área de atuação e pautar sua prática em princípios éticos, responsabilidade social e sustentabilidade. Além disso, espera-se que seja capaz de interagir e aprimorar continuamente seus conhecimentos por meio da convivência democrática com diferentes culturas, modos de ser e perspectivas diversas.

O egresso do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública poderá atuar tanto em órgãos públicos quanto em empresas de planejamento, desenvolvimento de projetos, assessoramento técnico e consultoria, em organizações privadas prestadoras de serviço público, em organizações sem fins lucrativos, em institutos e centros de pesquisa e em instituições de ensino, mediante formação requerida pela legislação vigente. O gestor público formado pelo IFRO deve atuar como um cidadão crítico, dinâmico e propositivo, sempre em busca de novos aprendizados e soluções inovadoras para os desafios da administração pública.

De acordo com o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, o egresso do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública estará qualificado para atuar em instituições públicas nas esferas federal, estadual e municipal. Para isso, deve desenvolver as seguintes competências gerais da área profissional:

- Conhecimentos em teorias da administração pública, contabilidade pública, legislação aplicada ao setor público, finanças e orçamento público, licitações e contratos administrativos;
- Capacidade de diagnosticar o cenário político, econômico, social e legal na totalidade da gestão pública e de planejar e implantar ações vinculadas à prestação de serviços públicos que se relacionam aos setores e segmentos dos processos de gestão;
- Capacidade de assegurar a sustentabilidade e o atendimento às normas técnicas;
- Liderança de equipes, habilidade de gerir conflitos e solucionar problemas técnicos.

3 ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CURRICULAR

3.1 CONCEPÇÃO METODOLÓGICA

Os aspectos metodológicos referentes ao processo de ensino-aprendizagem no curso de Gestão Pública têm como ênfase um trabalho pedagógico voltado para o desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes. Nesse contexto, a proposta pedagógica do curso busca favorecer o protagonismo dos estudantes por meio de metodologias ativas, como pesquisa, resolução de problemas, estudos de caso, entre outras estratégias didáticas que poderão ser aplicadas ao longo da formação.

As práticas de ensino desenvolvidas pelos docentes devem considerar as metodologias que estimulem a aprendizagem ativa, promovendo o desenvolvimento integral dos acadêmicos e preparando-os para a inserção no mundo do trabalho. Um aspecto essencial nesse processo é a integração entre teoria e prática, que deve estar presente tanto na atuação do docente quanto nas estratégias de ensino utilizadas. Desde a formulação dos objetivos de aprendizagem nos Planos de Ensino, até a aplicação das estratégias de avaliação, busca-se articular conhecimentos teóricos e práticas que desenvolvam competências e habilidades na formação de profissionais comprometidos com o desenvolvimento socioeconômico, para atuar em instituições públicas.

Nesse sentido, Gomes *et al.* (2006, p. 233) afirmam:

A formulação do conhecimento torna-se uma ocasião de alargamento ativo do aprendizado do aluno, de sua prática, que pode ser predominantemente perceptiva, motora ou reflexiva. Isso poderá ser organizado mediante ações tais como estudo de textos, vídeos, pesquisas, estudo individual, debates, grupos de trabalhos, seminários e práticas nas quais se exercitam as relações que possibilitam identificar, pela avaliação, como se elabora o objeto de conhecimento.

Dessa forma, os procedimentos metodológicos que caracterizam o ensino no curso de Gestão Pública decorrem do paradigma emergente da educação, que valoriza novas formas de apropriação e produção do conhecimento. A formação acadêmica está pautada na articulação entre ensino, pesquisa e extensão e busca não apenas a qualificação profissional, mas também a interação com a realidade local e regional.

O curso prioriza uma abordagem dialógica, fundamentada na interdisciplinaridade, na relação entre teoria e prática e na valorização das experiências dos estudantes. Além disso, as metodologias ativas desempenham um papel central, estimulando a construção do

conhecimento a partir da vivência e do enfrentamento dos desafios concretos da gestão pública.

Para garantir uma aprendizagem significativa e reflexiva, o curso adota práticas pedagógicas inovadoras e diversificadas que promovem a superação da fragmentação do conhecimento e da dicotomia entre teoria e prática. A pesquisa é concebida como princípio educativo, enquanto a extensão se configura como espaço permanente de diálogo com a sociedade.

O curso de Gestão Pública utiliza metodologias variadas de ensino-aprendizagem que permitem aos docentes atender às especificidades de cada componente curricular e às necessidades dos acadêmicos. Entre as estratégias adotadas, destacam-se: aulas dialogadas e/ou expositivas; aulas invertidas e problematização; gamificação; estação de trabalho multidisciplinar; estudos dirigidos a partir da leitura de textos (livros, artigos, reportagens de jornais, entre outros); estudos de caso; aulas práticas (visitas técnicas, aulas de campo) e desenvolvimento de relatórios; seminários; discussões e trabalhos em grupo; desenvolvimento de projetos individuais ou em grupo; dinâmicas para o desenvolvimento de competências e habilidades; utilização de recursos audiovisuais (vídeos, filmes, música) e dramatizações; participação em eventos científicos e eventos organizados pela sociedade civil ou pela administração pública (palestras, encontros, seminários, colóquios, audiências públicas); participação de convidados externos nas aulas; participação em projetos de pesquisa e extensão; utilização de equipamentos de informática com acesso à internet; utilização da plataforma Moodle e suas diversas funcionalidades.

Além dessas estratégias, o curso incentiva o desenvolvimento de trabalhos interdisciplinares e integradores, o que possibilita uma aproximação efetiva entre o aprendizado acadêmico e a realidade organizacional do setor público.

Em relação à inclusão de pessoas com deficiência, o IFRO estabelece em seu Plano de Desenvolvimento Institucional ações que garantam a acessibilidade e a melhoria das condições educacionais de estudantes com diferentes tipos de impedimentos, sejam eles físicos, sensoriais, mentais/intelectuais, múltiplos ou decorrentes de transtornos do neurodesenvolvimento. Essas ações também abrangem estudantes com altas habilidades/superdotação que necessitem de atendimento educacional especializado, recursos pedagógicos, tecnologia assistiva e ambientes adaptados para garantir sua autonomia e mobilidade.

No *Campus* Porto Velho Zona Norte, o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – NAPNE, colabora com os processos de acesso, procedimentos para a permanência e possibilidade de saída com sucesso em cursos de educação

profissional e tecnológica dos estudantes público da educação inclusiva. Para estudantes que necessitem de atendimento especial, seja permanente ou temporário, como aqueles com transtornos globais do desenvolvimento (TGD), transtorno do espectro autista, deficiências ou dificuldades de aprendizagem, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e o NAPNE realizam, após o ingresso do aluno no curso, uma análise detalhada das adaptações necessárias. O atendimento é conduzido caso a caso, garantindo que a metodologia de ensino utilizada atenda às demandas específicas de cada acadêmico.

Por fim, os componentes curriculares do curso integram teoria e prática com atividades presenciais que combinam aulas expositivas, práticas laboratoriais e visitas técnicas, que preparam os estudantes para uma atuação crítica, reflexiva e inovadora na gestão pública.

3.1.1 Estratégias de ensino previstas para o curso

As metodologias propostas no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública visam garantir rigor, solidez e a integração entre conhecimentos teóricos e práticos, de forma a promover a formação tanto do profissional quanto do cidadão. O objetivo central é desenvolver nos alunos a capacidade de “aprender a aprender”, o que envolve quatro dimensões fundamentais: aprender a ser, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a conhecer (Delors, 2010). Dessa forma, busca-se formar profissionais autônomos e críticos, capazes de assegurar a integralidade da atenção e a qualidade e humanização dos serviços prestados à sociedade.

No IFRO, a seleção de metodologias e instrumentos de ensino cabe a cada professor, que deve considerar sua área de atuação e os objetivos de cada componente curricular. O planejamento acadêmico deve garantir o envolvimento dos alunos em atividades individuais e em equipe, assegurando diversidade metodológica e a efetiva construção das competências e habilidades esperadas para os egressos.

Assim, entre as principais atividades previstas no processo de ensino-aprendizagem, constam:

- I. Aula: módulo de atendimento com duração estabelecida na matriz curricular do curso que pode envolver atividades teóricas, práticas ou ambas, realizadas em sala de aula, laboratórios ou espaços alternativos. As aulas devem, sempre que possível, incorporar metodologias participativas e integradoras, como trabalhos em grupo,

resolução de problemas e interdisciplinaridade. Entre as atividades utilizadas em sala de aula, incluem-se leitura e discussão de textos, pesquisas, estudos e trabalhos em grupo (dinâmicas, seminários, debates), análises, visitas técnicas, estudos de caso e elaboração de projetos.

- II. Estágio: prática profissional obrigatória realizada em ambiente adequado para a formação do estudante, com carga horária específica prevista no projeto do curso e em conformidade com as regulamentações vigentes.
- III. Trabalho de conclusão de curso (TCC): componente curricular obrigatório, desenvolvido ao longo dos dois últimos semestres do curso. O TCC envolve a elaboração de um projeto de pesquisa e a apresentação dos resultados em formato de artigo, conforme normas metodológicas e regulamento próprio do IFRO.
- IV. Atividade de extensão: a extensão enquanto processo educativo, cultural e científico deve ser articulada de forma indissociável ao ensino e à pesquisa e promover a interação transformadora entre o IFRO e a sociedade. As atividades de extensão podem ser computadas como carga horária letiva quando envolverem toda a turma e forem aprovadas pela Diretoria de Ensino (DE). Entre as modalidades de extensão, destacam-se:
 - a) Visita técnica: atividade orientada, realizada em ambientes de produção ou serviço relacionados ao curso, que proporciona a aquisição e a transferência de conhecimentos sobre o mundo do trabalho. Para serem computadas como aulas, devem estar previstas no plano de ensino do professor.
 - b) Feiras, seminários, fóruns, congressos, colóquios, eventos esportivos e culturais voltados à área de formação, desde que contribuam para o desenvolvimento dos conteúdos abordados no curso.
 - c) Extensão curricularizada: conforme a Resolução nº 7 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CES/CNE), de 18 de dezembro de 2018, as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% da carga horária total dos cursos de graduação. No curso de Gestão Pública, esse princípio é materializado por meio das disciplinas Práticas Integradoras em Gestão Pública, presentes nos cinco semestres da matriz curricular. Essas práticas possibilitam a articulação entre diversas disciplinas e a devolução de produtos e serviços à sociedade, como projetos sociais e oferta de cursos de curta duração e oficinas para a comunidade externa, além

da realização de eventos na área de formação. A extensão curricularizada também pode ocorrer mediante a atuação de um observatório ou escritório-modelo do curso, quando em funcionamento. Além disso, projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos por docentes e incorporados ao currículo são incentivados.

- V. Atividade de pesquisa científica: atividade complementar realizada pelo aluno sob orientação docente, a partir de um projeto de pesquisa, que pode estar ou não vinculada a programas de fomento. Não pode ser computada como aula, exceto quando planejada como parte de uma disciplina específica.
- VI. Atividades complementares: práticas acadêmicas que reforçam e complementam as atividades de ensino, pesquisa e extensão e enriquecem a formação dos estudantes por meio de experiências diversas. Essas atividades devem contribuir para a ampliação e aplicação dos conhecimentos adquiridos no curso, sem se confundirem com as disciplinas regulares da matriz curricular. A regulamentação vigente do IFRO define as normas específicas para essas atividades.

O modelo pedagógico adotado pelo curso busca assegurar uma formação sólida e integrada, promovendo a construção do conhecimento de maneira crítica e reflexiva. A partir da adoção de metodologias ativas, da interdisciplinaridade e do fortalecimento das relações entre teoria e prática, busca-se preparar os estudantes para atuar de forma ética, inovadora e eficiente na administração pública e na sociedade.

Ademais, a implantação do curso tem como objetivo formar profissionais capacitados para atuar tanto individualmente quanto em equipes multiprofissionais, em diferentes esferas da gestão pública – federal, estadual e municipal –, seja em grandes centros urbanos ou em pequenas localidades. A formação busca assegurar produtividade e qualidade no desempenho profissional, com uma abordagem que valorize a relação entre o ambiente e a qualidade de vida tanto física quanto intelectual da coletividade.

Considerando que o estado de Rondônia está em franco desenvolvimento e que suas estruturas econômicas e sociais também crescem no mesmo sentido, faz-se necessária a continuidade deste curso com o propósito de preparar profissionais mais bem qualificados para atender à demanda por novas e melhores tecnologias requeridas pela administração pública.

3.1.2 Transversalidade no currículo

A articulação do currículo por meio dos temas transversais contribui para uma maior coerência e integração entre as disciplinas e amplia as conexões entre os conteúdos abordados. Essa abordagem se justifica pela possibilidade concreta de superar a fragmentação do conhecimento e promover uma reintegração disciplinar que favoreça um aprendizado mais contextualizado e aplicado.

No projeto pedagógico do curso de Gestão Pública, os temas transversais são definidos como conteúdos ou eixos comuns a diferentes disciplinas dentro do currículo, os quais, portanto, devem ser trabalhados de maneira integrada. Entre os principais temas transversais a serem incorporados ao currículo de um curso, destacam-se: ética, meio ambiente, pluralidade cultural, direitos humanos, saúde, orientação sexual, diversidade, trabalho e consumo. No entanto, dada a realidade da Amazônia, tornam-se essenciais também os debates sobre a proteção dos povos originários, a sustentabilidade na perspectiva socioambiental e a valorização dos saberes tradicionais, fundamentais para a formulação e implementação de políticas públicas mais inclusivas e eficazes.

A inclusão desses temas em todas as disciplinas garante que os estudantes, além de conhecê-los, compreendam como atuar de maneira interdisciplinar e transversal. A organização curricular proposta parte do pressuposto de que a aprendizagem significativa ocorre por meio da relação entre o sujeito e o objeto do conhecimento e de que é necessário criar condições que favoreçam essa interação. Além disso, a incorporação de temas como ética, relações étnico-raciais, meio ambiente e responsabilidade social é fundamental para a construção de projetos acadêmicos alinhados às demandas contemporâneas da sociedade, especialmente no que se refere à conservação da Amazônia e à garantia dos direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais.

No curso de Gestão Pública, optou-se por inserir os temas mais urgentes dentro dos conteúdos de disciplinas estratégicas. Por exemplo, a educação ambiental está presente nas ementas das disciplinas Desenvolvimento Regional e Gestão Socioambiental, com ênfase nos desafios amazônicos – como desmatamento, exploração de recursos naturais e impactos das políticas desenvolvimentistas na região. Os direitos humanos e a diversidade são abordados nas disciplinas Direito Constitucional, Multiculturalismo e Direitos Humanos (optativa), Libras (optativa) e Ciência Política, com destaque para as pautas indígenas, quilombolas e ribeirinhas. Já as relações étnico-raciais afrodescendentes e indígenas são trabalhadas nas disciplinas

Relações Étnico-raciais na Amazônia e Sociologia Geral, que aprofundam as especificidades dos povos originários da Amazônia e as lutas por reconhecimento e autodeterminação.

Além da inserção desses temas no currículo formal, outros aspectos de relevância social, cultural e humanística deverão ser desenvolvidos por meio da participação dos estudantes em seminários, cursos, minicursos, debates, palestras, projetos de pesquisa e extensão, bem como em outros eventos acadêmicos e científicos. Essas atividades poderão ser computadas como horas complementares ao longo do curso, garantindo um processo formativo que não se restringe ao conteúdo programático das disciplinas, mas que amplia a vivência acadêmica e profissional dos discentes.

Dessa forma, a transversalidade dos temas abordados no curso proporciona tanto a reflexão sobre o papel do gestor público na atualidade quanto o aprofundamento de questões de relevância social, política e técnica para a formação acadêmica. A interconexão entre os temas transversais ao longo do curso favorece a coerência curricular e o fortalecimento das relações entre os conteúdos.

Cabe destacar que nem todos os temas transversais puderam ser inseridos diretamente nas disciplinas do curso. No entanto, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) optou por priorizar aqueles de maior urgência, garantindo sua presença em disciplinas estratégicas. Os demais temas continuarão permeando o currículo por meio da participação dos estudantes em atividades acadêmicas complementares, tais como seminários, minicursos, debates, projetos de pesquisa e extensão. Essas atividades serão reconhecidas como parte da formação dos discentes, contribuindo para a integralização das atividades curriculares ao longo do curso.

Por fim, os temas transversais trabalhados ao longo do curso desempenham um papel fundamental na formação do egresso. Além dos saberes técnicos e específicos da área de Gestão Pública, os estudantes desenvolverão competências e habilidades humanísticas, sociais, culturais e ambientais que lhes permitem atuar de maneira ética, crítica e transformadora na sociedade. No contexto amazônico, essa formação torna-se ainda mais relevante, pois possibilita a construção de políticas públicas mais equitativas, que respeitem a diversidade cultural e assegurem os direitos dos povos originários e das comunidades tradicionais.

3.1.3 Estratégias de acompanhamento pedagógico

As estratégias de acompanhamento pedagógico aos estudantes serão implementadas desde o início do período letivo, mas não se limitarão a um simples diagnóstico. Sempre que

for identificado algum desnível em relação aos objetivos de aprendizagem, será necessário aplicar instrumentos de nivelamento a fim de garantir que os discentes tenham condições adequadas para desenvolver-se academicamente.

O curso de Gestão Pública é estruturado com base em um trabalho cooperativo entre docentes, colegiados e setores pedagógico-administrativos. Essa organização favorece a atuação integrada de profissionais com perfis adequados e pertencentes a diferentes áreas e promove uma abordagem mais efetiva no acompanhamento acadêmico dos estudantes.

O docente é a primeira instância do acompanhamento pedagógico. Ao identificar a falta de participação dos estudantes no processo de ensino-aprendizagem, além de orientá-los quanto aos conteúdos dos componentes curriculares, poderá encaminhá-los à Coordenação de Assistência ao Educando (CAED) para que recebam suporte e orientações sobre técnicas e métodos de estudo.

O coordenador do curso representa a segunda instância desse acompanhamento. Caso encontre dificuldades na resolução dos casos encaminhados, deverá buscar apoio junto aos núcleos especializados, como o NAPNE – que conta com uma equipe multidisciplinar capacitada para oferecer acompanhamento pedagógico aos acadêmicos, garantindo um suporte mais inclusivo e adequado às necessidades individuais dos estudantes.

3.1.4 Estratégias de flexibilização curricular

A matriz curricular do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública foi constituída de forma a priorizar a integração entre ciência, tecnologia, cultura e formação profissional, uma vez que, dessa forma, os conteúdos poderão articular-se e ser desenvolvidos por meio de projetos integradores. O curso tem por fim formar cidadãos plenos, comprometidos com o desenvolvimento socioeconômico e competentes para atuar em instituições públicas nas atividades de planejamento, implantação e gerenciamento de programas e projetos de políticas públicas.

Neste projeto de reformulação, a flexibilidade do curso está preconizada especialmente nas disciplinas de Práticas Integradoras em Gestão Pública – em que a ementa direciona o assunto a ser tratado, mas não determina por quais meios isso será feito –, como também em outras disciplinas nas quais o NDE, depois de se certificar da necessidade de uma demanda de conhecimento, fará a sugestão de conteúdos e referências que poderá ser acatada e anuída pelo colegiado do curso.

Além disso, a flexibilização curricular deve ser entendida de forma ampla e irrestrita, uma vez que ela pode ocorrer de várias maneiras. No âmbito deste curso, a flexibilização ocorrerá da seguinte forma:

1. Por meio das disciplinas denominadas “optativas”, que deverão, a seu tempo e a critério do colegiado do curso, atender a certas demandas de formação exigidas, segundo um contexto específico. Dessa forma, este PPC apresenta quatorze ementas de disciplinas optativas que serão ofertadas, conforme demanda e carga horária dos professores, no quarto e no quinto semestres. Além dessas, o colegiado do curso poderá avaliar a oferta de outras que não constem no quadro 9. As disciplinas a serem ofertadas serão definidas no semestre anterior à sua aplicação e aprovadas pelo NDE e pelo colegiado do curso (em consulta aos estudantes).
2. Matriz curricular de disciplinas que não possuem pré-requisitos para serem cursadas.
3. Desenvolvimento de atividades não presenciais com o emprego de tecnologias, inclusive em Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), nos limites estabelecidos na legislação.
4. Desenvolvimento de projetos integradores ou eixos temáticos multi, inter e transdisciplinares que congreguem os conteúdos comuns das disciplinas do curso.
5. Por meio da integralização de 150 horas de atividades complementares, que poderão agregar novos e necessários conhecimentos ao aluno.

3.1.5 Estratégias de desenvolvimento de atividades não presenciais

Historicamente, a regulação da educação superior no Brasil tem passado por sucessivos aperfeiçoamentos normativos, buscando equilibrar qualidade acadêmica, inclusão e inovação tecnológica. Nesse contexto, o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, constituiu marco relevante ao estabelecer diretrizes para o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior no sistema federal de ensino. Ele estabelece as regras para o funcionamento e a autorização de instituições, o reconhecimento de seus cursos, o credenciamento e os procedimentos administrativos relacionados.

Com o avanço das práticas educacionais e as transformações no cenário acadêmico tornou-se necessário atualizar o marco regulatório para assegurar maior segurança jurídica e coerência pedagógica no uso de tecnologias educacionais. Assim, foi promulgado o Decreto nº

12.456, de 19 de maio de 2025, que altera dispositivos do Decreto nº 9.235/2017 e dispõe especificamente sobre a oferta de educação a distância nos cursos de graduação ofertados por instituições de educação superior. Entre os aspectos abordados, destaca-se o disposto no Art. 10, que estabelece diretrizes para a oferta de cursos presenciais com carga horária parcialmente a distância.

Em conformidade com o Art. 10 do referido Decreto, os cursos de graduação presencial deverão ofertar, no mínimo, 70% (setenta por cento) de sua carga horária total por meio de atividades presenciais. E conforme o § 1º A inclusão de carga horária de ensino a distância nos cursos de que trata o caput poderá ser realizada por meio de atividades síncronas e assíncronas, e deverá estar prevista no Projeto Pedagógico do Curso, atender às Diretrizes Curriculares Nacionais e ser comunicada de forma explícita aos estudantes, vedado exceder o limite de 30% (trinta por cento) da carga horária total do curso.

Assim, em conformidade com o estabelecido Decreto nº 12.456/2025, o curso de Gestão Pública, poderá ofertar até 30% da carga horária semipresencial, devendo tais atividades estarem previstas no(s) plano(s) de ensino dos componentes curriculares, bem como registradas no diário de classe. A verificação, desse cumprimento, ficará a cargo do Departamento de Apoio ao Ensino, que fará a conferência dos diários e do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

Os recursos e Infraestrutura para atividades não presenciais serão: Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), plataforma digital que permite a disponibilização de materiais, orientações, fóruns de discussão e entrega de atividades, facilitando a comunicação entre docentes e discentes; Biblioteca Digital, acesso a bases de dados científicas, periódicos especializados, e-books e outros recursos bibliográficos essenciais para o desenvolvimento das atividades de pesquisa; Orientação Docente, sistema de atendimento e orientação que garante o acompanhamento adequado das atividades não presenciais, incluindo horários de atendimento presencial e online.

As metodologias utilizadas nas atividades não presenciais serão adotadas pelos docentes, de acordo com a carga horária, a ementa e os objetivos dos componentes curriculares. Caberá ao professor a responsabilidade de definir as atividades síncronas e assíncronas, bem como a utilização dos recursos disponíveis no AVA – como questionários, vídeos, *podcasts*, laboratórios virtuais, entre outros – a fim de atender a esse requisito.

A incorporação de tais ferramentas e tecnologias permite a aproximação de abordagens pedagógicas contemporâneas como o ensino híbrido, que de forma harmônica e produtiva busca aproveitar a coexistência de momentos presenciais e das atividades realizadas com o auxílio

das tecnologias digitais de informação e comunicação. E, será implementado através das seguintes modalidades, conforme a natureza e os objetivos específicos de cada componente curricular:

- Atividades de Pesquisa e Investigação: Incluem pesquisas bibliográficas, levantamentos de dados, análise de artigos científicos, elaboração de resenhas críticas e desenvolvimento de projetos de iniciação científica.
- Atividades de Aplicação Prática: Compreendem a resolução de listas de exercícios complexos, desenvolvimento de experimentos virtuais, simulações computacionais, análise de fenômenos físicos cotidianos e elaboração de relatórios técnicos.
- Atividades de Produção Acadêmica: Envolvem a elaboração de ensaios, artigos, projetos, portfólios, mapas conceituais, infográficos e outros produtos acadêmicos que demonstram a apropriação dos conteúdos estudados.
- Atividades de Reflexão da administração pública: Incluem a análise de contabilidade pública, legislação aplicada ao setor público, finanças e orçamento público, licitações e contratos administrativos, para sugestões e planejamento de implantações de possíveis prestações de serviços públicos que se relacionam aos setores e segmentos dos processos de gestão, bem como elaboração de pareceres técnicos, com abordagens relacionadas às questões ambientais, sociais e econômicas que envolvem os serviços da gestão pública.
- Atividades de Extensão e Interação Social: Compreendem a participação em projetos de extensão, desenvolvimento de ações educativas para a comunidade, elaboração de materiais de divulgação científica e participação em eventos acadêmicos.

O professor deverá disponibilizar no AVA os seguintes materiais e recursos:

- a) Plano de ensino da disciplina;
- b) Conteúdo programático;
- c) Plano de aula;
- d) Material de autoria própria ou não (fazendo as devidas citações) para estudo/leitura dos estudantes, nomeadamente livros, apostilas e artigos científicos em formato PDF;
- e) Audioaulas e videoaulas, que podem ser de autoria própria ou de terceiros (incluindo as citações pertinentes);
- f) Uso das ferramentas de comunicação disponíveis no AVA, a saber: fórum, chat,

correio eletrônico, avaliações online e gerenciamento de acesso e participação, entre outros.

De acordo com o Regulamento da Organização Acadêmica, as atividades não presenciais com metodologia a distância em Ambiente Virtual de Aprendizagem, em material impresso ou por outros meios, deverão ser devidamente orientadas pelo professor responsável pelo componente curricular. Conforme estabelece o art. 16 do ROA:

Art. 16. Caberá ao professor:

- I. planejar e registrar a utilização das atividades não presenciais, contemplando conteúdos, carga horária, bem como os recursos utilizados e os aspectos avaliativos no plano de ensino;
- II. acompanhar efetivamente as atividades desenvolvidas pelos estudantes durante o período programado;
- III. registrar no diário de classe os conteúdos e a carga horária efetivamente trabalhados, além das observações eventuais decorrentes do processo de atendimento. (IFRO, 2016).

A carga horária ofertada por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem utilizará, além de metodologias propostas para todo o curso, recursos tecnológicos e recursos educacionais abertos, em diferentes suportes de mídia, com vistas ao desenvolvimento da aprendizagem autônoma dos estudantes. Assim, o professor poderá dinamizar a composição do material didático no AVA com a utilização de livros, *e-books*, tutoriais, guias, vídeos, videoaulas, documentários, *podcasts*, revistas e periódicos científicos, conteúdos interativos, jogos, simuladores, programas de computador, aplicativos para celular, apresentações, infográficos e filmes.

No âmbito das ofertas das unidades curriculares, o AVA será utilizado como ponto focal para o gerenciamento das atividades acadêmicas dos estudantes, para acesso dos materiais e recursos das disciplinas e também para realização de atividades que envolvam trabalho colaborativo, pensamento crítico e desenvolvimento de competências necessárias ao exercício profissional. A comprovação das atividades entre os professores e alunos ficará a cargo do Departamento de Apoio ao Ensino.

3.1.6 Curricularização da extensão

As atividades extensionistas do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública atendem à Resolução CES/CNE nº 7/2018 – que define a extensão como intervenções junto às comunidades externas vinculadas à formação discente e determina a destinação de no mínimo

10% da carga horária total do curso às ações extensionistas, que devem fazer parte da matriz curricular.

Alinhado à finalidade do curso de formar profissionais generalistas, críticos, éticos e socialmente sensíveis, o conjunto de ações extensionistas deve desenvolver capacidades de intervenção técnica, crítica e propositiva em múltiplas escalas e contextos, contemplando: pluralidade histórica, artística e cultural; diversidade social, étnico-racial e de gênero; condições econômicas; equilíbrio ambiental; dimensões político-institucionais; e os desafios das transformações tecnológicas.

No contexto amazônico, marcado por infraestrutura desigual, dificuldades de acesso a serviços públicos, demandas ambientais e pela necessária valorização dos saberes dos povos originários e comunidades tradicionais, as ações de extensão devem dialogar com desafios territoriais concretos e propor soluções inovadoras e sustentáveis fundamentadas no conhecimento técnico-científico produzido no curso.

As ações de extensão são regidas por regulamentação institucional específica e configuram-se como ações acadêmicas articuladas ao ensino e à pesquisa, de forma indissociável. Seu principal objetivo é integrar o curso à sociedade e promover iniciativas que contribuam para o desenvolvimento social e ambiental da Amazônia. As atividades extensionistas podem assumir as seguintes modalidades: programas, projetos, cursos e oficinas, eventos e prestação de serviços.

Nesse sentido, as ações de extensão privilegiam:

- a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas da gestão pública na Amazônia, presentes no contexto social;
- a formação cidadã com experiências interdisciplinares e interprofissionais integradas à matriz;
- a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos.

Em cada semestre haverá um componente curricular extensionista sob a responsabilidade de um docente, designado pela Departamento de Apoio ao Ensino, que, em articulação com o colegiado, responderá pela organização, divulgação e acompanhamento dos projetos, garantindo oferta diversificada ao longo da formação. A prioridade recai sobre soluções aderentes às necessidades da comunidade acadêmica e da sociedade amazônica, com foco em governança pública, inclusão social e sustentabilidade.

A extensão é integrada por meio do componente Práticas Integradoras em Gestão Pública, ofertado do primeiro ao quinto semestre, totalizando 260 horas-aula (216 horas-relógio) – o que corresponde a mais 10% da carga horária total do curso e atende plenamente à Resolução CES/CNE nº 7/2018. Os planos de ensino devem explicitar as estratégias e metodologias das atividades. Ressalta-se que não se trata de disciplina teórica, mas de arranjo de práticas extensionistas supervisionadas.

As Práticas Integradoras em Gestão Pública constituem uma atividade interdisciplinar que será desenvolvida por professores e alunos como ferramenta de integração social através de atividades que promovam a interlocução do meio acadêmico e a sociedade. Os projetos integradores deverão ser previamente discutidos e aprovados pelo Colegiado do Curso e executado para a comunidade pelos professores e alunos do semestre sob a coordenação do titular da disciplina Práticas Integradoras em Gestão Pública. Para garantir a integração curricular, no mínimo três componentes do semestre devem compor o projeto, atuando de forma articulada na curricularização da extensão, com foco em resultados públicos, ética e registro institucional.

Essas práticas preparam o estudante para projetos concretos no campo da gestão pública, fortalecendo o planejamento, a articulação institucional, a participação social e a produção de soluções públicas qualificadas. A execução poderá ocorrer por meio de projetos e ações em contextos reais, tais como: (i) Gestão Pública em Pauta, evento de diálogo com a comunidade sobre temas relevantes e de repercussão na administração pública; (ii) projetos sociais (campanhas solidárias e/ou ações comunitárias temáticas, como no período natalino, por exemplo); (iii) Juventude e Cidadania, projeto de extensão em que os acadêmicos realizam atividades formativas em escolas e outros espaços sociais; e (iv) Mapeamento e Modelagem de Processos Administrativos no Setor Público, curso de extensão para capacitação de servidores do estado de Rondônia. Tais experiências já foram desenvolvidas no curso e figuram aqui como exemplos de referência.

Além disso, o curso poderá desenvolver um escritório-modelo em gestão pública, a ser implantado no Centro de Inovação e Tecnologia do *Campus*, como uma estratégia para consolidar práticas extensionistas e integradoras. O escritório-modelo permitirá a elaboração e execução de planos de atividades de curta duração para a comunidade externa, bem como a prestação de serviços a órgãos públicos, organizações sociais e empresas de serviços públicos. Também possibilitará simulações práticas das competências profissionais esperadas, inclusive integrando atividades de estágio supervisionado. Para sua institucionalização, será necessário

que o colegiado do curso elabore um projeto de implantação, a partir do qual serão desenvolvidos os planos e as ações com os discentes.

Por fim, o processo de avaliação das extensões curricularizadas segue um padrão definido, composto por quatro etapas:

1. Notificação aos alunos sobre prazos, especificações e procedimentos de submissão, incluindo o envio do modelo de submissão adequado;
2. Avaliação dos certificados, comparando-os com o quadro-resumo estabelecido para as atividades de extensão curricular;
3. Decisão de deferimento ou indeferimento das horas de extensão, baseada na análise dos documentos apresentados;
4. Encaminhamento à coordenação de curso, por meio do sistema instituído pelo IFRO em vigor, do quadro-resumo juntamente com os documentos comprobatórios para análise e registro oficial.

Essas etapas garantem um processo transparente e eficiente de avaliação das atividades de extensão curricular, contribuindo para a integração dessas experiências ao currículo dos alunos.

Destarte, as atividades curriculares de extensão serão realizadas com base nas diretrizes da extensão universitária, fundamentadas em interdisciplinaridade e interprofissionalidade; interação dialógica; transformação social; e impacto formativo na trajetória acadêmica e humana do estudante. Dessa forma, a extensão será mobilizada como prática educativa integral que promove o desenvolvimento de competências e valores essenciais à atuação no campo da gestão pública.

3.1.7 Outras atividades previstas para o curso

Com o objetivo de implementar o ensino, a pesquisa e a extensão, o IFRO promove eventos que tratam de temas relacionados a esses pilares institucionais para aprimorar ainda mais a atuação do Instituto. São promovidos eventos culturais, sociais, artísticos, científicos, tecnológicos e esportivos, que compreendem ações com a participação das comunidades externa e interna. Os alunos são igualmente estimulados a desenvolver atividades como visitas técnicas, visitas gerenciais, relações interinstitucionais etc. O principal evento de divulgação científica e integração entre servidores e alunos do IFRO é o Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONPEX), em que ocorrem palestras, minicursos, oficinas e apresentações de

trabalhos (de forma oral e por meio de painéis), entre outras atividades.

O *Campus* Porto Velho Zona Norte também promove eventos como a Semana Nacional do Meio Ambiente, a Semana de Eventos Institucionais do Ensino, a Semana de Educação para a Vida e o Gestão Pública em Pauta. Nessas ocasiões, discutem-se temas atuais e relevantes para a área por meio de palestras, mesas-redondas, minicursos e oficinas, além das apresentações de trabalhos desenvolvidos por estudantes e membros da comunidade externa.

3.2 ESTRUTURA CURRICULAR

O currículo deve ser entendido como um espaço de significação que produz identidades sociais. Ao elaborar e organizar uma proposta curricular, parte-se do princípio de que sua construção deve estar alinhada ao modo como o conhecimento é produzido. Nesse sentido, a matriz curricular também se configura como uma forma de diálogo sobre os processos de construção de significados trabalhados nos componentes curriculares do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

A estrutura curricular do curso está fundamentada no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (Brasil, 2024) e na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) –, que remete ao Catálogo em seu art. 42-A, §3º. Além disso, é orientada pelos princípios filosóficos e metodológicos educacionais estabelecidos pela Resolução CNE nº 1, de 5 de janeiro de 2021 – cujos artigos 29 a 31 direcionam a concepção de formação, a estruturação do projeto pedagógico de curso e as bases organizacionais.

Os componentes curriculares foram organizados em cinco dimensões, conforme o quadro 7, a saber:

1. **Componentes de formação básica:** compreendem disciplinas e conteúdos essenciais que constituem o alicerce acadêmico do estudante ingressante, preparando-o para a assimilação de conceitos mais complexos e para sua formação profissional, humanística e complementar nas diversas áreas que compõem o curso.
2. **Componentes de formação complementar:** aprofundam e expandem a base científica adquirida na formação básica, consolidando os fundamentos acadêmicos e preparando o estudante para a análise crítica e propositiva da gestão pública.
3. **Componentes de formação tecnológica:** concentram-se na formação acadêmica e profissional do futuro gestor público, priorizando conhecimentos e habilidades

voltados à aplicação de tecnologias inovadoras no setor público. Os conteúdos dessa dimensão dialogam de maneira transversal, multidisciplinar, transdisciplinar e interdisciplinar com os demais componentes do curso.

4. **Componentes de formação humanística:** buscam promover a valorização do ser humano na gestão pública, humanizando a relação homem-máquina-homem. Os conteúdos dessa dimensão reforçam a importância da igualdade de condições, da isonomia e do respeito à dignidade da pessoa humana, preparando o estudante para atuar com ética e responsabilidade social.
5. **Componentes de formação complementar:** contemplam o estágio curricular supervisionado e as atividades complementares, que permitem ao estudante vivenciar a prática profissional e interagir com diferentes contextos da gestão pública. O trabalho de conclusão de curso (TCC) representa um momento de síntese do aprendizado e possibilita ao discente desenvolver produtos e soluções inovadoras para a gestão pública, promovendo maior eficiência e acessibilidade nas instituições públicas e privadas.

A flexibilidade do curso está prevista no projeto pedagógico de curso e é garantida por disciplinas como Metodologia da Pesquisa Científica, Elaboração de Projetos de Pesquisa e Administração Pública, nas quais o NDE poderá sugerir novos conteúdos e referências conforme as demandas emergentes. Essa flexibilidade também se manifesta na oferta de disciplinas optativas, que permitem ao estudante direcionar sua formação conforme seus interesses e necessidades profissionais.

A interdisciplinaridade será promovida por meio do desenvolvimento de projetos integradores extensionistas, que envolvem múltiplas disciplinas em todos os semestres do curso. Esses projetos serão estruturados de acordo com temas prioritários da gestão pública, especialmente aqueles que refletem desafios regionais e nacionais, a fim de fortalecer a articulação entre teoria e prática.

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública está diretamente conectado a demandas e desafios da administração pública, especialmente no contexto amazônico, onde a gestão de políticas públicas enfrenta obstáculos estruturais, logísticos e sociais significativos. Dessa forma, a matriz curricular foi organizada para garantir que os egressos desenvolvam competências e habilidades para atuar na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas em diferentes realidades.

Quadro 7 – Estrutura curricular

COMPONENTES DE FORMAÇÃO BÁSICA	Metodologia da Pesquisa Científica Comunicação e Linguagem Sociologia Geral Matemática Aplicada à Gestão Pública Informática Aplicada Economia no Setor Público Introdução à Contabilidade
COMPONENTES DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR	Direito Constitucional Redação Oficial Ciência Política Estatística e Indicadores Aplicados à Gestão Pública Inglês Instrumental Língua Brasileira de Sinais Economia Brasileira Gestão de Inovações Tecnológicas Gestão Socioambiental
COMPONENTES DE FORMAÇÃO TECNOLÓGICA EM GESTÃO PÚBLICA	Teorias das Organizações Gestão de Processos e Sistemas Ética na Gestão Pública Direito Administrativo Administração Financeira e Orçamentária Gestão de Projetos Gestão da Regulação Desenvolvimento Regional Políticas Públicas Logística no Setor Público Contabilidade Pública Planejamento e Gestão Estratégica Licitações e Contratos Administrativos Gestão de Pessoas Comportamento Organizacional Governança e Controle na Administração Pública Marketing no Serviço Público Qualidade do Atendimento no Serviço Público Saúde Pública e Políticas de Atenção Básica Planejamento e Gestão em Serviços de Saúde Gestão Tributária Empreendedorismo Governamental Administração Pública
COMPONENTES DE FORMAÇÃO HUMANÍSTICA	Relações Étnico-raciais na Amazônia Multiculturalismo e Direitos Humanos Inclusão Social e Digital Qualidade de Vida do Trabalhador Público
COMPONENTES DE FORMAÇÃO SUPLEMENTAR	Práticas Integradoras em Gestão Pública I Práticas Integradoras em Gestão Pública II Práticas Integradoras em Gestão Pública III Práticas Integradoras em Gestão Pública IV Práticas Integradoras em Gestão Pública V Elaboração de Projeto de Pesquisa Trabalho de Conclusão de Curso Atividades Complementares Estágio Supervisionado

3.2.1 Linhas temáticas interdisciplinar

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do IFRO – *Campus* Porto Velho Zona Norte tem como um de seus pilares a formação humanística, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a Educação Profissional e Tecnológica (Resolução CNE/CP nº 1/2021). A organização curricular do curso busca garantir uma formação articulada entre conhecimentos teóricos, habilidades práticas e técnicas e atitudes éticas, promovendo o desenvolvimento de estratégias essenciais ao exercício da gestão pública no contexto amazônico e nacional.

Para isso, a estrutura da matriz curricular considera uma distribuição de maneira progressiva e o desenvolvimento de linhas temáticas ao longo dos cinco períodos letivos, considerando a complexidade crescente das atividades e a construção gradativa do perfil profissional do egresso. Cada linha articula componentes curriculares do período, integra a Prática Integradora em Gestão Pública e orienta atividades formativas conectadas à realidade amazônica e às diretrizes institucionais do IFRO e do campo de públicas. A seguir, detalhamos a proposta das linhas temáticas adotadas para cada período:

Primeiro período – Fundamentos e ambientação: foco na construção das bases teóricas da administração pública e na ambientação institucional, com o desenvolvimento de habilidades ligadas ao pensamento crítico, à ética, à cidadania e à compreensão do papel do Estado. Disciplinas como Teorias das Organizações, Sociologia Geral, Direito Constitucional e Economia do Setor Público possibilitam uma visão inicial crítica da atuação do Estado e das organizações. Complementarmente, o desenvolvimento de habilidades de linguagem, comunicação, raciocínio lógico e análise contábil, por meio de disciplinas como Comunicação e Linguagem, Matemática Aplicada à Gestão Pública e Introdução à Contabilidade, prepara o estudante para interpretar cenários e construir conhecimento técnico desde o início da graduação. A disciplina Práticas Integradoras em Gestão Pública atua como espaço de articulação entre esses saberes, promovendo a contextualização prática e interdisciplinar por meio de ações extensionistas junto à comunidade.

Segundo período – Procedimentos comportamental e legalidade: desenvolvimento de conhecimentos técnicos voltadas à compreensão de rotinas e processos administrativos, com ênfase em legalidade, normatização, controle e transparência na gestão pública. A formação se concentra em desenvolver estratégias voltadas ao conhecimento da administração pública como

estrutura organizacional, política e jurídica. Disciplinas como Direito Administrativo, Redação Oficial, Ética na Gestão Pública e Gestão de Inovações Tecnológicas favorecem a compreensão dos princípios constitucionais, do funcionamento burocrático e da modernização do setor. A inserção da Ciência Política e da Metodologia da Pesquisa amplia a capacidade reflexiva e analítica, enquanto Comportamento Organizacional e Gestão de Processos e Sistemas preparam o estudante para lidar com equipes, fluxos e estruturas de trabalho institucional. A Prática Integradora II reforça a aplicação articulada dessas competências e habilidades nas atividades de extensão do curso.

Terceiro período – Visão analítica e propositiva: formação voltada à capacidade analítica do gestor público, com foco na leitura crítica de políticas públicas, no uso de dados e evidências e na proposição de soluções inovadoras e sustentáveis para os problemas públicos. O terceiro período marca uma virada importante: espera-se que o estudante desenvolva uma visão crítica e analítica da realidade pública, sendo capaz de compreender políticas públicas, mensurar indicadores e propor soluções sustentáveis. Disciplinas como Políticas Públicas, Administração Financeira e Orçamentária, Gestão de Projetos, Estatística e Indicadores Aplicados à Gestão Pública e Desenvolvimento Regional promovem o domínio de ferramentas técnico-analíticas. O estudante é incentivado a associar teoria e prática para desenvolver a capacidade de formular, planejar e monitorar ações públicas. A Prática Integradora III reforça essa etapa com ações de extensão prática junto a comunidade.

Quarto período – Visão sistêmica da administração pública: abordagem integrada das diversas áreas da gestão, que possibilita ao discente compreender as inter-relações entre planejamento, orçamento, recursos humanos, avaliação e controle institucional. O foco está na gestão de recursos, na regulação e nos processos decisórios. Disciplinas como Planejamento e Gestão Estratégica, Gestão de Pessoas, Licitações e Contratos, Contabilidade Pública e Gestão da Regulação contribuem para que o estudante compreenda os sistemas organizacionais como um todo. A disciplina Elaboração de Projeto de Pesquisa marca o início da construção do trabalho de conclusão de curso. A Prática Integradora IV propõe desafios reais e trabalhos interdisciplinares que exigem visão holística e articulação entre áreas.

Quinto período – Gestão contemporânea e desafios do século XXI: consolidação da formação com foco nas ferramentas exigidas de um gestor público do século XXI, incluindo governança, transformação digital, inovação, sustentabilidade, liderança colaborativa,

inteligência emocional e compromisso com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). O estudante é convidado a refletir sobre os desafios da gestão pública no século XXI, com disciplinas como Teorias da Administração Pública, Gestão Socioambiental, Logística no Setor Público e Governança e Controle na Administração Pública. A inclusão de conteúdos como Relações Étnico-raciais na Amazônia reafirma o compromisso com uma formação cidadã, plural e contextualizada. O ciclo se fecha com a Prática Integradora V e o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), culminando em uma formação crítica, aplicada e comprometida com o interesse público.

A organização curricular por eixos temáticos progressivos visa tornar o processo formativo mais claro, coerente e intencional, permitindo que o estudante compreenda sua trajetória no curso como uma construção contínua de saberes. Essa abordagem valoriza a prática como princípio educativo, a interdisciplinaridade e a formação omnilateral, em sintonia com os referenciais do IFRO, da Rede Federal e das demandas da sociedade amazônica e brasileira.

3.2.2 Matriz curricular

A matriz curricular do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública está estruturada em cinco semestres, de forma a atender aos objetivos do curso e desenvolver as competências essenciais ao perfil profissional do egresso. Além das disciplinas, a matriz prevê atividades acadêmicas, científicas e culturais, bem como o estágio supervisionado, cuja carga horária está incluída no total de horas do curso.

A estrutura curricular foi concebida de maneira integrada e é parte fundamental do projeto pedagógico do curso. Essa organização expressa a proposta institucional de currículo, orienta a sequência semestral das disciplinas e possibilita a integralização do curso no período previsto. A organização das disciplinas busca inter-relacionar, contrastar, complementar e ampliar os saberes, garantindo que os estudantes adquiram uma formação abrangente e articulada.

A matriz curricular do curso apresenta conteúdos programáticos previamente definidos, organizados de maneira a serem estudados de forma interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar, assegurando uma formação que atenda ao perfil do egresso e às demandas contemporâneas da gestão pública.

Quadro 8 – Matriz curricular

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA IFRO — CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE								
Resolução CP/CNE nº 3/2002 – Hora-aula de 50 minutos								
Períodos	Disciplinas	Códigos	Créditos	CH Curric. extensão	CH teórica	CH prática	Horas- aula	Horas- relógio
1º	Teorias das Organizações	TO	4		80	-	80	66,7
	Direito Constitucional	DC	3		60	-	60	50,0
	Matemática Aplicada à Gestão Pública	MAGP	3		60	-	60	50,0
	Sociologia Geral	SOC	2		40	-	40	33,3
	Comunicação e Linguagem	CL	2		40	-	40	33,3
	Introdução à Contabilidade	IC	2		40	-	40	33,3
	Economia do Setor Público	ESP	2		40	-	40	33,3
	Práticas Integradoras em Gestão Pública I	EXT	2	40	-	40	40	33,3
	Subtotal 1		20	40	360	40	400	333,3
2º	Direito Administrativo	DADM	3	-	60	-	60	50,0
	Comportamento Organizacional	CO	3	-	60	-	60	50,0
	Ética na Gestão Pública	EGP	2	-	40	-	40	33,3
	Gestão de Processos e Sistemas	GPS	2	-	40	-	40	33,3
	Metodologia da Pesquisa Científica	MPC	2	-	40	-	40	33,3
	Redação Oficial	RO	2	-	40	-	40	33,3
	Ciência Política	CP	2	-	40	-	40	33,3
	Gestão de Inovações Tecnológicas	GIT	2	-	40	-	40	33,3
	Práticas Integradoras em Gestão Pública II	EXT	2	40	-	40	40	33,3
	Subtotal 2		20	40	360	40	400	333,3
3º	Administração Financeira e Orçamentária	AFO	4	-	80	-	80	66,7

	Gestão de Projetos	GP	4	-	80	-	80	66,7
	Estatística e Indicadores Aplicados à Gestão Pública	EIAGP	3	-	60	-	60	50,0
	Políticas Públicas	PP	4	-	80	-	80	66,7
	Desenvolvimento Regional	DR	3	-	60	-	60	50,0
	Práticas Integradoras em Gestão Pública III	EXT	2	40	-	40	40	33,3
	Subtotal 3		20	40	360	40	400	333,3
4º	Gestão Pessoas	GP	3	-	60	-	60	50,0
	Licitações e Contratos Administrativos	LCA	3	-	60	-	60	50,0
	Planejamento e Gestão Estratégica	PGE	4	-	80	-	80	66,7
	Gestão da Regulação	GR	2	-	40		40	33,3
	Contabilidade Pública	CP	2	-	40	-	40	33,3
	Elaboração de Projeto de Pesquisa	EPP	2	-	10	30	40	33,3
	Optativa I	OPT	2	-	40	-	40	33,3
	Práticas Integradoras em Gestão Pública IV	EXT	2	40	-	40	40	33,3
	Subtotal 4		20	40	330	70	400	333,3
5º	Governança e Controle na Administração Pública	GCAP	3	-	60	-	60	50,0
	Administração Pública	AP	2	-	40	-	40	33,3
	Gestão Socioambiental	GS	3	-	60	-	60	50,0
	Logística no Setor Público	LSP	2	-	40	-	40	33,3
	Relações Étnico-raciais na Amazônia	RERA	2	-	40	-	40	33,3
	Optativa II	OPT	2	-	40	-	40	33,3
	Práticas Integradoras em Gestão Pública V	EXT	5	100	-	100	100	83,3
	Subtotal 5	-	19	100	280	100	380	316,6
Total da carga horária das disciplinas		-	99	260	1.690	290	1.980	1.650

Núcleo complementar	Componentes	Códigos	Créditos	CH Curric. Extensão	CH teórica	CH prática	Horas-Aula	Horas-relógio
	Atividades Complementares	AC	9	-	-	180	180	150
	Trabalho de Conclusão de Curso	TCC	9	-	-	180	180	150
	Estágio Supervisionado	ES	9	-	-	180	180	150
	Subtotal 6	-	27		-	540	540	450
Total		-	126	260	1.690	830	2520	2.100*

* A carga horária total apurada na conversão de hora-aula em hora-relógio foi considerada pela soma global dos tempos de cada componente, tendo em vista que os valores são fracionados e impedem um resultado exato.

Em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais e o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, este PPC busca promover a flexibilização curricular por meio da oferta de disciplinas optativas (quadro 9). Essas disciplinas têm como objetivo capacitar os futuros gestores públicos para a compreensão das relações étnico-raciais, dos direitos humanos e das dinâmicas sociopolíticas da Amazônia, considerando as especificidades da região e a importância da gestão sustentável dos recursos naturais.

Além disso, a formação dos discentes será orientada para a valorização dos saberes dos povos originários e comunidades tradicionais, reconhecendo suas contribuições para a preservação da biodiversidade e o desenvolvimento de práticas sustentáveis. Dessa forma, o curso visa preparar profissionais que possam atuar na elaboração e implementação de políticas públicas inclusivas e ambientalmente responsáveis, promovendo um equilíbrio entre inovação tecnológica, qualidade de vida e sustentabilidade socioambiental na Amazônia.

Quadro 9 – Disciplinas optativas

Disciplinas optativas*	Códigos	CH. extensão	CH teórica	CH prática	Horas-aula	Horas-relógio
Inglês Instrumental	II	-	40	-	40	33,3
Empreendedorismo Governamental	EG	-	40	-	40	33,3
Multiculturalismo e Direitos Humanos	MDH	-	40	-	40	33,3
Língua Brasileira de Sinais	LIBRAS	-	40	-	40	33,3

Economia Brasileira	EB	-	40	-	40	33,3
Qualidade de Vida do Trabalhador Público	QVTP	-	20	20	40	33,3
Qualidade do Atendimento no Serviço Público	QASP	-	40	-	40	33,3
Marketing no Serviço Público	MSP	-	40	-	40	33,3
Informática Aplicada	INFA	-	40	-	40	33,3
Inclusão Social e Digital	ISD	-	40	-	40	33,3
Saúde Pública e Políticas de Atenção Básica	SSPAB	-	40	-	40	33,3
Planejamento e Gestão em Serviços de Saúde	PGSS	-	40	-	40	33,3
Gestão Tributária	GT	-	40	-	40	33,3

* A escolha será por votação democrática, com regras estabelecidas pela Coordenação do Curso. Será ofertada a disciplina que obtiver o maior percentual de escolha pelos alunos matriculados no semestre anterior à oferta da disciplina.

3.2.3 Quadro de equivalências

O quadro 10, a seguir, apresenta as equivalências para os alunos de turmas anteriores que precisarem cursar as disciplinas na forma de dependência:

Quadro 10 – Equivalências

Disciplina (matriz antiga)	Código da disciplina	CH	Disciplina (matriz nova)	Código da disciplina	CH
Fundamentos das Ciências Sociais	FCS	40	Sociologia Geral	SOC	40
Introdução à Economia	IE	40	Economia do Setor Público	ESP	40
Matemática Básica e Aplicada	MBA	60	Matemática Aplicada à Gestão Pública	MAGP	60
Sistema de Informação Gerencial	SIG	40	Gestão de Processos e Sistemas	GPS	40
Procedimentos Administrativos na Gestão Pública	PAGP	60	Gestão de Processos e Sistemas	GPS	40

Matemática Financeira	MF	40	Matemática Aplicada à Gestão Pública	MAGP	60
Fundamentos da Ciência Política	FCP	40	Ciência Política	CP	40
Estatística Aplicada	EA	60	Estatística e Indicadores Aplicados à Gestão Pública	EIAGP	60
Auditoria Pública	AP	60	Governança e Controle na Administração Pública	GCAP	60
Gestão Ambiental e Responsabilidade Social	GARS	40	Gestão Socioambiental	GS	60
Tendências Contemporâneas em Gestão Pública	TCGP	80	Administração Pública	AP	40
Atividade Física e Qualidade de Vida do Trabalhador Público	ATIV	40	Qualidade de Vida do Trabalhador Público	QVTP	40
Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas	MAPP	40	Políticas Públicas	PP	80

3.3 AVALIAÇÃO

As avaliações de desempenho acadêmico poderão ocorrer de forma diagnóstica, formativa e somativa e serão aplicadas na forma do Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos de Graduação (ROA) do IFRO.

A avaliação no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública é vista como um processo contínuo e abrangente, que considera o aluno em sua integralidade e objetiva ser coerente com a ideia de formação de um profissional que tenha a dimensão de seu papel social e a consciência da função social da instituição/empresa em que atua.

Além disso, ao considerar a missão institucional do IFRO e os pressupostos de uma educação pública, gratuita, inclusiva e socialmente referenciada, a avaliação deve estar alinhada aos desafios concretos vividos na Amazônia e às demandas de gestão pública em contextos periféricos e historicamente negligenciados. Isso implica reconhecer que a formação profissional em gestão pública não pode estar dissociada da realidade local, tampouco dos princípios da equidade, da sustentabilidade e da justiça social.

Desse modo, a avaliação de desempenho acadêmico no curso deve contribuir para

consolidar uma prática educativa crítica, que promova a formação de gestores públicos capazes de compreender as complexidades sociais, políticas e culturais de seu território de atuação e de assumir seu papel como agentes de mudança comprometidos com o bem comum.

3.3.1 Avaliação dos processos de ensino-aprendizagem

A avaliação da aprendizagem no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do IFRO é concebida como um processo pedagógico contínuo, formativo e emancipador, que visa identificar, acompanhar e promover o desenvolvimento integral do estudante. Superando uma perspectiva meramente classificatória, a avaliação constitui-se como instrumento fundamental para orientar o planejamento didático, fortalecer as práticas pedagógicas e assegurar a aprendizagem significativa.

A proposta pedagógica do curso prevê uma avaliação contínua e cumulativa que assume, de forma integrada no processo de ensino-aprendizagem, as funções diagnóstica, formativa e somativa. A avaliação deve ser utilizada como princípio para a tomada de consciência das dificuldades, conquistas e possibilidades e funcionar como instrumento colaborador na verificação da aprendizagem, considerando o predomínio dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados obtidos ao longo do processo da aprendizagem sobre eventuais provas finais, conforme previsão na LDB.

Nesse sentido, a avaliação possibilita ao docente diagnosticar os avanços e as dificuldades enfrentadas pelos estudantes ao longo do percurso formativo e permite a tomada de decisões pedagógicas conscientes, baseadas em evidências. A partir dos resultados obtidos, o professor poderá intervir de forma intencional e qualificada, reformular estratégias de ensino e criar condições para a superação de obstáculos à aprendizagem.

A avaliação da aprendizagem será realizada de forma diversificada e sob um olhar reflexivo dos envolvidos no processo; poderá ser feita por meio de provas escritas e/ou orais, trabalhos de pesquisa individuais ou coletivos, atividades investigativas, projetos interdisciplinares, resolução de situações-problema, seminários, exercícios, aulas práticas, autoavaliações, entre outros. Essa diversidade de instrumentos avaliativos utilizados é necessária para que se possa atender às peculiaridades do conhecimento envolvido nos componentes curriculares e às condições individuais e singulares do estudante, oportunizando a expressão de concepções e representações construídas ao longo de suas experiências escolares e de vida.

Em cada componente curricular, o docente deverá oportunizar no mínimo dois instrumentos avaliativos - em que nenhum deles ultrapasse 60% da nota. A recuperação da aprendizagem deverá ser realizada de forma contínua no decorrer do período letivo, com o objetivo de que o acadêmico atinja as competências e habilidades previstas no currículo, conforme normatiza a LDB. Os resultados da avaliação do aproveitamento serão expressos em notas com números inteiros. A nota mínima para aprovação é 60. Caso o acadêmico não atinja a média 60, terá direito ao exame final. A nota para aprovação após exame final é 50, considerando o peso 60 para a nota obtida antes do exame e o peso 40 para a nota da prova do exame, como preconiza o ROA.

3.3.2 Avaliação do curso

A avaliação do curso constitui um processo estratégico e permanente de reflexão crítica sobre a prática educativa, e é fundamental para o aperfeiçoamento contínuo da qualidade da educação superior ofertada. Essa avaliação deve ultrapassar a dimensão meramente administrativa e técnica e assumir um caráter formativo, participativo e dialógico, envolvendo toda a comunidade acadêmica – docentes, discentes, técnicos e gestores – em um exercício coletivo de autorreflexão institucional.

Nesse contexto, a avaliação deve se consolidar como um instrumento de fortalecimento da identidade acadêmica e institucional do IFRO e reafirmar seus princípios formativos e éticos, com destaque para compromissos e responsabilidades sociais que orientam a missão da instituição. Ao articular dimensões pedagógicas, políticas e organizacionais, o processo avaliativo deverá contribuir para a construção de práticas pedagógicas coerentes com a realidade amazônica e com os desafios contemporâneos da gestão pública.

O processo de avaliação do curso é conduzido institucionalmente pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFRO, responsável pela geração de dados e indicadores. À equipe do curso – coordenação, colegiado, Núcleo Docente Estruturante (NDE) e corpo discente – cabem a análise, a interpretação e o uso pedagógico desses dados. Os critérios e procedimentos de avaliação institucional estão definidos em regulamento específico da CPA.

Portanto, o acompanhamento e a avaliação do PPC resultam, principalmente, de um trabalho integrado entre o colegiado de curso, o NDE, a CPA e os demais segmentos institucionais do IFRO que, de posse dos resultados, desenvolvem ações de aperfeiçoamento contínuo do curso com vistas à criação de uma atmosfera propícia ao desenvolvimento social do saber historicamente construído.

Além dos instrumentos internos, são também considerados relevantes para o processo de avaliação do curso os indicadores oriundos das demandas da sociedade, do mercado de trabalho, das avaliações externas realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) – como o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) –, dos resultados do Programa de Autoavaliação Institucional do IFRO e das atividades de pesquisa e extensão desenvolvidas no âmbito do curso.

O processo avaliativo é democrático e garante a participação de todos os segmentos envolvidos como forma de construção de uma identidade coletiva. Especificamente, os instrumentos avaliativos destinados aos discentes são organizados de forma a contemplar aspectos didático-pedagógicos do curso e de cada segmento institucional que lhe sirva de suporte, além, é claro, da avaliação individualizada de cada membro do corpo docente e uma autoavaliação proposta para cada acadêmico. Os resultados das análises do processo devem ser levados ao conhecimento da comunidade acadêmica por meio de comunicação institucional, resguardados os casos que envolverem a necessidade de sigilo ético.

A avaliação do curso, portanto, representa um compromisso com a transparência institucional e a prestação de contas à sociedade e reafirma o papel do IFRO como agente promotor do desenvolvimento regional sustentável, da justiça social e da transformação da realidade amazônica por meio da educação pública, gratuita e de qualidade.

3.4 PRÁTICA PROFISSIONAL

A prática profissional constitui-se de forma intrínseca ao currículo e se relaciona com os fundamentos científicos e tecnológicos, orientada pelo trabalho como princípio educativo e pela pesquisa como princípio pedagógico. Essa concepção possibilita ao educando enfrentar os desafios do desenvolvimento da aprendizagem permanente e articular saberes e práticas de forma contínua e significativa.

Com base na fundamentação do trabalho como princípio educativo na educação profissional e tecnológica (EPT), compreende-se que o processo de ensino-aprendizagem não deve estar dissociado do mundo do trabalho. Isso implica a superação de práticas pedagógicas descoladas da realidade histórica e social e exige um compromisso com a formação integral e contextualizada dos estudantes.

A prática profissional integrada ao currículo tem como finalidade articular os conhecimentos teóricos à aquisição de habilidades e competências requeridas para o exercício

da profissão. Essa prática é desenvolvida em ambientes de aprendizagem apropriados, como laboratórios, oficinas ou espaços similares, sob a orientação de um ou mais docentes. Dessa forma, a prática profissional não deve ser tratada como um complemento ou apêndice do processo formativo, mas sim como uma instância central de articulação entre teoria e prática, com base na resolução de situações concretas do mundo do trabalho.

Para tanto, durante o percurso formativo, é fundamental que sejam planejadas e ofertadas atividades que promovam a integração com o mundo do trabalho, contemplando ações de observação, coparticipação e intervenção na realidade profissional. Tais experiências fortalecem o vínculo do educando com a prática social da profissão e favorecem o desenvolvimento de uma formação crítica, ética e comprometida com a transformação da realidade.

3.4.1 A prática profissional integrada ao currículo

A prática profissional integrada ao currículo tem o propósito de articular os conhecimentos teóricos à aquisição de habilidades e competências para o exercício da profissão e é desenvolvida em ambientes de aprendizagem adequados especialmente para este fim, tais como laboratórios, oficinas, ateliês e outros, sob a orientação de um ou mais docentes.

3.4.2 Prática profissional supervisionada – estágio e/ou atividade equiparada

A prática profissional supervisionada caracteriza-se como conteúdo curricular que fomenta o perfil do formando e consiste numa atividade obrigatória, mas diversificada, tendo em vista a consolidação prévia dos desempenhos profissionais desejados, segundo as peculiaridades do curso. Visa contemplar uma prática profissionalizante de qualidade, vinculada a uma postura crítica diante dos conhecimentos teóricos, assim como a uma postura ética diante do trabalho, tendo por objetivos propiciar ao aluno subsídios para a compreensão da realidade institucional; compreender a inter-relação teoria e prática em condições concretas; e trabalhar em condições reais de planejamento e sistematização.

O estágio supervisionado é um importante elemento que integra educação e trabalho, envolvendo as múltiplas dimensões do eixo tecnológico do curso e das ciências e tecnologias a ele vinculadas. Para tanto, é parte integrante e obrigatória do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública e tem como objetivo promover e articular teoria e prática por meio do tratamento de situações concretas do mundo do trabalho, possibilitando aos educandos o desenvolvimento

dos aspectos técnico-científicos e sociais durante o percurso formativo, em conformidade com a legislação vigente (Resolução nº 11/2023/CONSUP/IFRO).

Todavia, vale ressaltar que o estágio compreende apenas uma das práticas profissionais possíveis – uma vez que conceber a prática profissional intrínseca ao currículo imbrica no planejamento de ações que ofereçam subsídios para que, a partir do segundo semestre, os estudantes tenham condições de coparticipar e intervir sobre a realidade.

Nessa direção, a carga horária do estágio contempla no mínimo 180 horas-aula de duração e é requisito para obtenção do diploma. O estágio supervisionado obrigatório, para vivência da prática profissional em situação real de trabalho, é regido pela Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, por normas específicas definidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e por legislação específica do IFRO.

Por seu caráter implementador de desempenhos profissionais, antes mesmo de se considerar concluído o curso, é necessário que, à proporção que os resultados do estágio forem sendo verificados, interpretados e avaliados, o estagiário esteja consciente do seu atual perfil, naquela fase, para que ele próprio reconheça a necessidade de retificação da aprendizagem nos conteúdos em que revelará equívocos ou insegurança de domínio e da própria reprogramação da prática.

O estágio dará ênfase à mediação teoria/prática, recuperando os procedimentos metodológicos necessários à intervenção profissional na realidade, e deverá ser acompanhado pelo professor orientador da disciplina e pelo professor supervisor de campo. O professor orientador da disciplina deverá aprovar, avaliar e acompanhar a execução do projeto de estágio.

Dessa forma, o estágio curricular terá como objetivos propiciar ao aluno uma experiência profissional supervisionada e possibilitar o desenvolvimento de suas habilidades, seu aprimoramento pessoal e profissional e sua inserção na vida profissional. As atividades de estágio devem estar registradas, bem como as análises e as experiências dos alunos.

3.4.3 Prática profissional – aproveitamento das atividades profissionais

O estudante que exercer atividade profissional correlata ao curso nas condições de empregado, empresário, autônomo, jovem aprendiz ou servidor público poderá solicitar, no momento em que se exige o cumprimento do estágio no respectivo curso e respeitando a legislação vigente, o aproveitamento das atividades profissionais como estágio obrigatório. As normas que regem essas atividades estão dispostas no Regulamento de Estágio do IFRO,

incluindo suas eventuais atualizações.

Em todas as possibilidades de aproveitamento das atividades profissionais, após o deferimento da solicitação pelo setor responsável por acompanhar o estágio, o discente deverá elaborar um relatório detalhado das atividades desenvolvidas, relacionando-as com conhecimentos, habilidades e competências adquiridos ao longo da formação no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

Esse relatório deverá evidenciar a pertinência das atividades profissionais aos componentes curriculares do curso e demonstrar como a experiência contribuiu para a consolidação do perfil profissional do egresso. O relatório será elaborado sob o acompanhamento de um professor orientador vinculado ao curso, designado para essa finalidade. A entrega e a aprovação do relatório final, com parecer do professor orientador, constituem etapas obrigatórias para a efetivação do aproveitamento da atividade como estágio curricular obrigatório.

3.4.4 Prática profissional – equiparação de atividades

No processo de formação, é fundamental que o discente seja preparado para a sua integração ao mundo do trabalho, considerando sua futura atuação como profissional da área de gestão pública. Nesse sentido, poderão ser promovidas atividades por meio de projetos de pesquisa e extensão em instituições públicas, com o objetivo de proporcionar uma formação sólida, articulada às tendências contemporâneas da Nova Gestão Pública, baseada em eficiência, inovação, transparência e responsabilidade social e ambiental.

O estudante que desenvolver atividades de ensino, extensão, extensão tecnológica, monitoria, pesquisa ou iniciação científica e tecnológica poderá solicitar a equiparação da atividade como estágio obrigatório, desde que ela seja compatível com as ações desenvolvidas nos objetivos da formação do curso e as especificidades do perfil do egresso estabelecido neste projeto pedagógico de curso. A equiparação das atividades de ensino, extensão, extensão tecnológica, monitoria, pesquisa ou iniciação científica e tecnológica como estágio obrigatório deverá ser solicitada pelo estudante, via requerimento no sistema vigente, para a coordenação de curso – por meio da apresentação dos seguintes documentos:

- I. Documento comprobatório de institucionalização do projeto no respectivo departamento de ensino, pesquisa ou extensão;
- II. Plano de trabalho, plano de atividades aprovado pelo coordenador do projeto ou

declaração emitida pelo coordenador com todas as atividades desempenhadas na execução do projeto;

- III. Relatório detalhado elaborado pelo discente, no qual deverão ser descritas as atividades desenvolvidas, estabelecendo relação direta com os conhecimentos, habilidades e competências adquiridos ao longo da formação no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

O relatório deverá ser elaborado sob orientação de um professor, preferencialmente o coordenador do projeto, e terá como objetivo evidenciar a contribuição da atividade para o processo formativo e sua aderência aos princípios e finalidades do estágio curricular.

3.5 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O trabalho de conclusão de curso (TCC) é um componente curricular obrigatório e consiste em práticas a serem desenvolvidas pelos discentes sob a orientação de um professor vinculado ao curso. O processo envolve a elaboração de um projeto de pesquisa, a execução da investigação e a produção de um texto científico que deve ser apresentado e defendido perante uma banca examinadora. As normas que regem essas atividades estão dispostas no Regulamento dos Trabalhos de Conclusão de Curso de Graduação do IFRO, incluindo suas eventuais atualizações (Resolução nº 28/REIT-CONSUP/ 2025).

As atividades relacionadas ao TCC iniciam-se com a oferta da disciplina Elaboração de Projeto de Pesquisa, preferencialmente a partir do penúltimo semestre do curso, conforme o planejamento curricular vigente. A elaboração e a defesa do TCC constituem requisitos parciais para a obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública, sendo indispensáveis para a certificação final do estudante, em conformidade com as normativas institucionais.

Os projetos de TCC que envolvam pesquisa com seres humanos poderão estar sujeitos à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa do IFRO (CEP/IFRO), observando-se as normas éticas nacionais e institucionais aplicáveis à pesquisa científica.

O TCC representa um instrumento de avaliação integradora, por meio do qual se evidencia o domínio dos conhecimentos teóricos e práticos essenciais da área, bem como a capacidade de análise crítica e resolução de problemas complexos da gestão pública. Seu objetivo principal é avaliar as competências adquiridas ao longo do curso, alinhadas às atribuições profissionais e à responsabilidade técnica e social esperadas do egresso.

Nos casos de estudantes com deficiência, como surdez, cegueira ou outras condições que impossibilitem a produção escrita do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), deverá ser

considerada, para fins de integralização curricular, a apresentação de um produto equivalente à escrita, devidamente justificado e aprovado pelo colegiado, conforme previsto no Art. 4º, inciso IV, do Regulamento dos Trabalhos de Conclusão de Curso de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO). A obrigatoriedade da apresentação oral, conforme o Parágrafo único do Art. 8º, também poderá ser flexibilizada nesses casos, respeitando as especificidades de cada estudante e garantindo o direito à acessibilidade e à conclusão do curso em condições de equidade.

As normativas relacionadas ao TCC devem observar, prioritariamente, as diretrizes do Regulamento dos Trabalhos de Conclusão de Curso de Graduação do IFRO em vigência, assegurando a coerência com os princípios pedagógicos institucionais e com a legislação educacional vigente. Devido às especificidades do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, a coordenação do curso poderá, em consonância com o regulamento institucional, estabelecer procedimentos complementares que garantam a efetividade do processo formativo e a qualidade dos trabalhos desenvolvidos.

3.6 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares, por seu turno, visam possibilitar o reconhecimento, por avaliação, de habilidades e competências adquiridas pelos discentes, inclusive fora do ambiente escolar. Trata-se de uma oportunidade de ampliação do currículo por meio de experiências acadêmicas, culturais, profissionais e sociais, desenvolvidas interna ou externamente ao curso, sem se confundir com o estágio curricular supervisionado.

A flexibilidade do curso permite a abertura de espaços para a construção integrada de saberes e competências, o que justifica a incorporação das atividades complementares à matriz curricular. Essas atividades visam estimular o desenvolvimento de estudos independentes, transversais, opcionais e interdisciplinares, promovendo a atualização profissional contínua e conectada com as transformações do mundo do trabalho. São, portanto, componentes curriculares enriquecedores e formadores do perfil do egresso, especialmente ao integrarem as peculiaridades regionais e culturais ao processo formativo.

A competência profissional do egresso deve resultar da articulação de múltiplas dimensões formativas, e não se limita à dimensão científica. Incluem-se aí as competências crítica, técnica, relacional, prática e humanística, que envolvem o desenvolvimento do interesse e da sensibilidade para com os aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos da comunidade onde o profissional estará inserido. Assim, as atividades complementares

contribuem significativamente para consolidar essa formação integral ao fomentar a relação entre teoria e prática, em articulação com as atividades curriculares obrigatórias.

Essas atividades compreendem um conjunto de práticas de extensão, participação e/ou execução de projetos e eventos realizados dentro e/ou fora da instituição de ensino que promovam o aprimoramento da formação acadêmica. São obrigatórias para a conclusão do curso e para a colação de grau, e sua comprovação dar-se-á mediante a apresentação de certificados ou declarações emitidos pelas instituições responsáveis contendo a carga horária e a descrição das atividades desenvolvidas.

As atividades complementares poderão ser realizadas presencialmente ou a distância, em qualquer momento a partir da matrícula do acadêmico, conforme as disposições previstas na legislação vigente do IFRO. A gestão, o acompanhamento e a validação dessas atividades serão de responsabilidade do coordenador do curso, que atuará de acordo com o regulamento específico elaborado para essa finalidade.

3.7 INCLUSÃO E APOIO AO DISCENTE

O apoio ao discente no âmbito do Instituto Federal de Rondônia é oferecido de forma diversificada, por diferentes setores e conforme as necessidades específicas de cada estudante. Esse suporte visa garantir melhores condições para o desenvolvimento acadêmico, pessoal e profissional dos alunos ao longo de sua trajetória na instituição.

3.7.1 A inclusão educacional

A inclusão educacional consiste na ideia de não fazer distinção das pessoas em função de suas diferenças individuais, sejam elas orgânicas, sociais ou culturais. Logo, é importante evidenciar a abrangência da inclusão educacional atualmente quando se olha pela perspectiva da diversidade. A educação é direito tanto das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades quanto de outros grupos que, por muito tempo, foram excluídos – como indígenas, quilombolas e outros em situação de vulnerabilidade (Teixeira et al., 2021), conforme previsão na Constituição Federal (Brasil, 1988).

Os estudantes, público da educação inclusiva, contarão com o serviço de apoio do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), sendo eles os contemplados pela LDB e pelo Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011; pela Lei nº 14.254, de 30 de novembro de 2021; e pela Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de

2012, cujas necessidades educacionais se originam em função de:

- Deficiência, caracterizada por impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem restringir a participação plena e efetiva das pessoas na escola e na sociedade;
- Altas habilidades/superdotação, caracterizada por potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes;
- Transtornos globais do desenvolvimento, caracterizados por alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação e um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo (transtorno do espectro autista e psicose infantil);
- Transtornos funcionais específicos, como dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade, entre outros;
- Transtornos hipercinéticos.

O NAPNE é um núcleo de promoção de ações educacionais, a partir do respeito às diferenças e à igualdade de oportunidades, que visem à superação das barreiras atitudinais, arquitetônicas, comunicacionais e de informação, tecnológicas, sistêmicas e educacionais. O NAPNE tem por finalidade colaborar com os processos de acesso, procedimentos para a permanência e possibilidade de saída com sucesso em cursos de educação profissional e tecnológica dos estudantes com necessidades educacionais específicas.

Diante desses aspectos, o Núcleo contribui apoiando e desenvolvendo ações e projetos que em parceria com a comunidade escolar e externa, disseminam a valorização e o respeito às diferenças. Deste modo, dentre as atividades desenvolvidas, destacam-se: assessorias pedagógicas relacionadas à acessibilidade para estudantes com necessidades específicas; atendimento individual aos docentes para a elaboração Plano Educacional Individualizado (PEI) dos estudantes; atendimento de orientação aos docentes nas atividades didático-metodológicas e avaliativas no atendimento aos estudantes com necessidades educacionais específicas; aquisição de recursos pedagógicos específicos para o trabalho com estudantes com necessidades específicas; oficinas de Libras; realização de palestras; oficinas pedagógicas, seminários; projetos de ensino e extensão, tais como: Curso na plataforma MOOC; Norte de Libras | Sinalário - 1ª e 2ª Edição; Setembro Verde: Fortalecendo Práticas Inclusivas no IFRO, dentre outros.

Assim como, ações para a superação de barreiras arquitetônicas, atitudinais e

pedagógicas, a criação e aplicação de estratégias para a garantia da educação inclusiva e a articulação com órgãos públicos, empresas privadas, grupos comunitários, organizações não governamentais e outros grupos ou pessoas que possam atuar em favor da inclusão.

O setor também organiza encontros para escuta e orientação diretamente com os discentes e, em certos casos, podem envolver a família ou indivíduos da rede de apoio desses estudantes, de modo a mediar as dificuldades identificadas em conjunto com outros servidores do processo educacional.

Neste contexto, o NAPNE auxilia a equipe do ensino na identificação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos hiperkinéticos, dislexia e altas habilidades/ superdotação no *campus* e comunica às coordenações de cursos e os docentes sobre a presença e as especificidades desses estudantes, e pode fornecer aos professores um plano educacional individualizado (PEI) que contém informações como limitações ou condições especiais do aluno, ações, equipamentos e metodologias inclusivas, histórico e profissionais que o acompanham. O NAPNE também auxilia os docentes na elaboração do plano de ensino com ajustes metodológicos, avaliativos e de ensino particularizados para esses estudantes, além de ofertar formação continuada.

O NAPNE ainda organiza reuniões periódicas de acompanhamento para identificar as dificuldades no processo de ensino-aprendizagem e reformular junto aos docentes as estratégias de adaptação curricular, avaliação diferenciada e integração social dos estudantes no ambiente acadêmico. Esse acompanhamento acontece, portanto, de forma presencial, mas também virtual, havendo comunicação dentro do sistema institucional para registro no diário de classe dos docentes em uma aba específica para o NAPNE – de modo que as observações e os problemas relatados pelos professores em seu diário possam também ser acompanhados pelo setor especializado.

Por fim, caso o estudante necessite de outro espaço seguro para auxiliar em suas dificuldades, relatar insatisfações ou propor melhorias, a Ouvidoria recebe dúvidas, reclamações e sugestões.

3.7.2 O apoio ao discente

As diretrizes estabelecidas nos regulamentos e legislações do IFRO determinam que os discentes devem ter apoio pedagógico, assistência para as suas necessidades especiais nos âmbitos de ensino, pesquisa e extensão e também auxílio psicológico e social, visando à promoção da saúde e à inclusão social. Assim, há vários departamentos com atribuições de

apoio geral e especializado ao estudante.

A Coordenação de Assistência ao Educando realiza a promoção de editais e programas de assistência estudantil em conformidade com o que preconiza o Programa Nacional de Assistência Estudantil – Decreto nº 7.234/2010/PNAES e a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituída pela Lei Federal nº 14.914/2024.

O IFRO presta apoio aos discentes por meio de diversos setores, de acordo com a necessidade de cada aluno. Para questões administrativas e gerais, os estudantes podem contar com o atendimento direto na Secretaria Acadêmica. Além disso, o coordenador do curso fica disponível para prestar apoio, em horários pré-determinados e divulgados publicamente.

Para potencializar o aprendizado dos conteúdos das aulas, os docentes regularmente ofertam projetos de ensino que buscam desde fornecer atividades de monitoria e reforço até desenvolver atividades integradoras entre diferentes disciplinas. Além disso, todas as disciplinas contam com horário de atendimento extraclasse, de maneira que os estudantes podem sanar dúvidas e ser assessorados no desenvolvimento de suas atividades fora do horário de aula.

A Coordenação de Assistência ao Educando (CAED) é responsável pela comunicação direta com o aluno em relação aos seus direitos e deveres. O setor fornece informações sobre regulamentos e editais concernentes aos discentes e oferece orientações aos alunos quanto às posturas e ações de conduta ética, bem como sobre outras dimensões e princípios voltados ao bom desenvolvimento dos estudos e da integração social no ambiente acadêmico; orienta, ainda, sobre frequência escolar, justificativa de faltas, segunda chamada, atendimento domiciliar em caso de atestado com duração superior a 15 dias, entre outros assuntos previstos no Regulamento de Organização Acadêmica (ROA). Além disso, presta serviços de orientação ao bem-estar físico e mental dos estudantes com atuação do profissional enfermeiro e do psicólogo educacional.

Um dos principais objetivos da psicologia educacional é auxiliar o desenvolvimento dos discentes. As competências do psicólogo vão ao encontro da prevenção, especialmente na melhoria da adaptação e na promoção do bem-estar e da excelência acadêmica. As atribuições deste profissional incluem intervenções em relação às necessidades educacionais dos alunos; orientação, aconselhamento profissional e vocacional; ações preventivas; e intervenções socioeducativas para a construção de um ambiente educacional positivo e integrador. O psicólogo é fundamental para orientar estudantes e professores sobre temas relevantes no cenário educacional e desempenha papel importante na percepção de necessidades especiais no

aprendizado, contribuindo para a melhora no rendimento escolar. Quando necessário, faz o encaminhamento do discente para outros prestadores de serviços psicológicos e psiquiátricos na rede pública.

A CAED também é responsável por gerenciar políticas necessárias para que a educação realize sua função de justiça social, ou seja, como ferramenta transformadora da realidade. A consecução desse objetivo demanda das instituições de ensino uma estrutura sólida de apoio ao educando, visando mitigar desigualdades no ambiente acadêmico – com especial atenção aos grupos sociais mais vulneráveis e aqueles contemplados pelas políticas afirmativas de ingresso. Nesse sentido, o IFRO oferta programas de assistência estudantil que contribuem para melhorar as condições de permanência e êxito estudantil, colaborando para uma formação socialmente mais justa e para a redução das taxas de retenção e evasão.

Assim, há atividades voltadas ao atendimento universal e outras de atendimento exclusivo aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. De acordo com o Regulamento dos Programas de Assistência Estudantil (REPAE), os programas e ações de atendimento universal são destinados a todos os estudantes regularmente matriculados, com o objetivo de contribuir com ações de atendimento às necessidades educacionais, biopsicossociais e de incentivo à formação acadêmica, visando ao desenvolvimento integral dos mesmos no processo educativo (Resolução nº 38/REIT/2025).

No que tange às ações voltadas aos grupos de atendimento socioeconômico, estas contemplam estudantes com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo na forma de auxílios financeiros. São exemplos desta política o Programa de Auxílio à Permanência (PROAP) – que ampara financeiramente as necessidades de alimentação, transporte e material didático –, o Programa de Auxílio à Moradia (PROMORE) – que auxilia aqueles estudantes que moram em outros municípios ou em áreas rurais do mesmo município em que estudam – e o Programa de Auxílio Complementar – de assistência a alunos em situação de vulnerabilidade extrema que necessitem ainda de outros aportes financeiros.

Essas políticas de apoio ao discente assumem papel fundamental na consolidação de uma formação acadêmica de qualidade, equitativa e inclusiva. Ao promover condições concretas para a permanência e o êxito dos estudantes, especialmente daqueles em situação de vulnerabilidade social, tais ações reafirmam o compromisso institucional do IFRO com a democratização do acesso à educação e com a justiça social. Além de mitigar desigualdades históricas, essas políticas fortalecem o desenvolvimento integral dos estudantes e contribuem para a formação de cidadãos críticos, éticos e comprometidos com a transformação da realidade

em que estão inseridos.

3.8 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICs) NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

O *Campus* Porto Velho Zona Norte dispõe de um conjunto de recursos de informática disponíveis para a comunidade acadêmica. Os equipamentos estão localizados, principalmente, em instalações administrativas como biblioteca, laboratórios de informática, laboratórios específicos, salas de professores e salas de coordenação. O *Campus* disponibiliza aos alunos laboratórios de informática equipados com computadores, todos com acesso à internet; além disso, incorpora de maneira crescente os avanços tecnológicos às atividades acadêmicas. Em todas as dependências comuns da instituição, o serviço de acesso à rede sem fio (Wi-Fi) está disponível, o que garante conectividade contínua aos estudantes e servidores.

O *Campus* tem incorporado de forma progressiva os avanços tecnológicos ao cotidiano acadêmico, incentivando o corpo docente a utilizar recursos digitais como ferramentas de inovação pedagógica. Entre os recursos disponíveis, destacam-se o Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), que permite aos discentes acompanhar notas, frequência e atividades; a Biblioteca Digital “Minha Biblioteca”; o Repositório Institucional do IFRO; e o aplicativo IFRO Mobile.

As tecnologias de informação e comunicação (TICs) implantadas no processo de ensino-aprendizagem e previstas no projeto pedagógico do curso incluem, especialmente, o uso da imagem e a informática como elementos principais.

Além disso, os docentes são orientados a desenvolver atividades pedagógicas que estimulem os estudantes a utilizar ferramentas de busca acadêmica, como Periódicos CAPES, Google Acadêmico, SciELO, Domínio Público e Portal ABNT Coleções, entre outros bancos de dados, para a elaboração de trabalhos autorais fundamentados em referências qualificadas.

3.8.1 Multimeios didáticos

O IFRO estimula a utilização de multimeios didáticos como estratégia de enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem, promovendo a incorporação de diferentes tecnologias educacionais aos conteúdos ministrados. O uso de recursos como televisores, *datashow*, vídeos, animações, áudios, simulações, *e-books*, *slides* interativos, *softwares* educativos e jogos pedagógicos tem se consolidado como prática pedagógica relevante na promoção do engajamento discente e da compreensão de temas complexos.

Tais recursos são fundamentais no contexto do curso de Gestão Pública, pois auxiliam na compreensão de conceitos abstratos, na simulação de cenários administrativos, na análise de projetos e políticas públicas e no desenvolvimento de propostas inovadoras voltadas ao setor público.

Além de contribuir para o aprendizado significativo, os multimeios favorecem a inclusão, o atendimento a estudantes com necessidades específicas e a superação das limitações físicas, espaciais e cognitivas que possam interferir no processo de ensino-aprendizagem.

O uso pedagógico desses recursos atende aos seguintes propósitos:

- a) Introdução ou aprofundamento de temáticas;
- b) Estímulo à atenção e ao interesse dos alunos;
- c) Fixação de conceitos e ideias;
- d) Ampliação da participação discente;
- e) Superação do verbalismo;
- f) Atendimento às necessidades educacionais específicas;
- g) Superação de limitações físicas e contextuais no ambiente de aprendizagem.

Em um mundo cada vez mais digitalizado, os multimeios didáticos oferecem oportunidades valiosas para ampliar o acesso ao conhecimento e promover uma educação mais acessível e inclusiva na gestão pública.

3.8.2 Recursos de informática

O uso dos recursos de informática ocorre ao longo de todo o processo de ensino-aprendizagem, de acordo com a necessidade de cada ação envolvida. O IFRO dispõe de um conjunto de recursos de informática disponíveis para a comunidade acadêmica. Os equipamentos estão localizados, principalmente, nas instalações administrativas – como bibliotecas, laboratórios de informática, laboratórios específicos, salas de professores e salas de coordenação. O *Campus* disponibiliza aos alunos laboratórios de informática equipados com computadores, todos com acesso à internet; além disso, incorpora de maneira crescente os avanços tecnológicos às atividades acadêmicas. Todas as dependências contam com serviço de *wireless* disponível aos estudantes.

Nos microcomputadores e *softwares* disponibilizados pela instituição para o curso, são utilizados:

- A internet, como ferramenta de busca e consulta para trabalhos acadêmicos e em

projetos de aprendizagem. Sua utilização permite superar as barreiras físicas e o acesso limitado aos recursos de informação existentes;

- A comunicação por *e-mail*, já consagrada institucionalmente. Por meio de mensagens, alunos e professores trocam informações sobre trabalhos e provas e enviam arquivos e correções uns para os outros;
- Os pacotes de aplicativos – que incluem processadores de textos, planilhas eletrônicas, apresentação de *slides* e gerenciador de bancos de dados – são frequentemente utilizados pelos docentes na instituição para preparar aulas e elaborar provas, e pelos alunos, nos laboratórios de informática e na biblioteca, como extensão da sala de aula. O processador de textos facilita ao aluno novas formas de apropriação da escrita, em que o reescrever é parte do processo de escrever. As planilhas permitem lidar com dados numéricos em diversos componentes curriculares; além de cálculos numéricos, financeiros e estatísticos, as planilhas também possuem recursos de geração de gráficos, que podem ser usados tanto para a percepção dos valores nelas embutidos quanto para sua exportação e uso em processadores de texto, *slides* ou *blogs*;
- A biblioteca digital Minha Biblioteca, que oferece um catálogo multidisciplinar e atualizado, disponível para consulta, com as principais editoras acadêmicas reconhecidas pelo Ministério da Educação;
- A coleção completa das Normas Técnicas Brasileiras (NBRs) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), disponível para consulta;
- O Repositório Institucional do IFRO, espaço que tem por finalidade reunir, organizar, disponibilizar em acesso aberto, dar visibilidade e preservar as produções científicas desenvolvidas no âmbito do IFRO, bem como preservar a memória institucional através do agrupamento de produções técnico-científicas em meio digital;
- O nivelamento em disciplinas básicas e os cursos de extensão e integralização de carga horária, *online*, por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), utilizando o *Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment* (Moodle);
- Demais ferramentas, de acordo com o previsto nos planos de ensino de cada disciplina.

A integração entre as ferramentas digitais e os objetivos pedagógicos do curso busca promover autonomia, protagonismo discente e inovação pedagógica, além de contribuir para a democratização do acesso ao conhecimento.

3.8.3 Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)

O IFRO utiliza o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da plataforma Moodle em apoio aos processos de ensino-aprendizagem. Através do AVA, estudantes e docentes podem interagir de forma remota. No ambiente, é possível disponibilizar materiais didático-pedagógicos, como áudios, vídeos, apostilas, entre outros, além de desenvolver atividades como questionários e fóruns.

Esse ambiente digital tem como objetivo central ampliar o acesso ao conhecimento, facilitar o acompanhamento individualizado do progresso dos estudantes e gerar relatórios de desempenho, o que permite intervenções pedagógicas mais eficazes e personalizadas. Com isso, é possível trabalhar de forma assertiva diante de possíveis problemas que possam ocorrer, garantindo a eficácia do processo de ensino-aprendizagem.

Dessa forma, o AVA congrega materiais, recursos e tecnologias apropriadas que permitem desenvolver a cooperação entre discentes e docentes, a reflexão sobre o conteúdo das disciplinas e a acessibilidade metodológica, instrumental e comunicacional. Através dele, é possível realizar atividades não presenciais, conforme a necessidade de cada curso, e promover uma educação alinhada às exigências da contemporaneidade e às diretrizes do ensino superior público federal.

3.9 ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO

O *Campus* Porto Velho Zona Norte do IFRO concebe o acompanhamento de egressos como uma ação que visa ao planejamento para a revisão das políticas de ensino, pesquisa e extensão da instituição, a partir da avaliação da qualidade da formação ofertada e da interação com a comunidade. Além disso, o acompanhamento de egressos visa ao desenvolvimento de políticas de formação continuada, com base nas demandas do mundo do trabalho.

A instituição reconhece o atendimento aos ex-alunos como sua responsabilidade e mantém programa institucional de acompanhamento de egressos por meio de ações contínuas e articuladas entre as Pró-Reitorias de Ensino, Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, além da coordenação do curso de Gestão Pública. Os resultados decorrentes do acompanhamento dos egressos são discutidos pelo NDE e utilizados como instrumento para posteriores ajustes/melhorias no processo de ensino-aprendizagem.

3.10 INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

A concepção de educação profissional técnica e tecnológica (EPTT) definida pelo IFRO é pautada no tripé ensino, pesquisa e extensão; busca-se a integração entre ciência, tecnologia, cultura e formação profissional, de forma a contribuir para uma formação plena e humanística do educando e o crescimento socioeconômico local e regional.

Almeja-se promover ações de modo a incentivar a iniciação científica, por meio de atividades como a construção do trabalho de conclusão de curso, e o desenvolvimento de atividades de extensão. O estágio proporcionará a integração do cursista com o mundo do trabalho e intensificará a relação entre teoria e prática, num mecanismo que envolve ação orientada e reflexão crítica. Será incentivada a participação ativa do educando em todo o seu processo de formação, na condição de sujeito sócio-histórico e imerso nas novas tecnologias de gestão pública.

3.10.1 Integração com a rede pública e empresas

O *Campus* Porto Velho Zona Norte adota como política estratégica de articulação a formação de parcerias com instituições públicas, sociedades de economia mista, autarquias e empresas que operem com capital público, sejam elas pertencentes a qualquer uma das três esferas – municipal, estadual ou federal –, para prospecção de vagas de estágio, realização de visitas técnicas e fortalecimento da formação prática dos discentes em Gestão Pública.

Essa integração é conduzida em articulação com o Departamento de Extensão (DEPEX), por meio da Coordenação de Integração Escola-Empresa-Comunidade (CIEEC), e a coordenação do curso – que atuam conjuntamente na realização de visitas gerenciais e institucionais, com o intuito de consolidar parcerias com organizações públicas e privadas que possam acolher estagiários e colaborar para a qualificação da formação profissional dos estudantes.

Essas visitas também representam uma oportunidade para apresentar o potencial institucional do IFRO na identificação e no enfrentamento de problemáticas que impactam a gestão e a formulação de políticas públicas. Por meio da pesquisa aplicada e da extensão, o curso pode oferecer soluções inovadoras e sustentáveis às demandas dos gestores públicos, contribuindo de forma significativa com o desenvolvimento local e regional.

Atualmente, o *Campus* Porto Velho Zona Norte do IFRO mantém parcerias ativas com diversas empresas e órgãos públicos que viabilizam o desenvolvimento de estágios curriculares

supervisionados e a execução de visitas técnicas regulares. Tais atividades fazem parte de uma estratégia contínua de aproximação com o mundo do trabalho e de atualização dos conteúdos curriculares com base nas demandas reais da sociedade.

3.11 CERTIFICAÇÃO

3.11.1 Certificação de conclusão de curso

Após o cumprimento integral da matriz curricular que compõe o curso, será conferido ao egresso o **Diploma de Tecnólogo em Gestão Pública**, a ser registrado conforme o Regulamento de Certificados e Diplomas do IFRO. Só serão concedidos os diplomas de habilitação aos alunos que concluírem todas as disciplinas e práticas profissionais previstas para o curso, incluindo-se estágios, atividades complementares e trabalhos de conclusão de curso, dentro do período de integralização previsto, conforme legislação vigente.

A colação de grau é um ato oficial e obrigatório a todos os alunos do curso e consiste em um dos requisitos finais para a emissão e o registro de diploma. Enfim, essa cerimônia tem a finalidade de formalizar a outorga de grau ao estudante e, como objetivo, registrar solenemente a conclusão dos cursos.

3.11.2 Certificação Diferenciada

A forma prioritária de certificação dos estudantes com deficiência e ou altas habilidades/superdotação será a forma regular, considerando os dispositivos pedagógicos oferecidos à sua aprendizagem. Quando esgotados os meios ou recursos pedagógicos possíveis para propiciar a melhor formação do estudante, poderão ser utilizados os seguintes procedimentos de certificação:

I Certificação Diferenciada: para estudantes com deficiência física, auditiva, visual, intelectual, múltipla e/ou Transtorno do Espectro Autista (TEA);

II Certificação Intermediária: para estudantes com deficiência física, auditiva, visual, intelectual, múltipla e/ou Transtorno do Espectro Autista (TEA), conforme previsão e especificações do PPC do Curso;

III Aceleração de estudos, com vistas à conclusão do curso, em menor tempo, para os estudantes com altas habilidades/superdotação.

Os casos de certificação diferenciada seguiram o estabelecido nas regulamentações do IFRO.

4 EQUIPE DOCENTE E TUTORIAL PARA O CURSO

4.1 REQUISITOS DE FORMAÇÃO

Os pré-requisitos de formação necessários para atuar no curso são aqueles estabelecidos pela Lei nº 9.394/1996 (LDB) e pelas regulamentações do Ministério da Educação (MEC). No quadro 11, a seguir, constam os requisitos mínimos por disciplina.

Quadro 11 – Requisitos de formação por disciplina

Nº	Disciplina	Formação escolar mínima requerida
1	Teorias das organizações	Graduação em Administração/Administração Pública/Gestão Pública
2	Direito Constitucional	Graduação em Direito
3	Sociologia Geral	Graduação em Sociologia/Graduação em Ciências Sociais
4	Comunicação e Linguagem	Graduação em Letras — Língua Portuguesa e Literatura
5	Matemática Aplicada à Gestão Pública	Graduação em Matemática
6	Introdução à Contabilidade	Graduação em Contabilidade
7	Economia do Setor Público	Graduação em Economia
8	Práticas Integradoras em Gestão Pública I	Graduação em qualquer área do conhecimento
9	Comportamento Organizacional	Graduação em Administração/Administração Pública/Gestão Pública
10	Direito Administrativo	Graduação em Direito
11	Gestão de Processos e Sistemas	Graduação em Administração/Administração Pública/Gestão Pública
12	Gestão de Inovações Tecnológicas	Graduação em Administração/Administração Pública/Gestão Pública/Graduação em Informática
13	Metodologia da Pesquisa Científica	Graduação em qualquer área do conhecimento
14	Ética na Gestão Pública	Graduação em Sociologia/Ciências Sociais/Filosofia

15	Redação Oficial	Graduação em Letras — Língua Portuguesa e Literatura
16	Ciência Política	Graduação em Ciências Políticas/Ciências Sociais/Filosofia
17	Práticas Integradoras em Gestão Pública II	Graduação em qualquer área do conhecimento
18	Administração Financeira e Orçamentária	Graduação em Administração/Administração Pública/Gestão Pública/Contabilidade/Economia e Direito
19	Gestão de Projetos	Graduação em Administração/Administração Pública/Gestão Pública
20	Estatística e Indicadores Aplicados à Gestão Pública	Graduação em Matemática/Graduação em Estatística/Graduação em Economia
21	Desenvolvimento Regional	Graduação em Administração/Administração Pública/Gestão Pública/Economia/Geografia/História e Sociologia
22	Políticas Públicas	Graduação em Ciências Sociais/ Administração/ Administração Pública/Gestão Pública/Economia e Filosofia
23	Práticas Integradoras em Gestão Pública III	Graduação em qualquer área do conhecimento
24	Planejamento e Gestão Estratégica	Graduação em Administração/Administração Pública/Gestão Pública
25	Gestão de Pessoas	Graduação em Administração/Administração Pública/Gestão Pública
26	Contabilidade Pública	Graduação em Contabilidade
27	Licitações e Contratos Administrativos	Graduação em Direito/Contabilidade/Administração/ Administração Pública/ Gestão Pública
28	Gestão da Regulação	Graduação em Economia/Administração/ Administração Pública/ Gestão Pública e Contabilidade
29	Elaboração de Projetos de Pesquisa	Graduação em qualquer área do conhecimento
30	Práticas Integradoras em Gestão Pública IV	Graduação em qualquer área do conhecimento
31	Logística no Setor Público	Graduação em Administração/Administração Pública/Gestão Pública/Graduação em Engenharia da Produção

32	Governança e Controle na Administração Pública	Graduação em Contabilidade/ Economia/ Direito/ Administração/Administração Pública/Gestão Pública
33	Administração Pública	Graduação em Administração/Administração Pública/Gestão Pública
34	Qualidade do Atendimento no Serviço Público	Graduação em Administração/Administração Pública/Gestão Pública
35	Relações Étnico-raciais na Amazônia	Graduação em qualquer área do conhecimento
36	Gestão Socioambiental	Graduação em Administração/Administração Pública/Gestão Pública
37	Práticas Integradoras em Gestão Pública V	Graduação em qualquer área do conhecimento
38	Marketing no Serviço Público	Graduação em Administração/Administração Pública/Gestão Pública/Comunicação Social - Publicidade e Propaganda
39	Informática Aplicada	Graduação em Informática
40	Qualidade de Vida do Trabalhador Público	Graduação em qualquer área do conhecimento
41	Inglês Instrumental	Graduação em Letras-Inglês
42	Empreendedorismo Governamental	Graduação em Administração/Administração Pública/Gestão Pública
43	Multiculturalismo e Direitos Humanos	Graduação em qualquer área do conhecimento
44	Língua Brasileira de Sinais	Graduação em Letras-Libras
45	Economia Brasileira	Graduação em Economia
46	Inclusão Social e Digital	Graduação em Administração/Administração Pública/Gestão Pública/Graduação em Informática
47	Saúde Pública e Políticas de Atenção Básica	Graduação em Administração/Administração Pública/Gestão Pública
48	Planejamento e Gestão em Serviços de Saúde	Graduação em Administração/Administração Pública/Gestão Pública
49	Gestão Tributária	Graduação em Direito/Contabilidade/Administração/ Administração Pública/ Gestão Pública/ Economia

4.2 DOCENTES PARA O CURSO

O corpo docente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública está demonstrado no quadro 12 e será atualizado a cada ano ou semestre [no site do *Campus*], à medida que houver substituições e mudanças de perfil, para que não haja necessidade de alterações deste projeto pedagógico em razão das dinâmicas funcionais e organizacionais do *Campus*.

Quadro 12 – Docentes efetivos que atuam no curso

Nome	Formação	Titulação	Regime de trabalho/CH	Link Lattes
Ana Claudia Dias Ribeiro	Graduação em Letras	Doutorado	DE/40h	http://lattes.cnpq.br/4976640769881483
Angelina Maria de Oliveira Licório	Graduação em Administração e Direito	Doutorado	DE/40h	http://lattes.cnpq.br/5999105777814994
Aloir Pedruzzi Junior	Graduação em Ciências Contábeis	Doutorado	DE/40h	http://lattes.cnpq.br/2134251239464716
Ariadne Joseane Félix Quintela	Graduação em História	Mestrado	DE/40h	http://lattes.cnpq.br/9098510338701121
Artur Virgílio Simpson Martins	Graduação em Administração	Mestrado	DE/40h	http://lattes.cnpq.br/3385394494218843
Caren Stela Maximo Batista	Graduação em Administração	Mestrado	DE/40h	http://lattes.cnpq.br/5822659013275197
Cleonete Martins de Aguiar	Graduação em Filosofia e Serviço Social	Mestrado	DE/40h	http://lattes.cnpq.br/0759154103926657
Denise Ton Tiussi	Graduação em Ciências Econômicas	Mestrado	DE/40h	http://lattes.cnpq.br/1033101348753780
Everton Luiz Candido Luiz	Graduação em Administração	Doutorado	DE/40h	http://lattes.cnpq.br/4682466384090949
Fernanda Amaral Figueiredo	Graduação em Ciências Contábeis	Mestrado	DE/40h	http://lattes.cnpq.br/0661538690779494
Geraldo Castro Cotinguiba	Graduação em Ciências Sociais	Doutorado	DE/40h	http://lattes.cnpq.br/4749193856079051
Higor Cordeiro de Souza	Graduação em Administração	Doutorado	DE/40h	http://lattes.cnpq.br/5288099289528313
Jhordano Malacarne	Graduação em Redes de	Doutorado	DE/40h	http://lattes.cnpq.br/3055136844130366

Bravim	Computadores			
João Batista Teixeira de Aguiar	Graduação em Ciências Econômicas	Mestrado	DE/40h	http://lattes.cnpq.br/8575663992123444
Jonimar da Silva Souza	Graduação em Administração Pública	Doutorado	DE/40h	http://lattes.cnpq.br/8622996107812924
Lady Day Pereira de Souza	Graduação em Administração	Doutorado	DE/40h	http://lattes.cnpq.br/5124807480964020
Maray del Carmen Silva Rodrigues	Graduação em Administração	Mestrado	DE/40h	http://lattes.cnpq.br/1325114725599688
Marcos Aurélio Borchardt	Graduação em Administração	Mestrado	DE/40h	http://lattes.cnpq.br/1960604312632470
Marcos Grutzmacher	Graduação em Letras-Libras	Doutorado	DE/40h	http://lattes.cnpq.br/7771282275895721
Marialva de Souza Silva	Graduação em Direito	Mestrado	DE/40h	http://lattes.cnpq.br/8671382699396472
Rafael Nink de Carvalho	Graduação em Matemática e Informática	Mestrado	DE/40h	http://lattes.cnpq.br/7380590877571021
Samuel dos Santos Junio	Graduação em Administração e Pedagogia	Doutorado	DE/40h	http://lattes.cnpq.br/5947565184613653

O corpo docente que atuará no curso é composto por 22 professores efetivos, conforme o quadro acima – que poderá sofrer alterações em virtude do dimensionamento e do direcionamento da instituição e da força de trabalho.

O IFRO investe na composição de um corpo docente em regime de dedicação exclusiva em sua totalidade. Conforme se observa no quadro acima, 100% dos professores do curso de Gestão Pública trabalham em regime de dedicação exclusiva – não há, portanto, docentes com contratos de trabalho em regimes de tempo integral ou tempo parcial.

4.2.1 Índice de qualificação

Para a quantificação dos dados relativos à formação docente, foram considerados “na área do curso” os professores com formação vinculada à área de Ciências Sociais Aplicadas,

conforme a classificação adotada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais e pelo Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia. A delimitação se justifica pelo fato de que a gestão pública integra esse grande campo de conhecimento, que abrange, entre outros, cursos de Administração, Economia, Ciências Contábeis, Direito, Ciência Política e áreas correlatas.

Quadro 13 – Relação entre o quantitativo de profissionais e sua titulação e área de formação

Titulação	Qtde.	% do total	Na área do curso		Em outras áreas	
			Qtde.	% do total	Qtde.	% do total
Graduação	0	0	0	0	0	0
Especialização	0	0	0	0	0	0
Mestrado	11	50	8	72,8	3	27,2
Doutorado	11	50	7	63,6	4	36,4
Total	22	100	15		7	

Como se pode observar no item anterior, 100% dos docentes do curso possuem titulação obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*, atendendo às exigências legais e às diretrizes de qualidade para o ensino superior, especialmente no que se refere à qualificação do corpo docente prevista nas normativas do MEC.

4.2.2 Experiência profissional do quadro docente

Quanto mais qualificado e experiente for o corpo docente, melhores serão os resultados obtidos na formação dos egressos. Nesse sentido, o Instituto Federal de Rondônia, em consonância com sua missão institucional e objetivos estratégicos, busca consolidar um quadro docente altamente qualificado – composto por profissionais titulados em programas de pós-graduação *stricto sensu* e com experiência significativa no magistério, tanto na educação básica quanto no ensino superior.

O IFRO investe na formação continuada de seus docentes e os incentiva a cursar programas de pós-graduação *lato* e *stricto sensu* e a participar de ações formativas promovidas pela Diretoria de Ensino, com vistas à valorização da carreira docente e ao aprimoramento das práticas pedagógicas.

A experiência no magistério superior proporciona ao docente maior segurança e domínio didático, e favorece uma atuação alinhada à proposta pedagógica institucional e centrada no processo de aprendizagem do estudante. Já a experiência profissional fora do

ambiente acadêmico, quando relacionada à área de formação, permite uma abordagem mais prática, aplicada e contextualizada dos conteúdos curriculares, o que contribui para a formação crítica, técnica e ética dos discentes.

Assim, o IFRO busca continuamente qualificar e fortalecer seu corpo docente e prioriza a contratação de profissionais que aliem conhecimento teórico consistente a competências práticas adquiridas no exercício profissional. O quadro 14, abaixo, relaciona os docentes do curso à sua respectiva experiência profissional fora da docência e no magistério superior, em número de anos:

Quadro 14 – Experiência profissional dos professores fora da docência

Docente	Experiência profissional fora da docência	Experiência profissional na educação superior
Ana Claudia Dias Ribeiro	1 ano	10 anos
Angelina Maria de Oliveira Licório	21 anos	26 anos
Aloir Pedruzzi Junior	25 anos	10 anos
Ariadne Joseane Félix Quintela	-	13 anos
Artur Virgílio Simpson Martins	4 anos	10 anos
Caren Stela Maximo Batista	18 anos	8 anos
Cleonete Martins de Aguiar	8 anos	25 anos
Denise Ton Tiussi	2 anos	11 anos
Everton Luiz Candido Luiz	18 anos	10 anos
Fernanda Amaral Figueiredo	13 anos	10 anos
Geraldo Castro Cotinguiba	18 anos	13 anos
Higor Cordeiro de Souza	1 ano	11 anos
Jhordano Malacarne Bravim	10 anos	10 anos
João Batista Teixeira de Aguiar	15 anos	22 anos
Jonimar da Silva Souza	3 anos	15 anos
Lady Day Pereira de Souza	7 anos	15 anos
Maray Del Carmen Silva Rodrigues	26 anos	15 anos
Marcos Aurélio Borchardt	16 anos	16 anos

Marcos Grutzmacher	19 anos	13 anos
Marialva de Souza Silva	3 anos	8 anos
Rafael Nink de Carvalho	-	15 anos
Samuel dos Santos Junio	5 anos	13 anos

4.3 POLÍTICA DE APERFEIÇOAMENTO, QUALIFICAÇÃO E ATUALIZAÇÃO

O IFRO é uma instituição que oferece cursos desde a educação básica até a pós-graduação *stricto sensu*; logo, prevê ampliar o leque de oferta de cursos de aperfeiçoamento e especialização, de modo a aproveitar as potencialidades de sua equipe. A formação em nível de mestrado e doutorado é um requisito fundamental nas instituições com essa abrangência. No IFRO, os quadros de especialização devem ser implementados com a urgência decorrente da própria demanda social na região, que carece de formação superior para atuação nas áreas de educação, ciência e tecnologia.

A formação continuada, como política de ensino e de extensão, visa à ampliação do nível de escolaridade dos docentes e do pessoal de apoio administrativo. Essa formação atenderá à política de capacitação de servidores do IFRO, envolvendo tanto os cursos de elevação vertical dos níveis de escolaridade quanto aqueles complementares e específicos para as necessidades apresentadas pontualmente. Além dos cursos, na mesma política, prevê-se a participação dos servidores em eventos formadores como congressos, fóruns, simpósios, seminários, colóquios, entre outros.

A partir dos interesses demonstrados objetivamente pelos servidores, o IFRO tem investido na logística de liberação e no custeio da participação de docentes, técnicos administrativos em educação e gestores nos eventos de formação locais, nacionais e internacionais. A Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação (PROPESP) oferta anualmente editais de fomento a capacitação, participação em eventos, afastamento em serviço para cursos de pós-graduação *stricto sensu* e outras iniciativas.

5 GESTÃO ACADÊMICA

O *Campus* Porto Velho Zona Norte organiza-se de forma a garantir que o curso seja ministrado com base no trabalho cooperativo, que envolve a atuação integrada dos órgãos colegiados e do corpo pedagógico-administrativo. Essa estrutura visa assegurar uma gestão acadêmica participativa, colaborativa e alinhada aos princípios institucionais de qualidade, inclusão e compromisso com a formação integral dos estudantes.

5.1 COORDENAÇÃO DO CURSO

A coordenação de curso, vinculada ao Departamento de Apoio ao Ensino, é um setor com a finalidade de planejar as ações de implantação e execução do curso que representa, oferecendo suporte e orientação a alunos e professores.

A Portaria nº 1022/REIT/CGAB/IFRO/2025 instituiu o processo de eleição para escolha dos coordenadores de cursos técnicos de nível médio e cursos de graduação e de pós-graduação do Instituto Federal de Rondônia. Os coordenadores de curso serão nomeados pelo Reitor do IFRO para um mandato de dois anos, permitida uma recondução após novo processo eleitoral.

A coordenação do curso trabalhará em articulação com os demais setores de apoio para atender às necessidades dos estudantes e professores, conforme as demandas e características do curso. O coordenador deve responsabilizar-se pela gestão acadêmica do curso e atender a requisitos de atuação dispostos pelo MEC no Instrumento de Avaliação de Reconhecimento de Cursos, que envolvem disponibilidade adequada de tempo para o exercício da função, experiência de trabalho docente no nível superior, boa relação com docentes e discentes e participação nos colegiados afins. As competências do coordenador estão previstas no Manual das Coordenações de Cursos de Graduação e no ROA dos Cursos de Graduação do IFRO.

Para que um docente seja indicado ou se candidate à coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, é necessário que atenda aos seguintes requisitos: ter experiência profissional mínima de cinco anos no ensino superior (e pelo menos um ano completo de atuação no referido curso); ter titulação mínima de mestre; estar vinculado ao regime de trabalho de dedicação exclusiva; e ter disponibilidade para dedicar o maior número possível de horas às atividades de coordenação. Essas exigências consideram as recomendações presentes no instrumento de avaliação do Inep/MEC, especialmente no item 2.4.

5.2 COLEGIADO DE CURSO

O colegiado do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública é um órgão consultivo que poderá deliberar sobre assuntos relativos ao processo de ensino-aprendizagem no âmbito do curso. Cabe ao colegiado promover espaços de diálogo, acompanhamento e avaliação da qualificação didático-pedagógica dos docentes por meio de levantamentos periódicos que possibilitem analisar a produção acadêmica e científica dos professores, bem como o investimento institucional na socialização do conhecimento com a comunidade interna e externa.

A instituição do colegiado será formalizada por portaria expedida pela Direção-Geral (DG) do *Campus*, e sua composição contará com o coordenador do curso, docentes em efetivo exercício no curso, representantes discentes regularmente matriculados indicados pelas turmas do curso e um representante da equipe técnico-pedagógica vinculada à coordenação do curso.

O colegiado de curso exerce um papel fundamental na gestão democrática e no aprimoramento contínuo do projeto pedagógico do curso e contribui para o fortalecimento das práticas acadêmicas, a melhoria da qualidade do ensino e a formação crítica, ética e comprometida dos futuros gestores públicos.

5.3 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública constitui-se como um órgão consultivo de natureza acadêmica e caráter permanente, com atribuições de acompanhamento, concepção, consolidação e atualização contínua do projeto pedagógico do curso, conforme estabelecido pela Resolução nº 1 da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), de 17 de junho de 2010.

É composto por um grupo de docentes que atuam ou atuaram nos componentes curriculares do curso, cuja atuação é reconhecida pela produção de conhecimentos na área, pela contribuição ao desenvolvimento do ensino e por outras dimensões relevantes para a consolidação e o aprimoramento da formação acadêmica. Os membros do NDE são designados por portaria da DG do *Campus*, com base em critérios estabelecidos institucionalmente.

Cabe ao NDE atuar de forma efetiva na (re)formulação, implementação e desenvolvimento do curso, envolvendo-se nas atividades de docência, orientação de pesquisa, supervisão de estágio, ações de extensão e atualização do PPC. Seu trabalho deve estar articulado com os princípios e diretrizes institucionais, promovendo a qualidade do ensino e a

integração entre teoria e prática.

Entre suas principais atribuições, destacam-se:

- I. Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- II. Zelar pela integração curricular interdisciplinar, promovendo o diálogo entre os diferentes componentes e atividades formativas;
- III. Indicar estratégias de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, fundamentadas nas necessidades do curso, nas demandas do setor público e nas políticas públicas relacionadas à área de gestão pública;
- IV. Assegurar o cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação, com vistas à formação crítica, ética e socialmente comprometida dos estudantes.

A composição do NDE segue as orientações da Resolução CONAES nº 1/2010 – o Núcleo é formado por docentes com titulação acadêmica compatível, experiência em ensino superior e vínculo efetivo com o curso, conforme apresentado no quadro 14, a seguir.

Quadro 15 – Núcleo Docente Estruturante

Nº	Nome	Formação	Maior titulação	Área	CH	RT
1	Jonimar da Silva Souza	Administração Pública	Doutorado	Ciências Sociais Aplicadas	40	DE
2	Cleonete Martins de Aguiar	Filosofia e Serviço Social	Mestrado	Ciências Humanas	40	DE
3	Lady Day Pereira de Souza	Administração	Doutorado	Ciências Sociais Aplicadas	40	DE
4	Maray del Carmen Silva Rodrigues	Administração	Mestrado	Ciências Sociais Aplicadas	40	DE
5	João Batista Teixeira de Aguiar	Economia	Mestrado	Ciências Sociais Aplicadas	40	DE
6	Marcos Aurelio Borchardt	Administração	Mestrado	Ciências Sociais Aplicadas	40	DE
7	Artur Virgílio Simpson Martins	Administração	Mestrado	Ciências Sociais Aplicadas	40	DE

5.4 ASSESSORAMENTO AO CURSO

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública contará com o apoio de setores de apoio pedagógico e técnico-administrativo, comuns a todos os cursos do IFRO, mas com serviços especializados para o atendimento às demandas específicas da área de formação.

5.4.1 Diretoria de Ensino (DE)

Articula-se com a Direção-Geral e com os demais setores de manutenção e apoio ao ensino para o desenvolvimento das políticas institucionais de educação. Delibera a respeito de programas, projetos e atividades de rotina, conforme competências descritas no Regimento Interno do *Campus* e as instruções da DG; organiza, executa e distribui tarefas referentes ao desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão. Conta com as seguintes seções de apoio: Coordenação de Assistência ao Educando (CAED), Coordenação de Biblioteca (CBIB), Coordenação de Registros Acadêmicos (CRA), Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) e o Departamento de Apoio ao Ensino (DAPE).

5.4.1.1 Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) é um setor de natureza consultiva e executiva, de composição multidisciplinar, e tem a finalidade de articular atividades relativas à inclusão dos estudantes em todos os níveis e modalidades de ensino, com implementação de ações que visem à permanência e à aprendizagem dos estudantes com deficiência, Transtorno do Espectro Autista, transtornos de aprendizagem e de desenvolvimento, e estudantes com altas habilidades, proporcionando uma educação com base na promoção da cultura, da educação para a convivência, do respeito às diferenças e da igualdade de oportunidades, para que nenhum estudante seja excluído dos processos de ensino, pesquisa e extensão. Ademais, é da competência do NAPNE, fomentar a eliminação das barreiras arquitetônicas, comunicacionais, atitudinais, tecnológicas e metodológicas.

O NAPNE atenderá alunos com necessidades educacionais específicas, segundo orientações do seu Regulamento, aprovado pelo Conselho Superior (CONSUP) do IFRO. O Núcleo tem como atribuição desenvolver, acompanhar, avaliar e implementar ações com a

finalidade de promover o desenvolvimento do estudante, minimizar a exclusão social e facilitar o acesso das pessoas com necessidades educacionais específicas ao mundo do trabalho, por meio do preparo e da qualificação, objetivando o favorecimento pleno da cidadania.

5.4.2 Departamento de Extensão (DEPEX)

A extensão constitui a interface entre a comunidade interna e a comunidade externa, configurando-se como um processo educativo, cultural, científico e político que, articulado de forma indissociável com o ensino e a pesquisa, viabiliza e media a relação dialógica, crítica e transformadora entre o *Campus* Porto Velho Zona Norte do IFRO e a sociedade.

Suas ações orientam os sujeitos das comunidades interna e externa para o desenvolvimento de projetos extensionistas, considerando sua relevância social e viabilidade pedagógica, financeira e instrumental, bem como seu alinhamento com os princípios institucionais. A extensão também participa, sempre que oportuno, da divulgação e aplicação dos projetos, além de promover ações de orientação vocacional voltadas aos discentes.

De modo geral, o DEPEX atua em apoio à administração do *Campus*, à Diretoria de Ensino e aos diversos setores institucionais no desenvolvimento de projetos que fomentem o ensino e a aprendizagem em seus múltiplos contextos. Para isso, adota estratégias baseadas em projeção, instrução, logística, intermediação e comunicação institucional. O DEPEX é composto por seções específicas de apoio, com destaque para a Coordenação de Integração Escola-Empresa-Comunidade (CIEEC) e a Coordenação de Formação Inicial e Continuada (CFIC).

Por meio da CIEEC, desempenham-se as rotinas relativas ao estágio supervisionado – incluindo o levantamento de vagas, o credenciamento de instituições e o encaminhamento dos estudantes ao mercado de trabalho –, bem como o acompanhamento de egressos, a elaboração de planos de intervenção voltados à inserção no primeiro emprego, a construção de bancos de dados de concluintes, a organização de visitas técnicas e excursões acadêmicas, entre outras ações integradoras.

Assim, a extensão configura-se como estratégia fundamental para a criação de redes de conhecimento, para a inclusão de atores sociais nas políticas institucionais e para a inserção, o acompanhamento e o protagonismo dos estudantes no território e no mundo do trabalho, reafirmando o compromisso do IFRO com uma formação ética, cidadã e transformadora.

5.4.3 Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (DEPESP)

A pesquisa científica tem como finalidade produzir novos conhecimentos que sejam relevantes, metodologicamente consistentes e passíveis de validação empírica. No âmbito institucional, ela está articulada de forma indissociável com o ensino e a extensão, contribuindo para a formação integral dos estudantes e para a inovação nos processos acadêmicos e sociais.

Atendendo às necessidades da instituição, a pesquisa assume o compromisso com a informação qualificada, a organização sistematizada do conhecimento e o direcionamento estratégico das atividades científicas, promovendo a descoberta de soluções para desafios locais e regionais e o desenvolvimento de projetos voltados à formação e ao aperfeiçoamento de pessoas, práticas e tecnologias.

Por meio da Coordenação de Pesquisa e Inovação, o *Campus* articula ações e programas institucionais de fomento à pesquisa, com destaque para o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), entre outros editais de apoio à produção científica e tecnológica. Tais iniciativas estimulam a participação ativa de estudantes, docentes e membros da comunidade externa, integrando saberes e fortalecendo o papel social da instituição.

5.4.4 Equipe técnico-pedagógica

A equipe técnico-pedagógica é responsável pelo planejamento, apoio e assessoramento didático-pedagógico, estimulando a integração e a reflexão da prática pedagógica. A equipe proporciona estratégias, subsídios, informações e assessoramento aos docentes, técnicos administrativos em educação, discentes, pais e responsáveis legais, para que possam acolher, entre diversos itinerários e opções, aquele mais adequado enquanto projeto educacional da instituição, que proporcione meios para a formação integral, cognitiva, inter e intrapessoal e a inserção profissional, social e cultural dos discentes. A equipe técnico-pedagógica é responsável pelo atendimento e acompanhamento dos discentes no que se refere aos aspectos pedagógicos, contribuindo para o acesso e a permanência dos discentes.

É constituída por servidores que se inter-relacionam na atuação e na operacionalização das ações que permeiam os processos de ensino-aprendizagem na instituição. Também é responsável pela coordenação, implantação e implementação da proposta pedagógica da instituição e pela orientação aos docentes no planejamento das ações pedagógicas, emitindo pareceres e informações técnicas na sua área de atuação. Essa equipe é composta por membros da Diretoria de Ensino, orientador educacional, pedagogo, técnico em assuntos educacionais, docentes e o responsável pela biblioteca.

6 INFRAESTRUTURA

O *Campus* Porto Velho Zona Norte encontra-se em processo de expansão de sua infraestrutura, garantindo os ambientes adequados e os recursos necessários para a realização das atividades previstas no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública. Os setores de atendimento dispõem de equipamentos e mobiliários compatíveis com suas finalidades, além de contar com pessoal de apoio responsável pela manutenção e organização dos espaços e instrumentos de trabalho.

Com o objetivo de atender, de forma adequada, às necessidades acadêmicas e administrativas, as instalações prediais foram projetadas conforme os padrões exigidos pelos órgãos de controle e fiscalização. A instalação elétrica segue as normas estabelecidas pela concessionária local de energia. Todos os ambientes são climatizados com aparelhos de ar-condicionado tipo *split*, dimensionados conforme a área útil e as especificações técnicas vigentes. A infraestrutura hidrossanitária também está em conformidade com as normas técnicas e regulamentações da concessionária local, observando os requisitos de segurança e acessibilidade.

Para melhor compreensão da estrutura física e acadêmica disponível, serão apresentadas, a seguir, as dependências e repartições utilizadas por professores e estudantes no desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e de outras ações complementares ao processo formativo, assegurando a qualidade do ensino e a integração entre os diferentes eixos formativos do curso.

6.1 INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS

A infraestrutura física compreende laboratórios, unidades produtivas, salas de aula, auditório e diversos outros espaços formadores, nos quais são utilizados recursos materiais atualizados e adequados à formação específica. Os investimentos em recursos de hipermídia, por exemplo, têm favorecido a melhoria das expectativas quanto à aplicação dos planos de ensino.

6.1.1 Estrutura física

A estrutura física do *Campus* Porto Velho Zona Norte está organizada conforme o quadro 16, a seguir:

Quadro 16 – Estrutura física básica do *Campus* Porto Velho Zona Norte

Dependências	Quantidade	Total em m ²
Salas de aula	13	643,69
Escritório-modelo/Salas de idiomas	1	53,91
Biblioteca	1	107,10
Ludoteca	1	27,50
Sala de professores	1	70,00
Laboratório de informática	5	161,73
Secretaria	1	70,39
Sala de Direção	1	23,45
Sala da Chefia de Gabinete	1	21,75
Recepção da Diretoria	1	19,02
Departamento de Comunicação	1	40,60
Sala de Coordenação de Gestão de Pessoas	1	35,00
Sala de Coordenação de Gestão de Tecnologia da Informação	1	35,00
Departamento de Planejamento e Administração	1	70,00
Auditório	1	211,92
Cantina	1	25,62
Banheiros masculinos	4	86,00
Banheiros femininos	4	86,00
Sala de Coordenação de Curso	1	4,70
Departamento de Pesquisa e Pós-Graduação	1	54,16
Departamento de Extensão	1	54,16
Diretoria de Ensino	1	52,50
Departamento de Apoio ao Educando	1	53,55
Setor pedagógico (psicólogo, orientador, pedagogo, etc.)	1	50,54
Sala de serviços terceirizados	1	44,74
Sala de tutoria	1	84,60

Departamento de Produção de EaD	1	35,00
Estúdio	2	107,00
Núcleo de Apoio à Cultura (NAC)	1	35,00
Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE)	1	70,00
Miniauditório	1	133,46
Quadra poliesportiva	1	1409,19
Sala do Grêmio Estudantil	1	35,00
Sala de estudos	1	35,00
Sala de acolhimento	1	35,00
Espaço Maker (FabLab)	1	130,00
Laboratório de Gestão e Negócios	1	70,00
Total	60	4.282,28

6.1.2 Recursos materiais

As salas de aula possuem área aproximada de 53,91 m² e estão equipadas com 44 carteiras escolares, uma mesa orgânica com duas gavetas, uma poltrona giratória com braços, um quadro branco, além de *datashow* e computador com acesso à internet, contendo entradas e saídas compatíveis com kit multimídia. Os ambientes apresentam condições técnicas adequadas para a realização das atividades acadêmicas, com boa iluminação natural e artificial, sistema de climatização eficiente e nível de ruído controlado, proporcionando conforto e funcionalidade para o desenvolvimento das aulas.

Quadro 17 – Recursos de hipermídia para uso dos docentes e discentes

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
1	<i>Datashow</i> (sete com som embutido)	Unidade	15
2	Computador PC	Unidade	100
3	<i>Notebook</i>	Unidade	4
5	Aparelho de DVD	Unidade	2
7	Caixa de som	Unidade	1

8	Aparelho de som	Unidade	1
9	Microfone	Unidade	3
10	Máquina fotográfica digital	Unidade	1
11	TV	Unidade	5

Além dos recursos de hipermídia, o campus disponibiliza referenciais teóricos atualizados e outros subsídios didático-pedagógicos que apoiam a realização das atividades de ensino-aprendizagem, contribuindo para o fortalecimento do processo formativo dos discentes.

6.2 INFRAESTRUTURA DE ACESSIBILIDADE ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS

O IFRO *Campus* Porto Velho Zona Norte adapta-se para proporcionar acessibilidade às pessoas com necessidades específicas ou com mobilidade reduzida, e conta com equipamentos e profissionais aptos a atender a demanda.

Quadro 18 – Equipamentos de acessibilidade

Item	Descrição	Quantidade
1	Digitalizador scanner	1
2	Impressora Braille	1
3	Kit escolar geoplano	4
4	Multipiano	1
5	Cadeira de rodas (CAED)	1
6	Audiolivros	15
7	Dicionário de Libras	5
8	Kit de lupas manuais	4
9	Kit contendo mouse com entrada para acionador de pressão, teclado colmeia	2
10	Soroban	28
11	Reglete de mesa	30
12	Caderno Ampliado	7

6.2.1 Acessibilidade para pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida

O *Campus* Porto Velho Zona Norte adapta-se para proporcionar condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos às pessoas com necessidades específicas ou com mobilidade reduzida; para isso, deve atender ao estabelecido na NBR 9050/2020 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Em atendimento à Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e ao Decreto Nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, o *Campus* possui:

- a) Estacionamento e/ou acesso adequado e reservado, próximo às edificações, para pessoas com necessidades específicas;
- b) Elevador, para acesso ao pavimento superior;
- c) Rampas e corrimão para o acesso facilitado;
- d) Piso tátil para fornecer auxílio na locomoção pessoal de deficientes visuais;
- e) Placas de sinalização em Braille para identificação tátil do ambiente;
- f) Sanitários adaptados para pessoas com deficiência, com equipamentos e acessórios;
- g) Corredores largos, facilitando a locomoção e acesso aos vários ambientes.

6.2.2 Acessibilidade para alunos com deficiência visual

Disponibilizar material didático-pedagógico que favoreça acessibilidade ao desenvolvimento das atividades curriculares. São exemplos de materiais adaptados: textos em Braille, fonte de texto ampliada. Conjunto de produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência visual ou (cegas) com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia. Solicitação da admissão de profissional de nível superior (com formação específica para o atendimento educacional de pessoas com deficiência visual) especializado para atendimento a pessoas com deficiência visual, bem como profissionais para auxiliar estudantes cegos e com baixa visão na locomoção e organização do ambiente escolar, quando necessário.

6.2.3 Acessibilidade para alunos com deficiência auditiva

A Língua Brasileira de Sinais - Libras é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão no Brasil, conforme estabelece a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Além de

ser um idioma oficial, Libras representa uma importante ferramenta de inclusão, promovendo a interação entre pessoas surdas e ouvintes, bem como o entendimento e valorização da cultura surda.

Para garantir a acessibilidade de estudantes com deficiência auditiva ou surdos usuários da Libras, são designados servidores ou prestadores de serviço especializados na tradução e interpretação para Libras, assegurando a participação plena nas atividades acadêmicas.

Os docentes devem considerar, como forma legítima de avaliação, as produções realizadas em Libras pelos estudantes surdos, seja por meio de apresentações visuais/orais ou gravações em vídeo com legenda da Libras para o português ou oralização inserida pela equipe de acessibilidade. Essas produções devem ser reconhecidas como equivalentes às produções em língua portuguesa, respeitando a modalidade linguística do estudante e assegurando equidade no processo avaliativo.

6.3 INFRAESTRUTURA DE INFORMÁTICA

6.3.1 Laboratórios

O *Campus* Porto Velho Zona Norte conta com cinco laboratórios de informática, equipados com 174 computadores, distribuídos conforme quadro 19. Todos os computadores estão instalados Windows 11 PRO 64 bits e os *softwares* instalados são conforme a necessidade de cada disciplina ministrada no semestre. Está prevista a instalação de softwares específicos, a critério das necessidades das disciplinas

Quadro 19 – Especificações dos laboratórios de informática

Laboratório	Computadores	Especificações
Laboratório 1	40	Computador Dell, 12th Gen Intel Core (TM) i5-12500 @ 3.00GHz, 16GB de RAM, NVMe 512GB, GPU Intel UHD Graphics 770, Monitor 21,5 polegadas.
Laboratório 2	40	Computador Intel(R) Core (TM) i7-14700 2.10GHz, @ 16GB de RAM, SSD 1024GB, GPU NVIDIA GeForce GTX 750, Monitor 23,6 polegadas.
Laboratório 3	30	Computador HP Pavilion 21, Intel(R) Core (TM) i3-2120 @ 3.30GHz, 8GB de RAM, SSD 240GB, GPU NVIDIA GeForce 610M.
Laboratório 4	40	Computador HP Pavilion 21, Intel(R) Core (TM) i3-2120 @ 3.30GHz, 8GB de RAM, SSD 240GB, GPU NVIDIA GeForce 610M.
Laboratório 5	24	6: Computadores DELL XPS 4080, 12th Gen Intel (R) Core (T) i5-12400 2.50GHz, Disco 1 HD 500GB, Disco 2 NVMe

		256GB, GPU NVIDIA Geforce GTX 1660 SUPER, Monitor 21 polegadas. 18: Computadores HP PRODESK, Intel(R) Core (TM)i7-7700 @ 3.60GHz, 16GB de RAM, SSD 480GB, GPU Intel(R) HD Graphics 630, Monitor 21 polegadas.
--	--	--

A atualização tecnológica e a manutenção de equipamentos correspondem às ações do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), do Plano de Ação do *Campus* e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação, que prevê a aquisição de equipamentos. Todavia, a atualização também poderá se desenvolver por meio de ações complementares por parte dos servidores do IFRO, enquanto a manutenção ficará a cargo tanto de técnicos especializados quanto dos que manuseiam os equipamentos nos processos de formação acadêmica.

6.4 BIBLIOTECA

6.4.1 Espaço físico

O *Campus* disponibiliza aos seus estudantes uma biblioteca estruturada em um ambiente climatizado, dinâmico e organizado, que oferece suporte essencial à formação acadêmica e profissional. Esse espaço não se configura apenas como um local de armazenamento de livros, mas como um ambiente de construção do conhecimento, de socialização intelectual e de promoção do pensamento crítico e autônomo. Compreende-se que o saber acumulado ao longo da história, sistematizado em livros, periódicos, objetos digitais e outros suportes de informação, deve estar acessível à comunidade acadêmica e contribuir para o embasamento teórico das práticas educacionais, científicas e profissionais.

Nesse sentido, a biblioteca do *Campus* conta com um acervo físico diversificado, cuidadosamente selecionado de acordo com as necessidades pedagógicas e os componentes curriculares do curso. Complementarmente, oferece acesso virtual remoto à plataforma Minha Biblioteca, uma biblioteca digital que reúne catálogos bibliográficos de diversas áreas do conhecimento, acessível e gratuito a qualquer tempo e local por meio do Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) e/ou pelo Sistema de Gestão e Automação das Bibliotecas do IFRO (GNUTECA), que disponibiliza acesso ao acervo bibliográfico físico e virtual em um único ambiente. Soma-se a isso o Repositório Institucional do Instituto Federal de Rondônia (RI/IFRO), sistema digital que disponibiliza acesso gratuito e aberto e tem como finalidade reunir, organizar, disponibilizar, dar visibilidade e preservar as produções científicas e técnico-

científicas e a memória institucional desenvolvidas no âmbito do IFRO.

São objetivos da biblioteca reunir, selecionar, processar e disseminar material informacional necessário às atividades de ensino, pesquisa e extensão e proporcionar serviços de referência e educação de usuários, visando garantir a maximização do uso dos recursos informacionais existentes e incentivar o uso de bases de dados e periódicos científicos, tanto nacionais quanto internacionais, públicos ou privados, que ampliem as possibilidades de pesquisa, atualização e produção de conhecimento pelos discentes e docentes. Essa política de acesso aberto e qualificado visa não apenas atender às demandas curriculares, mas também fomentar a cultura da investigação científica e da educação continuada.

Os planos de ensino das disciplinas, organizados no projeto pedagógico do curso (PPC), apresentam bibliografias básicas e complementares cuidadosamente alinhadas às competências a serem desenvolvidas pelos estudantes. Esses materiais estarão disponíveis física ou virtualmente na biblioteca do *Campus*, de forma a garantir o suporte bibliográfico necessário ao processo formativo.

A infraestrutura da biblioteca contempla cabines individuais para acesso a computadores, espaços coletivos para leitura e um ambiente destinado à permanência dos usuários. Todo o funcionamento do espaço é apoiado por um sistema informatizado de gestão de acervo, que facilita o acesso, a localização e o empréstimo das obras, assegurando maior autonomia aos estudantes no processo de busca por informação e conhecimento.

Ao proporcionar um ambiente favorável à aprendizagem, à pesquisa e ao pensamento crítico, a biblioteca do *Campus* se consolida como um pilar fundamental da formação cidadã e profissional, contribuindo significativamente para o fortalecimento da missão institucional de ofertar uma educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada.

6.4.2 Demonstrativo da relação unidade/quantidade

A biblioteca opera com um sistema informatizado de gestão do acervo, possibilitando aos usuários acessá-lo com facilidade. Por meio desse sistema, propicia a reserva de exemplares conforme a política de empréstimo domiciliar, com perfis específicos para docentes, estudantes e técnicos. O perfil do estudante prevê o empréstimo máximo de três livros concomitantemente, com prazo máximo de sete dias, que pode ser renovado até duas vezes por igual período de tempo. Os perfis de docentes e técnicos preveem o quantitativo máximo de cinco livros concomitantemente, com prazo de 14 dias para os docentes. Pelo menos um volume dos títulos é mantido na própria instituição para consultas.

O acervo está organizado por áreas do conhecimento, o que facilita a procura por títulos específicos. Os exemplares de livros e periódicos contemplam todas as áreas de abrangência do curso. O funcionamento das bibliotecas do Instituto Federal de IFRO é regulado por normativa própria, aplicada a todos os *campi* por meio da Resolução nº 23/CONSUP/IFRO, de 7 de março de 2025.

Os estudantes do curso também podem acessar os serviços da Minha Biblioteca, biblioteca digital reconhecida nacionalmente que oferece um catálogo multidisciplinar com as principais editoras acadêmicas reconhecidas pelo Ministério da Educação. O acesso se dá através do *dashboard* na tela principal do SUAP/IFRO.

A biblioteca funciona de segunda a sexta-feira, do período matutino ao noturno, e seu horário de funcionamento é divulgado à comunidade. O espaço é aberto à comunidade em geral, mas os empréstimos são permitidos somente aos alunos e servidores do *Campus*.

A cada dois anos, o acervo será analisado, de acordo com a Política de Desenvolvimento de Coleções, e será atualizado sempre que necessário, assegurando um crescimento consciente e consistente da coleção. A política envolve regras para a seleção positiva (incorporação de novos itens ao acervo) e a seleção negativa (retirada de itens que estão desatualizados, que não são mais pertinentes à instituição).

Quadro 20 – Quantidade de obras e exemplares físicos disponíveis na biblioteca do *Campus*

Área de conhecimento	Quantidade de obras	Quantidade de exemplares
Ciências agrárias	22	93
Ciências biológicas	9	21
Ciências exatas e da terra	301	1946
Ciências humanas	446	1586
Ciências da saúde	16	52
Ciências sociais aplicadas	848	3270
Engenharias	7	29
Generalidades	117	486
Linguística, letra e arte	11	32

6.5 OUTROS AMBIENTES ESPECÍFICOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM

O *Campus* Porto Velho Zona Norte conta com áreas de convivência, amplos saguões e mezaninos que servem para lazer, descanso e também para as relações interpessoais de alunos e professores.

Nesses espaços de convivência amplos, arejados e confortáveis são contemplados os serviços de alimentação e lazer, entre outros; esses mesmos espaços atendem às necessidades de realização de pequenos, médios e grandes eventos. O *Campus* conta ainda com auditórios, salas de conferências, estúdios de TV e quadra poliesportiva.

7 EMBASAMENTO LEGAL

Entre os documentos legais mais importantes e recorrentes para a orientação da prática educacional, constam os que se seguem. Devem ser considerados ainda todos aqueles que, já existentes ou a serem criados e homologados, sejam determinados como parâmetros para as atividades nas instituições públicas de ensino da rede federal.

7.1 DOCUMENTOS DA LEGISLAÇÃO NACIONAL

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- Lei n.º 9.394/1996 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- Lei n.º 10.098/2000 - Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com necessidades específicas;
- Parecer CNE n.º 436/2001 - Orientações sobre os Cursos Superiores de Tecnologia - formação de tecnólogo;
- Resolução CP/CNE n.º 3/2002 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos Cursos Superiores de Tecnologia;
- Decreto n.º 5.296/2004 - Regulamenta as Leis n.º 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;
- Lei n.º 11.788/2008 - Dispõe sobre o estágio;
- Lei n.º 11.892/2008 - Cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia;
- Decreto n.º 7.611/2011 - Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências;
- Lei n.º 12.711/2012 - Trata do ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências;
- Lei n.º 12.764/2012 - Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtornos do Espectro Autista;
- Lei Federal n.º 13.146/2015: Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
- Resolução CNS n.º 466, de 12 de dezembro de 2012: Diretrizes e normas

regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos;

- Resolução CES/CNE nº 1/2014 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, e dá outras providências;
- Resolução CP/CNE nº 1/2021 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica;
- Resolução CP/CNE nº 2/2024 - Dispõe sobre a incorporação aos Catálogos Nacionais de Cursos Técnicos (CNCT) e de Cursos Superiores de Tecnologia (CST) de áreas tecnológicas aos respectivos Eixos Tecnológicos;
- Lei nº 14.254/2021 - Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem;
- Lei nº 14.914/2024 - Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES);
- Resolução Normativa CFA nº 649, de 28 de maio de 2024: Aprova o regulamento de registro do sistema CFA/CRAs;
- Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017: Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino;
- Decreto nº 12.456/2025: Dispõe sobre a oferta de educação a distância por instituições de educação superior em cursos de graduação e altera o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.

7.2 NORMATIVAS INTERNAS

- Resolução nº 07/2011/CONSUP/IFRO: Dispõe sobre a Política de Capacitação dos Servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia;
- Resolução nº 45/2012/CONSUP/IFRO: Dispõe sobre o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública;
- Resolução nº 14/2015/CONSUP/IFRO: Dispõe sobre o Regulamento de Mobilidade Estudantil do IFRO;
- Resolução nº 16/2015/CONSUP/IFRO: Dispõe sobre o Regulamento dos Grupos de Pesquisa do IFRO;
- Resolução nº 45/2017/CONSUP/IFRO: Dispõe sobre a aprovação da Política de Acompanhamento de Egressos do IFRO;

- Resolução nº 06/2018/CONSUP/IFRO: Dispõe sobre a aprovação do Regulamento de Antecipação de Conclusão de Curso no âmbito do IFRO;
- Resolução nº 08/2018/CONSUP/IFRO: Dispõe sobre a aprovação do Regulamento da Colação de Grau do IFRO;
- Resolução nº 09/2018/CONSUP/IFRO: Dispõe sobre a aprovação do Regulamento de Certificação de Conhecimentos para Dispensa de Disciplinas no âmbito do IFRO;
- Resolução nº 34/2020/CONSUP/IFRO: Dispõe sobre o Regulamento de Elaboração e Reformulação de Projetos Pedagógicos e de Suspensão Temporária e Extinção de Cursos do IFRO;
- Resolução nº 24/2022/CONSUP/IFRO: Dispõe sobre o Regulamento de Atividades Complementares do IFRO;
- Resolução nº 11/2023/CONSUP/IFRO: Dispõe sobre a aprovação do Regulamento de Estágio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia;
- Resolução nº 24/2023/CONSUP/IFRO: Dispõe sobre a aprovação do Regulamento dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNEs);
- Resolução nº 01/2024/CONSUP/IFRO: Dispõe sobre aprovação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2023-2027 do IFRO;
- Resolução nº 11/2025/CONSUP/IFRO: Dispõe sobre o Regulamento Disciplinar Discente do IFRO
- Resolução nº 23/2025/CONSUP/IFRO: Dispõe sobre o Regulamento de Funcionamento de Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO);
- Resolução nº 28/2025/CONSUP/IFRO: Dispõe sobre a aprovação do Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do IFRO;
- Resolução nº 44/2025/CONSUP/IFRO: Regulamento do Programa Institucional de Pesquisa (PIP);
- Portaria nº 389/REIT-CGAB/IFRO, de 13 de março de 2025: Dispõe sobre a Aprovação do Manual de Elaboração e Normalização de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) dos Cursos de Graduação do IFRO;
- Portaria nº 1022/REIT-CGAB/IFRO, de 30 de maio de 2025: Dispõe sobre as normas para a eleição dos(as) Coordenadores(as) de Cursos Técnicos de Nível Médio e Graduação do IFRO;

- Resolução nº 38/2025/CONSUP/IFRO: Dispõe sobre a aprovação da reformulação do Regulamento dos Programas de Assistência Estudantil (REPAE);
- Resolução nº 01/2026/CONSUP/IFRO: Dispõe sobre o Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos de Graduação (ROA) do IFRO.

8 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei no. 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111892.htm>. Acesso em: 16 out. 2025.

CHRISTENSEN, Tom; LÆGREID, Per. Future Challenges of Public Administration. **Public Performance & Management Review**, p. 1–26, 5 set. 2025.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**, relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. Brasília - DFUNESCO Digital Library, 2010. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/notice?id=p::usmarcdef_0000109590_por>. Acesso em: 16 out. 2025.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2018.

GOMES, A.M.A. et al. **Os saberes e o fazer pedagógico: uma integração entre teoria e Prática**. Editora UFPR Educar, Curitiba, n 28, p. 231-246. 2006.

MACHADO, Débora Teixeira. **A expansão da fronteira agrícola no Vale do Guaporé - Rondônia**. São Paulo – SP: Dialética, 2022.

MCDONALD, Bruce D. *et al.* The future of public administration research: An editor's perspective. **Public Administration**, v. 100, n. 1, p. 59–71, 31 mar. 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa. The pandemic and the contradictions of contemporaneity. **Global Social Challenges Journal**, v. 1, n. 1, p. 21–39, 2022.

SEPOG. **Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável de Rondônia 2015-2030**. Porto Velho - RO: [S.n.]. Disponível em: <<https://www.sepog.ro.gov.br/Conteudos/26/plano-de-desenvolvimento-estadual-sustent%C3%A1vel-de-rond%C3%B4nia-2015-2030>>. Acesso em: 16 out. 2025.

SOUZA, Jonimar Silva; SOUZA, Lady Day Pereira de; JUNIOR, Aloir Pedruzzi. **Gestão pública em pauta**. Curitiba - PR, BR: 2019.

STEINEBACH, Yves *et al.* A review of national climate policies via existing databases. **NPJ Climate Action**, v. 3, n. 80, p. 1–9, 30 set. 2024.

TEIXEIRA, Juliana Cristina et al. Inclusão e diversidade na administração: manifesta para o futuro-presente. **Revista de Administração de Empresas**, v. 61, n. 3, 17 maio 2021.

APÊNDICE: PLANOS DE DISCIPLINA

PRIMEIRO PERÍODO

PLANO DA DISCIPLINA			
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública		
Disciplina	Teoria das Organizações	Código	TO
Carga horária semestral	80	Carga horária semanal	4
Ementa			
Evolução histórica da Administração. Fundamentos básicos da Administração. Abordagem Clássica. Administração Científica. Administração Clássica. Teoria das Relações Humanas. Abordagem Estruturalista. Teoria do Desenvolvimento Organizacional. Teoria Burocrática. Teoria Comportamentalista. Teoria Contingencial. Teoria Neoclássica da Administração. Teoria comportamental. Abordagem Sistêmica. Teoria Contingencial. Teoria Sociotécnica. Teoria crítica nas organizações.			
Objetivos			
Geral: Analisar o papel desempenhado pelas diferentes escolas da administração, utilizando-se das teorias administrativas aplicadas ao contexto organizacional, no cenário contemporâneo. Específicos: • Apresentar quadros conceituais destacando o processo administrativo e suas funções de planejar, organizar, dirigir e controlar (PDCA) a fim de aperfeiçoar a dinâmica competitiva organizacional. • Conceituar as teorias administrativas aplicadas ao contexto organizacional. • Analisar os principais legados das escolas administrativas.			
Referências básicas			
CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à Teoria Geral da Administração. 9. ed. Barueri, SP: Manole, 2014. JONES, Gareth R. Teoria das Organizações. São Paulo, SP: Pearson Education do Brasil, 2010. MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. Teoria Geral da Administração: da revolução urbana à revolução digital. 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2012. RICCIO, Vicente. Administração Geral. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.			
Referências complementares			
ARAUJO, Luis César G. Teoria Geral da Administração. 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2014. CHIAVENATO, Idalberto. Administração Geral e Pública. 6. ed. Barueri, SP: Manole, 2022. FARIA, José Henrique (Org) Análise Crítica das teorias e práticas organizacionais. São Paulo, SP: Atlas, 2007. MOTTA, Fernando C. Prestes; VASCONCELOS, Isabella F. Gouveia. Teoria geral da administração. 3. ed. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2015. SILVA, Adelphino Teixeira. Administração Básica. 6. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2011. TACHIZAWA, Takeshy. Organizações não governamentais e terceiro setor: criação de ONGs e estratégias de atuação. São Paulo, SP: Atlas, 2014.			

PLANO DA DISCIPLINA			
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública		
Disciplina	Direito Constitucional	Código	DC
Carga horária semestral	60	Carga horária semanal	3
Ementa			
Constituição Federal. Elementos de Teoria da Constituição. Fontes do Direito Constitucional. Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais. Poder Constituinte. Formas de Estado e Federação. Princípios Fundamentais. Dos Direitos e das Garantias Fundamentais: Dos Direitos e Deveres individuais e coletivos; Dos Direitos Sociais; Da Nacionalidade; Dos Direitos Políticos; Dos Partidos Políticos; Da organização Político-Administrativa. Direitos Humanos, igualdade, diversidade e responsabilidade. Da Administração Pública (disposições gerais). Dos Servidores Públicos. Espécies Normativas. Competências Constitucionais. Tripartição dos Poderes. Funções Essenciais da Justiça. Da defesa do Estado e das instituições democráticas. Sistema Tributário Nacional e suas reformas.			
Objetivos			
Geral: Compreender os fundamentos e princípios do Direito Constitucional brasileiro, para atuar como gestor público em conformidade com a Constituição Federal, os direitos fundamentais e os princípios da administração pública. Específicos: • Identificar os direitos e garantias fundamentais e sua aplicação nas políticas públicas. • Aplicar os princípios constitucionais da administração pública nas práticas de gestão. • Reconhecer o papel do controle constitucional e da cidadania na gestão pública. • Refletir criticamente sobre a relação entre Constituição, ética e gestão democrática. • Analisar a estrutura e a organização do Estado e dos poderes da República.			
Referências básicas			
BONAVIDES, Paulo. Teoria Constitucional da Democracia Participativa. 3 ed. São Paulo: Malheiros, 2008. LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. São Paulo: Saraiva, 2015. MORAES, Alexandre. Direito Constitucional. ed. 40. São Paulo: Atlas, 2024. TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2025.			
Referências complementares			
ARAUJO, Luiz Alberto David; NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano. Curso de Direito Constitucional – 23 ed. São Paulo: Manole, 2021. FILOMENO, José Geraldo Brito. Teoria Geral do Estado e da Constituição. 10. Rio de Janeiro/RJ: Forense, 2016. LASSALE, Ferdinand. Que é uma constituição? São Paulo: Kairós, 1985. MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 37. Ed. São Paulo: Malheiros, 2014.			

PLANO DA DISCIPLINA			
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública		
Disciplina	Matemática Aplicada à Gestão Pública	Código	MAGP
Carga horária semestral	60	Carga horária semanal	3
Ementa			
Introdução aos Conjuntos. Equações de primeiro e segundo graus. Sistemas de equações. Aplicações de Funções e gráficos. Razão e proporção. Porcentagem. Regra de três. Juros, capitalizações, descontos (simples e compostos). Contexto das finanças: taxas, inflação, risco, incerteza, utilidade e oportunidade. Séries de pagamentos e sistemas de amortização. Políticas de Educação Financeira.			
Objetivos			
Geral: Aplicar conceitos fundamentais de matemática básica e financeira para resolver problemas práticos relacionados à gestão pública e ao contexto socioeconômico. Específicos: • Utilizar e calcular operações com números reais, equações, sistemas lineares, conceitos de razão, proporção, porcentagem e regra de três. • Identificar e analisar funções elementares, com ênfase em suas representações gráficas e aplicações. • Interpretar gráficos e resultados matemáticos no contexto econômico-financeiro, considerando fatores como risco, taxa, inflação e oportunidade. • Calcular juros simples, compostos, taxas e descontos em cenários de gestão. • Empregar séries de pagamentos e sistemas de amortização na análise de problemas financeiros.			
Referências básicas			
IEZZI, Gelson; MURAKAMI, Carlos. Fundamentos de matemática elementar: conjuntos e funções, Volume 1, 9. Ed., São Paulo: Atual, 2013. MATHIAS, Washington Franco; GOMES, José Maria. Matemática Financeira: Com + de 600 exercícios resolvidos e propostos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2014. MUROLO, Afrânio; BONETTO, Giacomo. Matemática aplicada à administração, economia e contabilidade. 2. ed. São Paulo: Thomson Pioneira, 2013. SOBRINHO, José Dutra Vieira. Matemática financeira. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2025.			
Referências complementares			
AYRES JUNIOR, F.; SCHMIDT P. A. Teorias e problemas de Matemática para Ensino Superior. 3. ed. Porto Alegre: Bookman Companhia Ed., 2006. CRESPO, Antonio Arnot. Matemática Financeira Fácil. 14.ed. São Paulo: Saraiva, 2009. DUTRA, José Vieira S. Matemática Financeira. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013. DANTE, Luiz Roberto. Matemática: Contexto & Aplicações. Volume único. 3ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2014. GOLDSTEIN, Larry J.; LAY, David C.; SCHNEIDER, David I.; ASMAR, Nakhlé. Matemática Aplicada: Economia, Administração e Contabilidade. 12 ed. Porto Alegre: Bookman, 2012. MARQUES, J.M.; Matemática aplicada para cursos de administração, economia e ciências contábeis. 1 ed. Editora: Juruá, 2011.			

POMPEO, José Nicolau, HAZZAN, Samuel. **Matemática Financeira**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

PUCCINI, Abelardo Lima. **Matemática Financeira: Objetiva e Aplicada**. 11. ed. São Paulo: Elsevier Campus, 2022.

SAMANEZ, Carlos Patrício, **Matemática Financeira**. 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

SILVA, Sebastião Medeiros. **Matemática: para cursos de Economia, Administração e Ciências Contábeis**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

TOSI, Armando José. **Matemática financeira com utilização da HP-12C**. São Paulo: Atlas, 2006.

PLANO DA DISCIPLINA			
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública		
Disciplina	Sociologia Geral	Código	SOC
Carga horária semestral	40	Carga horária semanal	2
Ementa			
Características fundamentais da modernidade: racionalidade científica, burocracia, capitalismo, sociedade industrial e tecnológica. Introdução às origens da sociologia, do pensamento sociológico e a temas sociológicos. Pensamento sociológico brasileiro. Aspectos sociológicos das relações sociais e etnicorraciais no Brasil. Questões socioambientais e desafios sociais da contemporaneidade.			
Objetivos			
Geral: Compreender o contexto histórico, os fundamentos da modernidade e da sociologia, suas implicações nas dinâmicas sociais, etnicorraciais e ambientais no Brasil contemporâneo. Específico: • Identificar as principais características da modernidade e seus impactos sociais. • Conhecer as origens, os temas centrais e autores do pensamento sociológico. • Analisar o pensamento sociológico brasileiro e as relações etnicorraciais. • Refletir sobre questões socioambientais e os desafios sociais atuais.			
Referências básicas			
ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008. MARX, Karl. O Capital. 3. ed. São Paulo: Edipro, 2013. DIAS, Reinaldo. Sociologia das Organizações. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2018.			
Referências complementares			

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 12 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

CARVALHO, Rayann K. Massahud. **Colonialidade, decolonialidade e transmodernidade: para um direito situado na periferia**. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2021.

hooks, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. 22 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

MEKSENAS, Paulo. **Sociologia**. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

OUTHWAITE, William [et.all] (eds.). **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1996.

PLANO DA DISCIPLINA			
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública		
Disciplina	Comunicação e Linguagem	Código	CL
Carga horária semestral	40	Carga horária semanal	2
Ementa			
Tópicos Gramaticais: Linguagem e comunicação. O que é texto. Gêneros e tipologias textuais. Sequências tipológicas. Funções da linguagem. Convenções ortográficas. Pontuação. Concordância. Regência. Interpretação de textos: Competências necessárias à leitura e à produção de textos: competência linguística, enciclopédica e comunicativa.			
Objetivos			
Geral: Aplicar competências comunicativas e linguísticas necessárias para produzir e interpretar textos orais e escritos de forma adequada aos diversos contextos da Gestão Pública, utilizando corretamente as convenções gramaticais e as funções da linguagem. Específicos: • Utilizar os principais conceitos de linguagem, comunicação e funções da linguagem, compreendendo sua aplicação em diferentes gêneros e tipologias textuais. • Aplicar corretamente as convenções ortográficas, de pontuação, concordância e regência na produção de textos formais relacionados à área pública. • Analisar e produzir textos argumentativos, informativos e técnicos, desenvolvendo competências linguísticas, enciclopédicas e comunicativas voltadas à atuação profissional em Gestão Pública.			
Referências básicas			
CORTINA, Asafe. [et al.]. Fundamentos da Língua Portuguesa. Porto Alegre: SAGAH, 2018. KOCH, Ingedore G. Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. A Coerência Textual. 18 ed. São Paulo: Contexto, 2023. MEDEIROS, João Bosco. Português Instrumental: para ler e produzir gêneros discursivos. 11. ed. Barueri, SP: Atlas, 2022. MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Lúcia Scliar. Português Instrumental: De acordo com as atuais normas da ABNT. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			

Referências complementares
FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 17. ed. São Paulo: Ática, 2008. MEDEIROS, João Bosco. Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 13 ed. São Paulo: Atlas, 2025. MESQUITA, Roberto Melo. Gramática da Língua Portuguesa. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

PLANO DA DISCIPLINA			
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública		
Disciplina	Introdução a Contabilidade	Código	IC
Carga horária semestral	40	Carga horária semanal	2
Ementa			
Conceitos contábeis básicos. Campos de atuação da contabilidade. Estrutura Patrimonial. Dinâmica patrimonial. Processos e procedimentos contábeis. Demonstrações contábeis. Índices utilizados nos processos licitatórios.			
Objetivos			
Geral: Analisar o papel da Contabilidade como um meio especialmente concebido para registrar e interpretar os fenômenos que afetam a situação patrimonial, econômica e financeira das entidades. Específicos: • Identificar e analisar os princípios e técnicas para o registro dos fatos contábeis; • Examinar e utilizar as normas aplicáveis à contabilidade; • Elaborar demonstrações contábeis básicas a partir do registro de operações conforme processos e procedimentos padronizados; • Examinar relatórios contábeis e sua função para utilizá-los como fontes de informação.			
Referências básicas			
BORINELLI, Mário Luiz; PIMENTEL, Renê Coppe. Curso de Contabilidade para Gestores, Analistas e Outros Profissionais. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2017. MARION, José Carlos. Contabilidade básica. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2025. SILVA, Moacir Lima e. Contabilidade Geral. 1. ed. São Paulo: Editora Érica, 2010.			
Referências complementares			
ATHAR, Raimundo Aben. Introdução à contabilidade. São Paulo: Pearson, 2008. BORGES, Thiago Bernardo. Fundamentos de contabilidade pública. Porto Alegre: SAGAH, 2016. IUDICIBUS, Sergio de. MARION, José Carlos. Curso de Contabilidade para não Contadores: para as áreas de Administração, Economia, Direito e Engenharia (Livro-Texto). 9. ed. São Paulo: Atlas, 2025. MONTOTO, Eugenio Roballo. Contabilidade geral e avançada: Esquemático. 6 ed. São			

Paulo: Saraiva, 2019.

PADOVEZE, Clovis Luis. **Manual de Contabilidade Básica**: contabilidade Introdutória e Intermediária - texto e Exercícios. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

PLANO DA DISCIPLINA			
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública		
Disciplina	Economia do Setor Público	Código	ESP
Carga horária semestral	40	Carga horária semanal	2
Ementa			
Racionalidade do setor público: bens públicos e externalidades. Tipologias de intervenção e funções fiscais do Estado. Financiamento do setor público: receita pública, déficit público e dívida pública. Princípios da tributação: eficiência e equidade. Sistema Tributário Brasileiro. Política econômica: fiscal, monetária, industrial e cambial brasileira.			
Objetivos			
Geral: Aplicar conhecimentos teóricos e práticos sobre as funções e as características do Estado nas economias de mercados contemporâneas, enfatizando as questões políticas tributárias e fiscais do governo e os aspectos econômicos e financeiros do setor público no Brasil. Específicos: • Discutir as funções, as características e o padrão de intervenção do Estado nas economias de mercado; • Identificar as falhas de mercado, as externalidades e o poder das organizações empresariais; • Mapear as falhas de governo, as externalidades e a necessidade de provimento de bens públicos; • Explicar os conflitos entre equidade e eficiência nas decisões das políticas públicas brasileiras; • Analisar soluções públicas e privadas para as diversas falhas de mercado, na economia brasileira.			
Referências básicas			
ARVATE, Paulo; BIDERMAN, Ciro. Economia do setor público no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2004. MARIANO, Jefferson. Introdução à economia brasileira. 2.ed. – São Paulo: Saraiva, 2012. RIANI, Flávio. Economia do setor público: uma abordagem introdutória. 6. ed. - Rio de Janeiro: LTC, 2016. ROSSETTI, José Pascoal. Introdução à economia. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2015.			
Referências complementares			
GREMAUD, Amaury Patrick; <i>et al.</i> Introdução à economia. São Paulo: Atlas, 2011. KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin. Introdução à economia. 6. ed. Barueri, SP: Atlas, 2023. LANZANA, Antônio Evaristo. Economia Brasileira: Fundamentos e Atualidade. 4. ed. São Paulo:			

Atlas, 2012.

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à economia**. 10. ed. Porto Alegre: Bookman: Cengage Learning, 2025.

MATIAS-PEREIRA, J. **Curso de Administração Pública – Foco na Instituições e Ações Governamentais**. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

MAZZUCATO, M. **O Estado Empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado**. São Paulo: Editora Portfolio-Penguin, 2014.

MOCHÓN, Francisco Morcillo. **Princípios da economia**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.

SOUZA, Nali de Jesus. **Economia Básica**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

SOUZA, Nilson Araújo de. **Economia Brasileira Contemporânea: de Getúlio a Lula**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PLANO DA DISCIPLINA			
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública		
Disciplina	Práticas Integradoras em Gestão Pública I	Código	EXT
Carga horária semestral	40	Carga horária semanal	2
Ementa			
Concepção, planejamento, execução, monitoramento e avaliação de ações extensionistas articuladas ao ensino, orientadas por interação dialógica, interdisciplinaridade, impacto social e formação cidadã. Identificação de demandas sociais, planejamento, desenvolvimento e avaliação de intervenções, fomentando uma formação profissional crítica e engajada. Aproximação entre a teoria e a prática da gestão com a comunidade local. Elaboração do relatório extensionista das ações extensionistas.			
Objetivos			
Geral: Executar projetos extensionistas que respondam a demandas reais da gestão pública e da comunidade, desenvolvendo competências de planejamento, elaboração, monitoramento, avaliação e comunicação de resultados com ética e foco em impacto social. Específicos: • Avaliar demandas reais da gestão pública a partir do envolvimento com a comunidade e seus respectivos problemas sociais. • Diagnosticar necessidades e atores envolvidos e delimitar problemas públicos prioritários a partir de métodos participativos. • Planejar e executar ação extensionista com metas, cronograma, responsabilidades, orçamento básico, comunicação e observância de ética e responsabilidade social. • Aplicar as atividades extensionistas dentro do contexto da área de gestão pública • Monitorar e avaliar a ação com indicadores de processo e de resultado, documentando e publicizando os produtos. • Apresentar os resultados da prática extensionista em um relatório para a comunidade acadêmica e público-alvo.			
Referências básicas			

FAZENDA, Ivani Catarina A.; GODOY, Herminia P. **Interdisciplinaridade: pensar, pesquisar e interagir**. São Paulo: Cortez Editora, 2023.

GIL, Antonio C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 7. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022.

MATIAS, Marlene. **Planejamento, Organização e Sustentabilidade em Eventos: Culturais, Sociais e Esportivos**. Barueri: Manole, 2011.

PRADO, Fernando Leme do. **Metodologia de Projetos**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2012.

Referências complementares

CAMARGO, Robson Alves de; RIBAS, Thomaz. **Gestão ágil de projetos**. Rio de Janeiro: Saraiva Uni, 2019.

GOHN, Maria da G. **Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais**. v.1. (Coleção questões da nossa época). São Paulo: Cortez Editora, 2023.

MENDONÇA, Maria José A.; PEROZIN, Juliana Gutierrez Penna A. **Planejamento e Organização de Eventos**. Rio de Janeiro: Érica, 2014.

PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; FERNANDES, Valdir. **Práticas da interdisciplinaridade no ensino e pesquisa**. Barueri, SP: Manole, 2015.

PHILLIPI JR., Arlindo P.; SILVA NETO, Antônio J. **Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia & Inovação**. Barueri: Manole, 2011.

SILVA, Ana Lúcia Gomes da; ALMEIDA, Telma Teixeira de O. **Interdisciplinaridade e metodologias ativas: como fazer?** São Paulo: Cortez Editora, 2023.

SEGUNDO PERÍODO

PLANO DA DISCIPLINA			
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública		
Disciplina	Direito Administrativo	Código	DADM
Carga horária semestral	60	Carga horária semanal	3
Ementa			
Direito Administrativo: conceito, objeto e finalidade. Regime Jurídico Administrativo. Princípios jurídicos. Atos Administrativos. Poderes da Administração. Organização da Administração Pública: poderes, governo, entidades políticas e administrativas. Atos Administrativos (Conceito, Requisitos e Atributos). Administração Direta e Indireta. Federalismo. Entidades Paraestatais: Serviços Sociais Autônomos, Organizações Sociais (OS) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs). Parceria público-privada (PPP). Processo administrativo. Serviços Públicos. Responsabilidade Civil da Administração. Bens públicos. Intervenção na Propriedade. Improbidade Administrativa. A responsabilidade civil do Estado.			
Objetivos			
Geral: Analisar ordenamento jurídico da organização básica da Administração Direta e Indireta e compreender Atos e princípios jurídicos na Gestão Pública. Específicos: • Analisar os processos, procedimentos e os atos administrativos. • Explicar a organização básica da Administração Direta e Indireta. • Interpretar os fundamentos históricos sobre o Direito Administrativo.			
Referências básicas			
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 38. Ed. Rio de Janeiro: Forenses, 2025. MACIEL, Igor M. Manual de direito administrativo. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 41. Ed. atual. São Paulo: Malheiros, 2014. NOHARA, Irene Patrícia D. Direito Administrativo. 14. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025.			
Referências complementares			
ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente; Direito Administrativo Descomplicado. 24.ed. São Paulo: Método, 2016. BERWIG, Aldemir. Direito Administrativo. Ijuí: Editora Unijuí, 2019. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Discricionariedade administrativa na Constituição de 1988. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012. GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. MARRARA, Thiago. Direito Administrativo: Transformações e Tendências. São Paulo: Almedina Brasil, 2014. MAZZA, Alexandre. Manual de Direito Administrativo. 13. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur,			

2023.

MORAES, Isaias Fonseca. Manual de Direito Administrativo: Teoria e Prática. 3. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2014.

SOUSA, Cássio V S.; VALGOI, Gabriele; BARBOZA, Maytê R. T M.; et al. **Direito administrativo**. Porto Alegre: SAGAH, 2020.

PLANO DA DISCIPLINA			
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública		
Disciplina	Comportamento Organizacional	Código	CO
Carga horária semestral	60	Carga horária semanal	3
Ementa			
Introdução ao enfoque comportamental nas teorias das organizações. Comportamento individual. Comportamento do indivíduo em grupo. Interações sociais na organização e cognições decorrentes: valores, percepção, atitudes, personalidade, motivação e aprendizagem. Poder, conflito e negociação. Tomada de decisão, delegação. Habilidades gerenciais e liderança. Trabalho em equipe. Cultura e clima organizacional. Tópicos sobre mudanças nas organizações. Reflexões sobre mudança organizacional, inovação e o papel do comportamento humano na construção de ambientes de trabalho saudáveis, inclusivos e sustentáveis.			
Objetivos			
Geral: Analisar o comportamento humano nas organizações e aplicar princípios de gestão de pessoas que favoreçam ambientes de trabalho éticos, inclusivos e sustentáveis. Específicos: • Interpretar os principais conceitos e teorias sobre comportamento individual e grupal nas organizações. • Avaliar a influência da liderança, cultura e comunicação na motivação, no clima e no desempenho organizacional. • Propor práticas e estratégias de gestão voltadas à inclusão, colaboração e bem-estar no ambiente de trabalho.			
Referências básicas			
JOHANN, Sílvio L. Comportamento Organizacional - Teoria e prática. Rio de Janeiro: Saraiva, 2013. ROBBINS, Stephen Paul.; JUDGE, Timothy A. Comportamento Organizacional. 18. ed. São Paulo: Pearson Brasil, 2020. SIQUEIRA, Mirlene M M. Novas medidas do comportamento organizacional. Porto Alegre: ArtMed, 2013. VECCHIO, Robert P.; GALMAN, Roberto. Comportamento organizacional: conceitos básicos. 1. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.			
Referências complementares			

COHEN, Allan R. FINK, Stephen L. **Comportamento Organizacional, Conceitos e Estudos de Casos**. Rio de Janeiro, 2003.

FIGLIOLI, José O. **Psicologia para Administradores - Razão e Emoção no Comportamento Organizacional**. 10. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2018.

FRANÇA, Ana Cristina L. **Comportamento Organizacional: Conceitos e Práticas**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2012.

MCSHANE, Steven L.; GLINOW, Mary A V. **Comportamento organizacional**. 6. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.

NEWSTROM, John W. **Comportamento organizacional**. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2008.

PINHO, A. P. M.; OLIVEIRA, E. R. da S. de; SILVA, C. R. M. da. Comprometimento Organizacional no Setor Público: um olhar sobre três décadas de produção científica brasileira (1989-2019). **Revista do Serviço Público**, v. 71, n. 3, p. 504-539, 2020. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/3507>.

SCHERMERHORN JR., John R.; HUNT, James G.; OSBORN, Richard N. **Fundamentos de Comportamento Organizacional**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.

ROBBINS, Stephen P.; GOMES, Rita de Cássia. **Comportamento organizacional: teoria prática no contexto brasileiro**. 14. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

PLANO DA DISCIPLINA			
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública		
Disciplina	Ética na Gestão Pública	Código	EGP
Carga horária semestral	40	Carga horária semanal	2
Ementa			
Fundamentos da ética. Perspectivas teórico-filosóficas sobre Ética. Ética no exercício da função pública. Valores e princípios da esfera pública. Códigos de ética no serviço público. Democracia e Cidadania. O campo da Ética e seu lugar na política. Ética e políticas públicas.			
Objetivos			
Geral: Aplicar conhecimento sobre conceitos básicos de ética e condutas éticas de acordo com a prática profissional do servidor público. Específicos: • Identificar os sentidos e elementos da Ética no entendimento dos pensadores clássicos; • Relacionar os princípios básicos da conduta do servidor público; • Identificar as finalidades do Código de Ética; • Explicar o papel do gestor público na promoção da ética no serviço público. • Reconhecer a importância da Ética na política e na esfera pública; • Descrever o papel do Gestor público na efetivação de políticas públicas; • Explicar a relação entre ética, cidadania e políticas públicas.			
Referências básicas			

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Convite à filosofia**. 14. ed. São Paulo: Ática, 2010.
 JIMÉNEZ SERRANO, Pablo. **Ética e administração pública**. Campinas/SP: Alíneas, 2010.
 SÁ, Antonio Lopes. **Ética Profissional**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
 SROUR, Robert Henry. **Poder, cultura e ética nas organizações**. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2012.

Referências complementares

AGOSTINHO, Santo. **O Livre Arbítrio**. São Paulo: Paulus, 1995.
 BENNETT, Carole. **Ética Profissional**: Série Profissional. São Paulo: Cengage Learning, 2008.
 MATTAR NETO, João Augusto. **Filosofia e ética na Administração**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
 MOTTA, Sylvio; FREIRE, Elias. **Ética na Administração Pública**: Teoria e 630 questões. Série Prova e Concurso. 4. ed. São Paulo: Campus, 2010.
 NALINI, José Renato. **Ética geral e profissional**. 12. ed. São Paulo: R. dos Tribunais, 2015.
 PINHO, Clóvis Alberto Bertolini de. **Corrupção e Administração Pública no Brasil**. São Paulo: Almedina Brasil, 2020.
 TUGENDHAT, Ernst. **Lições Sobre Ética**. 9. ed.. Petrópolis: Vozes, 2012.
 VALLS, Álvaro L. M. **O que é ética**. 9.ed. São Paulo: Brasiliense, 2013.

PLANO DA DISCIPLINA			
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública		
Disciplina	Gestão de Processos e Sistemas	Código	GPS
Carga horária semestral	40	Carga horária semanal	2
Ementa			
Sistemas administrativos. Elaboração de organogramas: estrutura organizacional, estrutura formal e estrutura informal, tipos de estrutura, componentes, condicionantes níveis de influência e níveis de abrangência das estruturas organizacionais, departamentalização, delegação, centralização e descentralização. Ferramentas da qualidade de apoio à gestão pública: planos de ação (5W2H), fluxogramas, diagramas de causa e efeito (diagrama de Ishikawa) integradas ao ciclo PDCA. Gestão de processos: identificação, mapeamento, modelagem, elaboração, implementação e avaliação de procedimentos de trabalho na gestão pública. Tomada de decisão com apoio.			
Objetivos			
Geral: Analisar a gestão de processos e sistemas em instituições públicas a partir de uma abordagem sustentada. Específicos: • Identificar estruturas organizacionais a partir de organogramas; • Identificar ferramentas da qualidade de apoio a gestão das organizações públicas; • Implementar a gestão de processos em organizações a partir de uma abordagem sustentada de processos que: identifique; mapeie; modele e defina os registros e indicadores, para elaborar e avaliar procedimentos escritos de trabalho.			
Referências básicas			

BIO, Sérgio Rodrigues. **Sistemas de Informação**: Um enfoque gerencial. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Sistemas, Organização e Métodos**: Uma Abordagem Gerencial. 21. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

FIEL FILHO, Alécio; KANAANE, Roberto; FERREIRA, Maria das Graças (Org.). **Gestão Pública**: Planejamento, Processos, Sistemas de Informação e Pessoas. São Paulo: Atlas, 2010.

Referências complementares

ALECIAN, Serge; FOUCHER, Dominique. **Guia de Gerenciamento no Setor Público**. Rio de Janeiro: Revan; Brasília, DF: ENAP, 2001.

ARAUJO, Luis Cesar G. de Garcia, Adriana Amadeu. **Teoria Geral da Administração**: Orientação para escolha de um Caminho Profissional. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

CAMPOS, Vicente Falconi. **Gerenciamento da Rotina do Trabalho do dia a dia**. 9. ed. Belo Horizonte: INDG Tecnologia e Serviços LTDA, 2013.

CHIAVENATO, Idalberto. **Iniciação a Sistemas, Organização e Métodos SO&M**. 1. ed. São Paulo: Manole, 2010.

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. **Qualidade Total em Serviços**: Conceitos, exercícios, casos práticos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

MARANHÃO, M. **O Processo Nosso de Cada Dia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, Ed., 2010.

NBR ISO 9001:2015. **Sistemas de gestão da qualidade – Requisitos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2015. Disponível em: <https://ricomader.com.br/iso-9001-2015-norma-completa-em-pdf-download/>

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Sistemas de Informações gerenciais**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

ROSINI, Alessandro Marco; PALMISANO, Angela. **Administração de sistemas de informação e a gestão do conhecimento**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

PLANO DA DISCIPLINA			
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública		
Disciplina	Metodologia da Pesquisa Científica	Código	MPC
Carga horária semestral	40	Carga horária semanal	2
Ementa			
O papel da ciência. Construção do conhecimento: Tipos de conhecimento. O processo de leitura. Trabalhos acadêmicos: tipos, características e composição estrutural. O processo de pesquisa: planejamento, estrutura e conteúdo. Métodos e técnicas. Citações bibliográficas. Instrumentos de coleta de dados. Análise de dados. Ética na pesquisa e na produção acadêmica. Normas da ABNT. Apresentação dos resultados de pesquisa.			
Objetivos			
Geral: Aplicar conhecimento científico de estrutura e planejamento de um projeto de pesquisa. Específicos: • Interpretar o conhecimento científico e identificar os tipos de procedimentos metodológicos; • Aplicar as principais regras de normalização brasileiras, especialmente referente às citações e as referências;			

- Empregar instrumentos de coleta e técnicas de análise para apresentação dos resultados em formato acadêmico.

Referências básicas

CHIZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 5. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.) **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

Referências complementares

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A; SILVA, Roberto. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Pretice Hall, 2007.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 2018.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MATTAR, João. **Metodologia científica na era da informática**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

SMITH, Linda Tuhiwai. **Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas**. Curitiba: Editora UFPR, 2018.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PLANO DA DISCIPLINA			
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública		
Disciplina	Redação Oficial	Código	RO
Carga horária semestral	40	Carga horária semanal	2
Ementa			
Conceito de texto. Tipologias Textuais e Gêneros discursivos próprios da correspondência administrativa e oficial: cartas, ofícios, memorandos, relatórios, atas, e-mails. Fatores de textualidade. Progressão discursiva. Paragrafação: organização e articulação dos parágrafos. Coerência e coesão textual. Linguagem Simples na comunicação pública.			
Objetivos			
Geral: Criar vários gêneros discursivos a partir da compreensão de seu ambiente enunciativo e as intenções que subjazem todo o processo comunicativo. Específicos:			

- Interpretar textos oficiais e científicos de diferentes gêneros e tipologias.
- Diferenciar as tipologias textuais, associando-as aos gêneros discursivos.
- Identificar em que situações os gêneros discursivos (administrativos, oficiais e acadêmicos) devem ser empregados, observando sua funcionalidade e efeitos argumentativos.
- Demonstrar conhecimento linguístico que envolva a produção de textos oficiais e científicos.
- Analisar textos oficiais e científicos levando em consideração o conteúdo, forma e linguagem empregada.
- Elaborar textos oficiais e científicos levando em consideração o conteúdo, forma e linguagem adequada.

Referências básicas

COBUCCI, Paula; COBUCCI, Suely. **Redação Oficial**: para aprimorar os textos profissionais. São Paulo: Contexto, 2022.

BRASILEIRO, Ada Magaly Matias. **Como produzir textos acadêmicos e científicos**. São Paulo: Contexto, 2024.

IFRO. **Manual de Redação Oficial do IFRO**. FRANZIN, Sergio Francisco Loss et al. Porto Velho: IFRO, 2018.

MEDEIROS, João Bosco. **Português Instrumental**: para ler e produzir gêneros discursivos. 11. Ed. São Paulo: Atlas, 2022.

Referências complementares

BRASIL. **Manual de Redação da Presidência**: 3ª edição, revista, atualizada e ampliada. 2018. Disponível em: <https://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-presidencia-da-republica/manual-de-redacao.pdf> Acesso em 18 out. 2025.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Manual de Redação Oficial e Diplomática do Itamaraty**. Brasília: MRE, 2018. Disponível em https://www.gov.br/mre/pt-br/arquivos/manual_redacao_2024.pdf. Acesso em 18 out. 2025.

FAULSTICH, Enilde L. de Jesus. **Como Ler, Entender e Redigir um Texto**. 22. ed Petrópolis: Vozes, 2014.

GUIMARÃES, Elisa. **Texto, discurso e ensino**. Contexto: São Paulo, 2022.

KOCH, Ingedore G. Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **A Coerência Textual**. 18 ed. São Paulo: Contexto, 2023.

NOACH, André Ben. **Língua Portuguesa e Redação Oficial**. 2ª ed., São Paulo: Método, 2022.

PLANO DA DISCIPLINA			
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública		
Disciplina	Ciência Política	Código	CP
Carga horária semestral	40	Carga horária semanal	2
Ementa			
Caracterização: governo, poder, Estado, política, sociedade civil e democracia. Origens e desenvolvimento do pensamento político ocidental. Teorias das origens do Estado, do poder e formas de governo. Aspectos de economia política: liberalismo, socialismo, social-democracia e neoliberalismo. Política no Brasil: origens, desenvolvimento e contemporaneidade.			

Objetivos			
Geral: Analisar os fundamentos do pensamento político, características das formas de governo, suas origens e influências na formação do Estado e aspectos da política no Brasil. Específicos: • Explicar os conceitos de governo, poder, Estado, política, sociedade civil e democracia. • Classificar as origens e a evolução do pensamento político ocidental. • Analisar teorias políticas como absolutismo, liberalismo, socialismo e neoliberalismo. • Investigar a trajetória histórica e o cenário atual da política no Brasil.			
Referências básicas			
DIAS, Reinaldo. Ciência Política. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2013. CUNHA, Paulo Ferreira da. Teoria geral do Estado e ciência política. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2018. GAMBA, João Roberto G. Teoria Geral do Estado e Ciência Política. 4. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025. MOREIRA, Adriano. Ciência Política. 6. ed. São Paulo: Almedina Brasil, 2014.			
Referências complementares			
AZAMBUJA, Darcy. Introdução a Ciência Política. 1. ed. São Paulo: Globo Editora, 2008. AZAMBUJA, Darcy. Teoria geral do Estado. 4. ed. atual. São Paulo: Globo, 2008. BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. 13. ed. Brasília: UNB, 2010. CHAUÍ, Marilena de Souza. Convite à filosofia. 14. ed. São Paulo: Ática, 2012. KELLSTEDT, Paul M.; WHITTEN, Guy D. Fundamentos da pesquisa em ciência política. São Paulo: Editora Blucher, 2015. KELSEN, Hans. Teoria geral do direito e do estado. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011. MELO, Débora S S.; SCALABRIN, Felipe. Ciência política e teoria geral do estado. Porto Alegre: SAGAH, 2017. OLIVEIRA, Ricardo de. Gestão pública: democracia e eficiência: uma visão prática e política. Rio de Janeiro: FGV, 2012. TEIXEIRA, Marco Antônio Carvalho. Estado, Governo e Administração Pública. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.			

PLANO DA DISCIPLINA			
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública		
Disciplina	Gestão de Inovações Tecnológicas	Código	GIT
Carga horária semestral	40	Carga horária semanal	2
Ementa			
Definições introdutórias: tecnologia, TICs, paradigmas tecnológicos, inovação e desenvolvimento. Teorias da inovação. Tipos de inovação. Bases conceituais e importância da inovação tecnológica. Inovação no setor público. Modelos do processo de inovação. Processos de inovação tecnológica. Fontes de financiamento à inovação tecnológica. Indicadores de inovação. Papel do Estado na			

inovação e suas diferentes funções na perspectiva sistêmica de inovação. Empreendedorismo no Setor Público.			
Objetivos			
Geral: Analisar os conceitos, teorias e práticas da inovação tecnológica, compreendendo seu papel estratégico nas organizações e sua contribuição para o desenvolvimento econômico e social, com ênfase em aplicações práticas no setor público. Específicos: • Analisar os fundamentos conceituais da inovação tecnológica e sua importância para o setor público; • Examinar os modelos e processos de inovação tecnológica e social, analisando sua aplicação no setor público; • Identificar e avaliar as fontes de financiamento e incentivo à inovação tecnológica no Brasil e no cenário internacional; • Caracterizar os indicadores de inovação.			
Referências básicas			
BACICHETTO, Vinícius de Vargas. Inovação no setor público. Porto Alegre: SAGAH, 2018. REIS, Dálcio Roberto dos. Gestão da inovação tecnológica. 2.ed. – Barueri, SP: Manole, 2008. TIDD, J.; BESSANT, John. Gestão da inovação. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.			
Referências complementares			
BRAVIM, J. Relacionamento interorganizacional para a atuação de empresas sociais: evidências da Amazônia Brasileira. 2024. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2024. GEELS, F. W.; SCHOT, J. Strategic niche management and sustainable innovation journeys: theory, findings, research agenda, and policy. Technology Analysis and Strategic Management, v. 20, n. 5, p. 537–554, 2008. ISIDORO, Antonio. Gestão pública inovadora: um guia para a inovação no setor público. Curitiba - PR: CRV, 2018. KIM, L.; NELSON, R. R. Technology, Learning, and Innovation: Experiences of Newly Industrializing Economies. Cambridge: Cambridge University Press; 2000. KIM, L. Imitation to Innovation: The Dynamics of Korea's Technological Learning. Boston: Harvard Business Review, 1997. MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Teoria Geral da Administração: da revolução urbana à revolução digital. 7. ed. rev. e atual. São Paulo, 2012. SILVA, Fabiane Padilha [<i>et al.</i>]. Gestão da inovação. Porto Alegre: SAGAH, 2018.			

PLANO DA DISCIPLINA			
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública		
Disciplina	Práticas Integradoras em Gestão Pública II	Código	EXT
Carga horária semestral	40	Carga horária semanal	2
Ementa			

Concepção, planejamento, execução, monitoramento e avaliação de ações extensionistas articuladas ao ensino, orientadas por interação dialógica, interdisciplinaridade, impacto social e formação cidadã. Identificação de demandas sociais, planejamento, desenvolvimento e avaliação de intervenções, fomentando uma formação profissional crítica e engajada. Aproximação entre a teoria e a prática da gestão com a comunidade local. Elaboração do relatório extensionista das ações extensionistas.

Objetivos

Geral: Executar projetos extensionistas que respondam a demandas reais da gestão pública e da comunidade, desenvolvendo competências de planejamento, elaboração, monitoramento, avaliação e comunicação de resultados com ética e foco em impacto social.

Específicos:

- Avaliar demandas reais da gestão pública a partir do envolvimento com a comunidade e seus respectivos problemas sociais.
- Diagnosticar necessidades e atores envolvidos e delimitar problemas públicos prioritários a partir de métodos participativos.
- Planejar e executar ação extensionista com metas, cronograma, responsabilidades, orçamento básico, comunicação e observância de ética e responsabilidade social.
- Aplicar as atividades extensionistas dentro do contexto da área de gestão pública
- Monitorar e avaliar a ação com indicadores de processo e de resultado, documentando e publicizando os produtos.
- Apresentar os resultados da prática extensionista em um relatório para a comunidade acadêmica e público-alvo.

Referências básicas

FAZENDA, Ivani Catarina A.; GODOY, Herminia P. **Interdisciplinaridade: pensar, pesquisar e interagir**. São Paulo: Cortez Editora, 2023.

GIL, Antonio C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 7. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022.

MATIAS, Marlene. **Planejamento, Organização e Sustentabilidade em Eventos: Culturais, Sociais e Esportivos**. Barueri: Manole, 2011.

PRADO, Fernando Leme do. **Metodologia de Projetos**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2012.

Referências complementares

CAMARGO, Robson Alves de; RIBAS, Thomaz. **Gestão ágil de projetos**. Rio de Janeiro: Saraiva Uni, 2019.

GOHN, Maria da G. **Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais**. v.1. (Coleção questões da nossa época). São Paulo: Cortez Editora, 2023.

MENDONÇA, Maria José A.; PEROZIN, Juliana Gutierrez Penna A. **Planejamento e Organização de Eventos**. Rio de Janeiro: Érica, 2014.

PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; FERNANDES, Valdir. **Práticas da interdisciplinaridade no ensino e pesquisa**. Barueri, SP: Manole, 2015.

PHILLIPI JR., Arlindo P.; SILVA NETO, Antônio J. **Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia & Inovação**. Barueri: Manole, 2011.

SILVA, Ana Lúcia Gomes da; ALMEIDA, Telma Teixeira de O. **Interdisciplinaridade e metodologias ativas: como fazer?** São Paulo: Cortez Editora, 2023.

TERCEIRO PERÍODO

PLANO DA DISCIPLINA			
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública		
Disciplina	Administração Financeira e Orçamentária	Código	AFO
Carga horária semestral	80	Carga horária semanal	4
Ementa			
O Estado na Economia e o Crescimento da despesa pública. Evolução histórica do orçamento público. Fundamentos do Estudo dos Orçamentos Públicos: princípios, conceitos fundamentais e planejamento. Leis Orçamentárias: Plano Plurianual, Lei das Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual. Orçamento-Programa e créditos orçamentários. O ciclo de planejamento e orçamento no Brasil. Práticas orçamentárias participativas. Execução Orçamentária. Sistema Orçamentário. Elaboração, execução, programação e descentralização orçamentária e financeira. Prestação de contas. Transparência e controle. Arrecadação e dispêndios públicos. Normas e regras de planejamento, orçamento e finanças: Lei 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Resoluções nº 40 e 43 do Senado Federal.			
Objetivos			
Geral: Aplicar os principais conceitos e práticas dos instrumentos de planejamento, elaboração e execução do orçamento brasileiro. Específicos: • Analisar as leis que tratam do processo orçamentário brasileiro: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual. • Explicar a estruturação lógica de orçamento. • Utilizar as técnicas e procedimentos de planejamento, elaboração e execução dos instrumentos de planejamento, bem como a elaboração dos projetos de lei e seus anexos.			
Referências básicas			
ABRAHAM, Marcus. Afo e Orçamento Público. 1 ed. Rio de Janeiro: Método, 2024. BEZERRA FILHO, João Eudes. Orçamento aplicado ao setor público: abordagem simples e objetiva. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2013. CREPALDI, Guilherme S.; CREPALDI, Sílvio A. Orçamento público: planejamento, elaboração e controle. 1 ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2013. GIACOMONI, James. Orçamento Público. 19. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2023.			
Referências complementares			
ABRAHAM, Marcus. Teoria dos Gastos Fundamentais: Orçamento público impositivo – da elaboração à execução. São Paulo: Almedina Brasil, 2021. BRUNO, Reinaldo Moreira. Lei de responsabilidade fiscal e orçamento público municipal. 5. ed. atual. Curitiba: Juruá, 2013. GIACOMONI, James. Orçamento Governamental - Teoria - Sistema - Processo. Rio de Janeiro: Atlas, 2018. GONÇALVES, Guilherme C.; SILVA, Jorge Vieira da; SILVA, Vanessa F.; et al. Planejamento e			

Orçamento Público. Porto Alegre: SAGAH, 2020.

MATIAS-PEREIRA, José. **Finanças públicas:** foco na política fiscal, no planejamento e orçamento público. 6. ed. atual. São Paulo: Atlas, 2012.

RIANI, Flávio. **Economia do setor público:** uma abordagem introdutória. 6. ed. - Rio de Janeiro: LTC, 2016.

PLANO DA DISCIPLINA			
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública		
Disciplina	Gestão de Projetos	Código	GP
Carga horária semestral	80	Carga horária semanal	4
Ementa			
Definição, contextualização, abordagens, estrutura e ciclo de vida do projeto. Teoria e roteiro prático para a administração de projeto. Escopo do projeto. Processos da administração da qualidade do projeto. Planejamento de tempo e custo. Administração de problemas e dos riscos do projeto. Elaboração e avaliação de planos de projetos. A equipe e o gerente do projeto. Execução, controle e gerenciamento do projeto. Introdução às metodologias ágeis aplicadas a projetos públicos. Boas práticas de governança, ética e responsabilidade na gestão de projetos públicos. Gestão de stakeholders em projetos. Sustentabilidade e inovação em projetos públicos. Maturidade em Projetos. Governança em projetos.			
Objetivos			
Geral: Aplicar metodologias de planejamento, execução e avaliação de projetos no setor público, utilizando práticas do PMBOK e metodologias ágeis, com foco em eficiência, governança e melhoria contínua. Específico: • Descrever os fundamentos e o ciclo de vida de projetos públicos, incluindo escopo, prazo, custo, qualidade e riscos. • Aplicar metodologias de planejamento, execução e controle de projetos, integrando abordagens tradicionais e ágeis. • Utilizar as ferramentas de maturidade de projetos e propor estratégias de melhoria na gestão e governança de projetos públicos.			
Referências básicas			
ARAÚJO, Camila de; BENASSI, João Luís G.; CONFORTO, Edivandro C.; et al. Gerenciamento ágil de projetos - Aplicação em produtos inovadores. 1 ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2012. CLEMENTE, Ademir. Projetos empresariais e públicos. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008. TERRIBILI FILHO, Armando. Indicadores de gerenciamento de projetos: implementar e monitorar para atingir objetivos. 2.ed. – Rio de Janeiro: Alta Books, 2025. TORRES, Luis F. Fundamentos do Gerenciamento de Projetos. Rio de Janeiro: GEN Atlas, 2013.			
Referências complementares			

CAMARGO, Marta. **Gerenciamento de Projetos**. 2. ed. Rio de Janeiro: GEN Atlas, 2018.

CARVALHO, Marly Monteiro de; RABECHINI JR., Roque. **Fundamentos em gestão de projetos**: Construindo competências para gerenciar projetos. 4. ed. rev. São Paulo: Atlas, 2015.

HELDMAN, Kim. **Gerência de projetos**: guia para o exame oficial do PMI. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

KERZNER, Harold. **Gerenciamento de projetos**. São Paulo: Editora Blucher, 2011.

LARSON, Erik W.; GRAY, Clifford F. **Gerenciamento de projetos**. 6. ed. Porto Alegre: AMGH, 2016.

MAXIMIANO, Antonio César Amaru. **Administração de projetos**: como transformar ideias em resultados. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

PRADO, Darci. **Gerenciamento de Portfólios, Programas e Projetos nas organizações**. 5. ed. Minas Gerais: INDG Tecnologia e Serviços Ltda, 2012.

TOLEDO, Roberto Farias de; FILHO, José Rodrigues de F. **Sustentabilidade em Gestão de Projetos**. São Paulo: Actual Editora, 2023.

PLANO DA DISCIPLINA			
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública		
Disciplina	Estatística e Indicadores Aplicados à Gestão Pública	Código	EIAGP
Carga horária semestral	60	Carga horária semanal	3
Ementa			
Estatística descritiva: representação tabular e gráfica, medidas de tendência central e dispersão. Correlação e Regressão Linear. Tópicos iniciais de amostragem. Elaboração de questionário. Conceitos, tipos e características de indicadores de desempenho. Classificação de indicadores. Critérios de construção de sistemas de medição de desempenho. Aplicabilidade dos indicadores.			
Objetivos			
Geral: Aplicar procedimentos estatísticos elaborando e executando pesquisas de campo com interpretação de indicadores para subsidiar processos de tomada de decisão em gestão pública. Específicos: • Organizar, representar e interpretar dados por meio de tabelas, gráficos e medidas estatísticas. • Aplicar medidas de tendência central e dispersão na análise de dados. • Calcular correlações e regressões lineares simples, identificando relações entre variáveis relevantes à gestão pública. • Planejar e executar uma pesquisa de campo, seguindo todas as etapas do método estatístico, desde a definição do problema até a análise dos resultados. • Avaliar indicadores como suporte à tomada de decisões em políticas e programas públicos.			
Referências básicas			

BECKER, João Luiz. **Estatística básica**: transformando dados em informação. Porto Alegre: Bookman, 2015.

FONSECA, Jairo S.; MARTINS, Gilberto de A. **Curso de Estatística**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

Fundação Nacional da Qualidade. **Indicadores de Desempenho** – Estruturação do Sistema de Indicadores Institucionais. 3.ed. São Paulo: Fundação Nacional da Qualidade, 2012.

KAZMIER, Leonard J. **Estatística Aplicada a Administração e Economia**. 4.ed. Porto Alegre: Bookman Companhia Ed., 2007.

MARTINS, Gilberto de A.; DOMINGUES, Osmar. **Estatística geral e aplicada**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

Referências complementares

COSTA, Giovani Glaucio de Oliveira. **Curso de Estatística Básica**: Teoria e prática. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2015.

FONSECA, Jairo Simon; MARTINS, Gilberto de Andrade. **Curso de estatística**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

NOVAES, Diva Valério; COUTINHO, Célia de Queiroz e Silva. **Estatística para a educação profissional**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

JANNUZZI, P. de M. **Indicadores Sociais no Brasil**. Conceitos, Fontes de Dados e Aplicações. 6. ed. Campinas: Alínea, 2017.

JANNUZZI, P. de M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**, [S. l.], v. 56, n. 2, p. p. 137-160, 2014. DOI: 10.21874/rsp.v56i2.222. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/222>.

SILVA, Christian L. SOUZA-LIMA, José Edmilson de. **Políticas Públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo. Editora Saraiva, 2010.

TERRIBILI FILHO, Armando. **Indicadores de gerenciamento de projetos**: implementar e monitorar para atingir objetivos. 2.ed. – Rio de Janeiro: Alta Books, 2025.

TIBONI, Conceição Gentil Rebelo. **Estatística Básica**: para os cursos de Administração, Ciências Contábeis, Tecnológicos e de Gestão. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PLANO DA DISCIPLINA			
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública		
Disciplina	Políticas Públicas	Código	PP
Carga horária semestral	80	Carga horária semanal	4
Ementa			
Teorias e história do campo de públicas. Público e privado: governo, Estado e sociedade civil. Conceitos: progresso, estado de bem-estar social, desenvolvimento, sustentabilidade. Estado, mercado e sociedade. Ciclo da política pública. Modelos e tipologias. Políticas públicas no Brasil. Metodologia: bases, fontes, coletas de dados para indicadores sociais na atualidade. Conselhos de políticas públicas. Estudo de caso e instrumentos para a construção de um modelo de política pública.			
Objetivos			
Geral: Analisar os fundamentos, modelos e métodos das políticas públicas, suas relações com o			

Estado, a sociedade e o mercado, com foco em sua aplicação no contexto brasileiro.

Específicos:

- Discutir a história e as teorias do campo de públicas.
- Diferenciar as esferas pública e privada no Estado e na sociedade.
- Analisar o ciclo das políticas públicas e suas tipologias.
- Aplicar métodos e dados para formular e avaliar políticas públicas.

Referências básicas

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas Públicas: princípios, propósitos e processos**. SP: Atlas, 2012.

HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (org). **Políticas públicas no Brasil**. Editora Fiocruz, 2007.

SECCHI, Leonardo. **Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções**. Porto Alegre: Cengage Learning Brasil, 2024.

Referências complementares

ARCOVERDE, Ana C. B. Avaliação de políticas públicas: elemento estratégico de gestão da coisa pública. In: **Anais da IV Jornada Internacional de Políticas Públicas - Neoliberalismo e Lutas Sociais: Perspectivas para as Políticas Públicas**. São Luís - MA, 2009. Disponível em: <http://www.arcus-ufpe.com/files/artcoisapub.pdf>.

GONÇALVES, Guilherme C.; AFFONSO, Lígia M F.; TEIXEIRA, Vanessa R.; et al. **Elaboração e implementação de políticas públicas**. Porto Alegre: SAGAH, 2017.

FONTE, Felipe de M. **Políticas públicas e direitos fundamentais**. 3. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2021.

PROCOPIUCK, Mario. **Políticas públicas e fundamentos da administração pública: análise e avaliação, governança e redes de políticas, administração judiciária**. Rio de Janeiro: Atlas, 2013.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45

QUEIROZ, Roosevelt B. **Formação e gestão de políticas públicas**. 3 ed. Curitiba: Ibepex, 2011

PLANO DA DISCIPLINA			
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública		
Disciplina	Desenvolvimento Regional	Código	DR
Carga horária semestral	60	Carga horária semanal	3
Ementa			
Fundamentos teóricos e abordagens interdisciplinares do desenvolvimento regional. Processos históricos, sociais, multiculturais e econômicos na formação da Região Amazônica. Dinâmicas de territorialização, urbanização e redes de produção regional. Planejamento regional e local: diretrizes, estratégias e instrumentos de gestão territorial. Planos, programas e projetos como instrumentos de política pública e de governança para o desenvolvimento sustentável. Participação social, educação e governança como meios de integração entre sociedade e território. Modelos, tendências e desafios			

contemporâneos do desenvolvimento regional no Brasil e na Amazônia.			
Objetivos			
Geral: Analisar os fundamentos, políticas e práticas do desenvolvimento regional, com ênfase na realidade amazônica, compreendendo suas dimensões históricas, sociais, culturais e territoriais. Específicos: • Identificar os conceitos e abordagens interdisciplinares do desenvolvimento regional. • Analisar a formação social, cultural e espacial da Região Amazônica e suas dinâmicas de territorialização e urbanização. • Examinar instrumentos de planejamento regional, planos, programas e projetos como estratégias de governança. • Discutir a participação social, a educação e a governança como meios de integração entre sociedade e território. • Propor soluções e estratégias contextualizadas para os desafios contemporâneos do desenvolvimento regional, especialmente na Amazônia.			
Referências básicas			
BECKER, Dinizar, F. WITTMANN, Milton Luiz. Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares. Santa Cruz do Sul. EDUNISC, 2010. BENI, Mário Carlos. Turismo: planejamento estratégico e capacidade de gestão – desenvolvimento regional, redes de produção e clusters. Barueri: Manole, 2012. ULTRAMARI, Clovis; DUARTE, Fábio. Desenvolvimento local e regional. 2. ed. Curitiba: Ibpx, 2011. (Série Gestão Pública).			
Referências complementares			
CARVALHO, José Raimundo; HERMANN, Klaus (orgs). Território, Políticas Públicas e Estratégias de Desenvolvimento. São Paulo: Konrad Adenauer Stiftung, 2005. CATAPAN, Anderson; COMERLATTO, Dunia; OLIVEIRA, Francisco Henrique. Políticas públicas e desenvolvimento: tendências contemporâneas. São Paulo: Editora CRV, 2020. DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda Costa de. Políticas públicas: princípios, propósitos e processos. Rio de Janeiro: Atlas, 2012. LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. A Amazônia no Século XXI: Novas formas de desenvolvimento. São Paulo: Editora Empório do Livro, 2009. MIKLOS, Jorge. Cultura e desenvolvimento local – ética e comunicação comunitária. 1. ed. São Paulo: Érica, 2014. LEAL, Ana Christina Darwich Borges [et al.]. Direito, políticas públicas e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO; Belém, PA: CESUPA, 2013. SILVA, Christian Luiz da. Políticas Públicas e desenvolvimento local. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.			

PLANO DA DISCIPLINA			
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública		
Disciplina	Práticas Integradoras em Gestão Pública III	Código	EXT

Carga horária semestral	40	Carga horária semanal	2
Ementa			
Concepção, planejamento, execução, monitoramento e avaliação de ações extensionistas articuladas ao ensino, orientadas por interação dialógica, interdisciplinaridade, impacto social e formação cidadã. Identificação de demandas sociais, planejamento, desenvolvimento e avaliação de intervenções, fomentando uma formação profissional crítica e engajada. Aproximação entre a teoria e a prática da gestão com a comunidade local. Elaboração do relatório extensionista das ações extensionistas.			
Objetivos			
Geral: Executar projetos extensionistas que respondam a demandas reais da gestão pública e da comunidade, desenvolvendo competências de planejamento, elaboração, monitoramento, avaliação e comunicação de resultados com ética e foco em impacto social. Específicos: • Avaliar demandas reais da gestão pública a partir do envolvimento com a comunidade e seus respectivos problemas sociais. • Diagnosticar necessidades e atores envolvidos e delimitar problemas públicos prioritários a partir de métodos participativos. • Planejar e executar ação extensionista com metas, cronograma, responsabilidades, orçamento básico, comunicação e observância de ética e responsabilidade social. • Aplicar as atividades extensionistas dentro do contexto da área de gestão pública. • Monitorar e avaliar a ação com indicadores de processo e de resultado, documentando e publicizando os produtos. • Apresentar os resultados da prática extensionista em um relatório para a comunidade acadêmica e público-alvo.			
Referências básicas			
FAZENDA, Ivani Catarina A.; GODOY, Herminia P. Interdisciplinaridade: pensar, pesquisar e interagir. São Paulo: Cortez Editora, 2023. GIL, Antonio C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 7. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. MATIAS, Marlene. Planejamento, Organização e Sustentabilidade em Eventos: Culturais, Sociais e Esportivos. Barueri: Manole, 2011. PRADO, Fernando Leme do. Metodologia de Projetos. Rio de Janeiro: Saraiva, 2012.			
Referências complementares			
CAMARGO, Robson Alves de; RIBAS, Thomaz. Gestão ágil de projetos. Rio de Janeiro: Saraiva Uni, 2019. GOHN, Maria da G. Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. v.1. (Coleção questões da nossa época). São Paulo: Cortez Editora, 2023. MENDONÇA, Maria José A.; PEROZIN, Juliana Gutierrez Penna A. Planejamento e Organização de Eventos. Rio de Janeiro: Érica, 2014. PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; FERNANDES, Valdir. Práticas da interdisciplinaridade no ensino e pesquisa. Barueri, SP: Manole, 2015. PHILLIPI JR., Arlindo P.; SILVA NETO, Antônio J. Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia & Inovação. Barueri: Manole, 2011. SILVA, Ana Lúcia Gomes da; ALMEIDA, Telma Teixeira de O. Interdisciplinaridade e metodologias ativas: como fazer? São Paulo: Cortez Editora, 2023.			

QUARTO PERÍODO

PLANO DA DISCIPLINA			
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública		
Disciplina	Gestão de Pessoas	Código	GP
Carga horária semestral	60	Carga horária semanal	3
Ementa			
Fundamentos e evolução da Gestão de Pessoas. Modelos e abordagens contemporâneas de gestão aplicadas ao setor público e privado. Processos da gestão de pessoas. Políticas de gestão de pessoas e práticas sustentáveis. Inovação, tecnologia e tendências na gestão estratégica de pessoas.			
Objetivos			
Geral: Reconhecer os princípios e transformações que estruturam a gestão de pessoas como função essencial das organizações. Específicos: • Relacionar diferentes modelos de gestão de pessoas, destacando suas aplicações no contexto público e privado. • Sistematizar os principais processos e subsistemas de gestão de pessoas voltados à eficiência e à valorização do trabalho. • Explicar políticas e práticas de gestão de pessoa com foco na equidade, ética e sustentabilidade institucional. • Integrar conhecimentos sobre inovação e tecnologia à gestão de pessoas, construindo visões críticas sobre seus impactos nas organizações contemporâneas.			
Referências básicas			
CHIAVENATO, Idalberto. Recursos humanos: o capital humano das organizações. 9ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. FISCHER, André Luiz; DUTRA, Joel Souza; AMORIM, Wilson Aparecido C. Gestão de Pessoas: desafios estratégicos das organizações contemporâneas. São Paulo: Atlas, 2009. LACOMBE, Francisco. Recursos Humanos: Princípios e Tendências. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2011. ROBBINS, Stephen Paul.; JUDGE, Timothy A. Comportamento Organizacional. 18. ed. São Paulo: Pearson Brasil, 2020. VECCHIO, Robert P. Comportamento Organizacional: conceitos básicos. São Paulo: Cengage Learning, 2009.			
Referências complementares			
BOHLANDER, George W. SNELL, Scott. Administração de Recursos Humanos. 16.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015. CHIAVENATO, Idalberto. Planejamento, Recrutamento e Seleção de Pessoal: como agregar talentos à empresa. 8 ed. Barueri-SP: Manole, 2015. CARBONE, Pedro P. et al. Gestão por competência e gestão do conhecimento. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.			

COHEN, Allan R. FINK, Stephen L. **Comportamento Organizacional, Conceitos e Estudos de Casos**. Rio de Janeiro, 2003.

IVANCEVICH, John M. **Gestão de Recursos humanos**. São Paulo: McGraw-Hill, 2008.

LUCENA, Maria Diva S. **Planejamento de Recursos Humanos**. São Paulo: Atlas, 2014.

MARRAS, Jean P. **Administração de Recursos Humanos: do operacional ao estratégico**. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

VERGARA, Sylvia Constant. **Gestão de Pessoas**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

PLANO DA DISCIPLINA			
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública		
Disciplina	Licitações e Contratos Administrativos	Código	LCA
Carga horária semestral	60	Carga horária semanal	3
Ementa			
Introdução às Licitações e Contratos Administrativos (em conformidade com a Lei nº 14.133/2021). Fundamentos e Agentes: Conceito, Princípios (ênfase em Planejamento, Transparência, Eficiência, Segregação de Funções). Governança das Contratações. Papel e responsabilidades do Agente de Contratação e da Alta Administração. Planejamento da Contratação (Fase Preparatória); Seleção do Fornecedor (Fases Externas); Modalidades: Concorrência, Pregão, Concurso, Leilão, e a nova modalidade Diálogo Competitivo. Gestão e Fiscalização de Contratos: Formalização, Cláusulas Essenciais, Duração e Garantias. Execução: Gestão e Fiscalização do Contrato. Anulação, Revogação e Extinção Contratual. Resolução de Conflitos: Meios Alternativos (Mediação, Arbitragem, Comitê de Resolução de Disputas). Instrumentos Congêneres: Convênios e Acordos. Terceirização e prestação de serviços (conceitos, formas). Concessões e Permissões de Serviço Público. Regime Diferenciado de Contratações Públicas. Intervenção do Estado na propriedade.			
Objetivos			
Geral: Entender a importância do processo licitatório e da gestão de contratos para a administração pública. Específicos: • Analisar as principais determinações constitucionais sobre licitação. • Conhecer os principais aspectos da Lei 14.133/2021. • Compreender o funcionamento básico de uma licitação pública, com suas modalidades, princípios, critérios de julgamento e fases. • Estudar os contratos administrativos e suas principais características.			
Referências básicas			
CALASANS JUNIOR, José. Manual da licitação: orientação prática para processamento de licitações, com roteiros. 3. ed. atual. São Paulo: Atlas, 2021. OLIVEIRA, Rafael Carvalho R. Licitações e Contratos Administrativos - Teoria e Prática. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. PIRES, Antonio Cecílio M.; PARZIALE, Aniello. Comentários à Nova Lei de Licitações Públicas e Contratos Administrativos: Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021. São Paulo:			

Almedina Brasil, 2022.
Referências complementares
BARCELLOS, Bruno M.; MATTOS, João G. Licitações e contratos. Porto Alegre: SAGAH, 2017. BITTENCOURT, S. Manual de convênios administrativos. 3. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Parcerias na administração pública: concessão, permissão, franquia, terceirização, parceria público-privada e outras formas. 10. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2015. RODRIGUES, Rodrigo B. Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Rio de Janeiro: Expressa, 2021. NIEBUHR, Joel de Menezes. Licitação pública e contrato administrativo. 4. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015. ZAFFARI, Eduardo; FERREIRA, Gabriel B.; LIMA, Náthani S.; et al. Licitações e Contratos. Porto Alegre: SAGAH, 2022.

PLANO DA DISCIPLINA			
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública		
Disciplina	Planejamento e Gestão Estratégica	Código	PGE
Carga horária semestral	80	Carga horária semanal	4
Ementa			
História e trajetória do planejamento governamental. Conceitos e pressupostos da formulação estratégica. Fundamentos da gestão estratégica. Estratégias organizacionais na Gestão Pública. Etapas do Planejamento estratégico. Métodos de elaboração do plano estratégico. Implementação e gerenciamento do plano estratégico. O Planejamento Estratégico como instrumento de Gestão e aprendizagem organizacional. Planejamento participativo. Processo Decisório no Setor Público. O planejamento urbano no Brasil. Planos: diretor, decenais e de governo. Tópicos de estratégia como prática.			
Objetivos			
Geral: Analisar o processo de planejamento e gestão estratégica, compreendendo o ambiente das organizações públicas numa perspectiva crítica. Específicos: • Analisar o processo de origem, evolução e crise do planejamento governamental no Brasil. • Descrever os principais tipos de planejamento utilizados pela administração pública. • Elaborar planejamento estratégico com base em organizações públicas. • Utilizar as ferramentas de tomada de decisão gerencial.			
Referências básicas			
GUAZZELLI, Arianne M.; XARÃO, Jacqueline C. Planejamento estratégico. Porto Alegre: SAGAH, 2018. MINTZBERG, Henry; CARPIGIANI, Maria Adelaide. Ascensão e queda do planejamento			

estratégico. Porto Alegre - RS: Bookman, 2007.
 MINTZBERG, Henry; LAMPEL, Joseph; QUINN, James B.; et al. **O processo da estratégia.** 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.
 OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento Estratégico: Conceitos, Metodologia e Práticas.** 35. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2023.

Referências complementares

DECOURT, Felipe; NEVES, Hamilton da Rocha; BALDNER, Paulo Roberto. **Planejamento e gestão estratégica.** Rio de Janeiro: FGV, 2012.
 GOMES, R. C.; AZEVEDO, C. B. Balanced Scorecard: A Literature Review to Trace its Trajectory in the Public Administration Domain. **International Journal of Public Administration**, v. 48, p. 502-518, 2024.
 MATIAS-PEREIRA, José. **Curso de Administração Estratégica: Foco no Planejamento Estratégico.** Rio de Janeiro: Atlas, 2010.
 MINTZBERG, Henry; AHLSTRAND, Bruce; LAMPEL, Joseph. **Safari de estratégia.** 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.
 OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Administração estratégica na prática: a competitividade para administrar o futuro das empresas.** 8 ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2013.
 ROCHA, Águida Garreth Ferraz. **Planejamento e Gestão Estratégica.** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

PLANO DA DISCIPLINA			
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública		
Disciplina	Gestão da Regulação	Código	GR
Carga horária semestral	40	Carga horária semanal	2
Ementa			
Fundamentos da regulação econômica: falhas de mercado e falhas de governo. Racionalidade da regulação, custo-benefício da regulação, regulação, desregulação e autorregulação. Teorias da regulação: teoria econômica da regulação. Teoria do interesse público. Teoria da captura e teoria da regulação de principal-agente. Regulação de mercados setoriais: energia, telecomunicações, transportes, petróleo, saúde e água. Sistema brasileiro de defesa da concorrência (SBDC): Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE) e Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE).			
Objetivos			
Geral: Avaliar a racionalidade da regulação econômica, assim como, a necessidade de gestão de seus instrumentos operacionais e procedimentais nas economias de mercado contemporâneas, visando amenizar os excessos de poder das organizações empresariais, vis a vis os consumidores. Específicos: • Explicar a racionalidade dinâmica da regulação econômica; • Justificar a necessidade de gestão das instituições responsáveis pela regulação econômica e setorial;			

- Identificar as instituições responsáveis pela regulação dos mercados nacionais;
- Analisar o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.
- Avaliar os excessos de poder das organizações empresariais, vis a vis os consumidores.

Referências básicas

CONRADO, Regis da Silva. **Serviços públicos à brasileira** : fundamentos jurídicos, definição e aplicação. São Paulo: Saraiva, 2013.

KALIL, Renan Bernardi. **A regulação do trabalho via plataformas digitais**. São Paulo : Blucher, 2020.

MAZZUCATO, M. **O Estado Empreendedor**: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado. São Paulo: Editora Portfolio-Penguin, 2014.

MOTTA, Paulo Roberto Ferreira. **Agências reguladoras**. Barueri, SP: Manole, 2003.

Referências complementares

BARAT, Josef. **Natureza e Papel das Agências Reguladoras**. Documento elaborado para o Curso de Introdução à Regulação da ENAP. Brasília: ENAP, set. de 2011.

BENJÓ, I. **Fundamentos de Economia da Regulação**. Rio de Janeiro: Editora Thex, 1999.

CABRAL, F. G.; GOMES, P. S.; MISHIMA, R. A. M. **Regulação da Atividade Econômica e dos Serviços Públicos**. São Paulo: Editora Mizuno, 2024.

CAMILO JUNIOR, Ruy Pereira. **Direito societário e regulação econômica**. Barueri, SP: Manole, 2018.

CAMPOS, R. (Org.) **O Futuro da Regulação de Plataformas Digitais**: Digital Services Act (DAS), Digital Markets Act (DMA) e Seus Impactos no Brasil. São Paulo: Editora Contracorrente, 2023.

CHANG, Ha Joon. **Chutando a Escada – A Estratégia do Desenvolvimento em Perspectiva Histórica**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Parcerias na administração pública**: concessão, permissão, franquia, terceirização, parceria público-privada e outras formas. 10. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2015.

MOREIRA, Antônio Júdice; [et al.]. **Mediação e arbitragem na administração pública**: Brasil e Portugal. São Paulo: Almedina, 2020.

PINHEIRO, A. C.; PORTO, A. J. M. & SAMPAIO, P. R. P. (Coords.) **Regulação de Novas Tecnologias**. Rio de Janeiro: FGV-Direito Rio Editora, 2022.

SILVESTRE, H. C. **Gestão Pública – Modelos de Prestação no Serviço Público**. Lisboa: Escolar Editora, 2007.

TIMM, L.; FRANÇA, M. C. (Coords.) **A Nova Regulação Econômica**. Centro de Estudos de Direito Econômico e Social (CEDES). 2ª ed. São Paulo: Editora Foco, 2024.

PLANO DA DISCIPLINA			
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública		
Disciplina	Contabilidade Pública	Código	CP
Carga horária semestral	40	Carga horária semanal	2
Ementa			

Conceito, definição, princípios e campo de aplicação da Contabilidade Pública. Informações exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Lei Complementar nº 101/2000. Patrimônio na Administração Pública. Inventário na Administração pública. Regimes contábeis. Demonstrações Contábeis aplicadas ao Setor Público. Análise de Indicadores e Indicativos Contábeis. Contabilidade Sintética. Sistema financeiro. Sistema Patrimonial. Sistema de compensação. Plano de Contas. Novos pressupostos da contabilidade pública.

Objetivos

Geral: Compreender e aplicar os princípios, normas e procedimentos da Contabilidade Pública, promovendo a transparência, o controle e a correta evidência das informações patrimoniais, orçamentárias e financeiras no setor público.

Específicos:

- Compreender a estrutura e os princípios que norteiam o sistema de contabilidade aplicado ao setor público, reconhecendo sua importância para a gestão fiscal responsável.
- Analisar criticamente as demonstrações contábeis governamentais, identificando seus elementos constitutivos e suas inter-relações com os instrumentos de planejamento e execução orçamentária.
- Interpretar e mensurar os eventos econômicos, financeiros e patrimoniais que impactam o resultado e o patrimônio das entidades públicas, conforme as normas de contabilidade vigentes.
- Demonstrar a utilização das informações contábeis como ferramenta de apoio à tomada de decisão, à *accountability* e à avaliação da conformidade fiscal e orçamentária.

Referências básicas

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade pública na gestão municipal**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Contabilidade Aplicada ao Setor Público - Abordagem Objetiva e Didática**. 3. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2021.

SILVA, Lino Martins. **Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo da nova contabilidade pública**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Referências complementares

ARRUDA, Daniel G.; ARAÚJO, Inaldo da Paixão S. **Contabilidade pública: da teoria à prática**. 3. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Uni, 2020.

BORGES, Thiago B. **Fundamentos de contabilidade pública**. Porto Alegre: SAGAH, 2016.

LIMA, Diana Vaz de. **Orçamento, Contabilidade e Gestão No Setor Público**. 2. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022.

LIMA, Severino Cesário de; DINIZ, Josedilton A. **Contabilidade Pública - Análise Financeira Governamental**. Rio de Janeiro: Atlas, 2016.

MATIAS-PEREIRA, José. **Finanças públicas: foco na política fiscal, no planejamento e orçamento público**. 6. ed. atual. São Paulo: Atlas, 2012.

PISCITELLI, Roberto B. **Contabilidade Pública**. 14. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2019.

ROSA, Maria Berenice. **Contabilidade do setor público: de acordo com as inovações das normas brasileiras de contabilidade técnicas aplicadas ao setor público: contém as mudanças das práticas contábeis vigentes, conforme MCASP editado pela STN**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

PLANO DA DISCIPLINA			
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública		
Disciplina	Elaboração de Projeto de Pesquisa	Código	EPP
Carga horária semestral	40	Carga horária semanal	2
Ementa			
Concepção e delineamento de projetos de pesquisa aplicados à gestão pública. Estrutura básica de um artigo científico. Planejamento em pesquisa no campo da gestão pública: tema, problema e hipótese, estudo bibliográfico, métodos de pesquisa. Estado da arte e busca sistemática (bases acadêmicas, dados governamentais, LAI e repositórios institucionais). Orientações para buscar orientador(a). Apresentação de projeto. NBRs relacionadas ao projeto de pesquisa.			
Objetivos			
Geral: Elaborar projeto de pesquisa aplicado à gestão pública, metodologicamente consistente e conforme normas ABNT, apto à submissão e execução. Específicos: • Definir problema, objetivos e hipóteses com justificativa teórica e relevância para a gestão pública. • Aplicar o processo da pesquisa, elaborando um projeto a partir da reflexão crítica da prática das organizações públicas. • Apresentar publicamente o projeto, defendendo escolhas metodológicas e potenciais contribuições para políticas públicas.			
Referências básicas			
CRESWELL, John W.; CLARK, Vicki L P. Pesquisa de métodos mistos. (Métodos de pesquisa). 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2013. GIL, Antonio C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 7. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do trabalho científico: projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. NASCIMENTO, Luiz Paulo do. Elaboração de projetos de pesquisa: monografia, dissertação, tese e estudo de caso, com base em metodologia científica. Porto Alegre: Cengage Learning Brasil, 2024.			
Referências complementares			
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 6023: Informação e documentação referências - elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 10520: citações em documentos - apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002. ARENHARDT, Valéria et al. Normas técnicas para a elaboração de trabalhos acadêmicos e científicos: um olhar para o ensino médio. ARENHARDT, Valéria et al. 1. ed. Vilhena: Gráfica AGBR-#-IFRO - Campus Vilhena, 2014. CRESWELL, John W. Investigação qualitativa e projeto de pesquisa. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014. ISKANDAR, Jamil Ibrahim. Normas da ABNT: comentadas para trabalhos científicos. 5. ed. Curitiba: Juruá Ed, 2012.			

SORDI, José Osvaldo de. **Desenvolvimento de Projeto de Pesquisa**. Rio de Janeiro: Saraiva Uni, 2017.

PLANO DA DISCIPLINA				
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública			
Disciplina	Optativa I		Código	
Carga horária semestral	40	Carga horária semanal	2	
Ementa				
A ementa deste componente será aquela da disciplina oferecida como optativa pela Coordenação do Curso depois de consulta aos discentes/turma.				
Objetivos				
Geral: O objetivo geral deste componente será aquele da disciplina oferecida como optativa pela Coordenação do Curso depois de consulta aos discentes/turma. Específico: Os objetivos específicos deste componente serão aqueles da disciplina oferecida como optativa pela Coordenação do Curso depois de consulta aos discentes/turma.				
Referências básicas				
As referências básicas serão aquelas decorrentes da disciplina decidida pela Coordenação do Curso depois de consulta aos discentes/turma.				
Referências complementares				
As referências complementares serão aquelas decorrentes da disciplina decidida pela Coordenação do Curso depois de consulta aos discentes/turma.				

PLANO DA DISCIPLINA				
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública			
Disciplina	Práticas Integradoras em Gestão Pública IV		Código	EXT
Carga horária semestral	40	Carga horária semanal	2	
Ementa				

Concepção, planejamento, execução, monitoramento e avaliação de ações extensionistas articuladas ao ensino, orientadas por interação dialógica, interdisciplinaridade, impacto social e formação cidadã. Identificação de demandas sociais, planejamento, desenvolvimento e avaliação de intervenções, fomentando uma formação profissional crítica e engajada. Aproximação entre a teoria e a prática da gestão com a comunidade local. Elaboração do relatório extensionista das ações extensionistas.

Objetivos

Geral: Executar projetos extensionistas que respondam a demandas reais da gestão pública e da comunidade, desenvolvendo competências de planejamento, elaboração, monitoramento, avaliação e comunicação de resultados com ética e foco em impacto social.

Específicos:

- Avaliar demandas reais da gestão pública a partir do envolvimento com a comunidade e seus respectivos problemas sociais.
- Diagnosticar necessidades e atores envolvidos e delimitar problemas públicos prioritários a partir de métodos participativos.
- Planejar e executar ação extensionista com metas, cronograma, responsabilidades, orçamento básico, comunicação e observância de ética e responsabilidade social.
- Aplicar as atividades extensionistas dentro do contexto da área de gestão pública
- Monitorar e avaliar a ação com indicadores de processo e de resultado, documentando e publicizando os produtos.
- Apresentar os resultados da prática extensionista em um relatório para a comunidade acadêmica e público-alvo.

Referências básicas

FAZENDA, Ivani Catarina A.; GODOY, Herminia P. **Interdisciplinaridade**: pensar, pesquisar e interagir. São Paulo: Cortez Editora, 2023.

GIL, Antonio C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 7. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022.

MATIAS, Marlene. **Planejamento, Organização e Sustentabilidade em Eventos**: Culturais, Sociais e Esportivos. Barueri: Manole, 2011.

PRADO, Fernando Leme do. **Metodologia de Projetos**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2012.

Referências complementares

CAMARGO, Robson Alves de; RIBAS, Thomaz. **Gestão ágil de projetos**. Rio de Janeiro: Saraiva Uni, 2019.

GOHN, Maria da G. **Educação não formal e o educador social**: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. v.1. (Coleção questões da nossa época). São Paulo: Cortez Editora, 2023.

MENDONÇA, Maria José A.; PEROZIN, Juliana Gutierrez Penna A. **Planejamento e Organização de Eventos**. Rio de Janeiro: Érica, 2014.

PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; FERNANDES, Valdir. **Práticas da interdisciplinaridade no ensino e pesquisa**. Barueri, SP: Manole, 2015.

PHILLIPI JR., Arlindo P.; SILVA NETO, Antônio J. **Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia & Inovação**. Barueri: Manole, 2011.

SILVA, Ana Lúcia Gomes da; ALMEIDA, Telma Teixeira de O. **Interdisciplinaridade e metodologias ativas: como fazer?** São Paulo: Cortez Editora, 2023.

QUINTO PERÍODO

PLANO DA DISCIPLINA			
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública		
Disciplina	Governança e Controle na Administração Pública	Código	GCAP
Carga horária semestral	60	Carga horária semanal	3
Ementa			
Teorias sobre Governança: fundamentos, princípios e modelos de governança pública, com enfoque na gestão orientada por resultados, transparência e responsabilidade. Governança, governabilidade e <i>accountability</i> , como instrumentos de controle utilizados na administração pública. Sistemas de Controles na Administração Pública: controle interno, externo e social, Papéis institucionais do Tribunal de Contas, Ministério Público e Controladorias. Auditoria governamental: tipos, etapas e contribuições para o aprimoramento da gestão pública. Noções de Gestão de riscos. Participação Social e Conselhos de Políticas Públicas.			
Objetivos			
Geral: Compreender e aplicar os fundamentos, estruturas e mecanismos de governança e controle no âmbito da administração pública, de modo a fortalecer a transparência, a eficiência, a integridade e a responsabilidade na gestão dos recursos e políticas públicas. Específico: • Identificar os princípios, modelos e dimensões da governança pública, identificando sua relação com a governabilidade, a <i>accountability</i> e o desempenho institucional. • Compreender as estruturas e funções dos sistemas de controle interno e externo, reconhecendo o papel dos órgãos fiscalizadores e dos mecanismos de auditoria governamental. • Conhecer práticas de gestão orientadas pela transparência, pela ética e pela prestação de contas, observando as diretrizes de controle e de participação social.			
Referências básicas			
CASTRO, Domingos Poubel de. Auditoria, Contabilidade e Controle Interno no Setor Público. 7 ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2018. FRANÇA, Phillip G. Controle da administração pública. 4. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2016. CONTI, José M.; MOUTINHO, Donato Volkers; NASCIMENTO, Leandro Maciel. Controle da administração pública no Brasil. São Paulo: Editora Blucher, 2022. PETER, Maria da Glória Arrais.; MACHADO, Marcus Vinicius Veras. Manual de auditoria governamental. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.			
Referências complementares			
GIACOMELLI, Giancarlo; ELIAS, Flávia; COLOMBO, Jéfferson A.; et al. Governança Corporativa. Porto Alegre: SAGAH, 2017. GONÇALVES, Guilherme C.; LIMA, Diego G.; SILVA, Thiago O. Auditoria no setor			

público. Porto Alegre: SAGAH, 2020.

GOMES, Ana Paula de Oliveira. **Elementos de auditoria governamental:** teoria e questões de concursos com gabarito. 3. ed. atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

GUERRA, Evandro Martins. Os controles externo e interno da Administração Pública. 2. ed. revisada e ampliado. 2 reimpressão. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

MESSA, Ana F. **Transparência, Compliance e Práticas Anticorrupção na Administração Pública.** São Paulo: Almedina Brasil, 2019.

PINHO, Clóvis Alberto Bertolini de. **Corrupção e Administração Pública no Brasil.** São Paulo: Almedina Brasil, 2020.

SILVA, Moacir Marques. **Curso de Auditoria Governamental:** de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria Pública aprovadas pela INTISAI. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SLOMSKI, Valmor. **Controladoria e governança na gestão pública.** Rio de Janeiro: Atlas, 2005.

TEIXEIRA, Alex F.; GOMES, Ricardo C. Governança pública: uma revisão conceitual. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 70, n. 4, p. 519-550, out./dez. 2019 Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/5422>.

PLANO DA DISCIPLINA			
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública		
Disciplina	Administração Pública	Código	AP
Carga horária semestral	40	Carga horária semanal	2
Ementa			
Histórico, reformas e evolução da Administração Pública no Brasil. A reforma burocrática e a criação do DASP. Tentativas de modernização, o Decreto Lei nº. 200/67 e o PND – Plano Nacional de Desburocratização. Nova República, transição democrática e retrocesso administrativo. Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado – PDRAE. Modelos teóricos de Administração Pública. Administração Pública patrimonialista. Administração Pública Burocrática. Paradigma pós-burocrático. Administração Pública Gerencial. O novo gerencialismo público ou nova gestão pública. Convergências e diferenças entre a gestão pública e a gestão privada. Tendências contemporâneas em Gestão Pública.			
Objetivos			
Geral: Analisar criticamente a evolução histórica, os modelos teóricos e as reformas da Administração Pública no Brasil, suas transformações, desafios e impactos na gestão pública contemporânea, com ênfase na transição do modelo burocrático ao gerencial e nas interfaces entre gestão pública e privada. Específicos: • Analisar o processo histórico e as reformas da Administração Pública brasileira, desde a criação do DASP até as iniciativas contemporâneas, identificando continuidades e rupturas. • Diferenciar os modelos teóricos de Administração Pública — patrimonialista, burocrático e gerencial. • Descrever o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) e o Plano			

Nacional de Desburocratização (PND), avaliando seus propósitos, implementação e resultados. • Explicar as convergências e diferenças entre a gestão pública e a privada, refletindo sobre a aplicabilidade de instrumentos gerenciais no setor público. • Identificar as tendências da gestão pública gerencial no Brasil. • Analisar de forma crítica os desafios atuais da Administração Pública, considerando a influência do novo gerencialismo público e do paradigma pós-burocrático.			
Referências básicas			
BRESSER PEREIRA, Luiz C. Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional. Brasília: ENAP, 1998. DENHARDT, Robert B.; HEIDEMANN, Francisco G. Teorias da administração pública. 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2017. MATIAS-PEREIRA, José. Manual de gestão pública contemporânea. 6. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2020. NOHARA, Irene P. Reforma Administrativa e Burocracia. 1. Ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2012.			
Referências complementares			
CHIAVENATO, Idalberto. Administração geral e pública. 6. ed. Barueri, SP: Manole, 2022. COSTA, F. L. Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas. RAP, Rio de Janeiro, v. 42, n. 5, p. 829-74, set./out. 2008. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122008000500003. COSTIN, Claudia. Administração Pública. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2010. MATIAS-PEREIRA, J. Curso de Administração Pública – Foco na Instituições e Ações Governamentais. São Paulo: Editora Atlas, 2008. MOTTA, Fernando C. Prestes; PEREIRA, Luiz C. Bresser. Introdução à organização burocrática. 2. ed. São Paulo: Thomson, 2004. OLIVEIRA, Ricardo de. Gestão pública: democracia e eficiência: uma visão prática e política. Rio de Janeiro: FGV, 2012. PAULA, Ana Paula Paes de. Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea. 9. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005. RODRIGUES, Maria de L.; SILVA, Pedro Adão E. Políticas Públicas para a Reforma do Estado. São Paulo: Almedina Brasil, 2013. ROBBINS, Stephen P.; DECENZO, David A.; WOLTER, Robert M. A nova administração. 2. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Uni, 2020.			

PLANO DA DISCIPLINA			
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública		
Disciplina	Logística no Setor Público	Código	LSP
Carga horária semestral	40	Carga horária semanal	2
Ementa			
Função, visão, histórico e tendências da Logística. Cadeia de suprimentos. Sistema de Gestão Patrimonial no Setor Público. Administração de Estoque: políticas, tipos e custos. Sistema de			

planejamento de estoque. Armazenagem e controle. Distribuição e transporte. Administração de recursos Patrimonial. Logística reversa. Modais de transporte. Logística no contexto da Amazônia.

Objetivos

Geral: Aplicar princípios, métodos e instrumentos de gestão patrimonial e logística no setor público para otimizar custos, assegurar conformidade e promover sustentabilidade na administração pública.

Específicos:

- Executar ações de gestão e controle de materiais e de patrimônio;
- Empregar em situações problemas da atividade profissional o conhecimento de legislações referentes à logística reversa;
- Analisar criticamente a estrutura de modais de transporte nacionais.

Referências básicas

BOWERSOX, Donald J. ; [et al.]. **Gestão logística da cadeia de suprimentos**. 4. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.

CASTIGLIONI, José Antonio de Mattos. **Logística Operacional: Guia Prático**. 3. ed. São Paulo: Ed. Érica, 2009.

DIAS, Marco Aurélio P. **Administração de Materiais: Princípios, Conceitos e Gestão**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GIACOMELLI, Giancarlo; PIRES, Marcelo Ribas Simões (Org.). **Logística e distribuição**. Porto Alegre: SAGAH, 2016.

MARTINS, Petrônio G.; ALT, Paulo Renalo Campos. **Administração de materiais e recursos patrimoniais**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

Referências complementares

COSTIN, Claudia. **Administração Pública**. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2010.

DIAS, Marco Aurélio P. **Administração de Materiais: uma abordagem logística**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Gestão pública: abordagem integrada da Administração e do Direito Administrativo**. 1. ed. – [3. Reimpr.] – São Paulo: Atlas, 2021.

PAOLESCHI, Bruno. **Almoxarifado e Gestão de Estoques: do recebimento, guarda e expedição à distribuição do estoque**. 2. ed. São Paulo: Editora Érica, 2013.

PEREIRA, André Luiz; [et. al.]. **Logística reversa e Sustentabilidade**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

POZO, Hamilton. **Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais: uma abordagem logística**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

VALLE, Rogerio; SOUZA, Ricardo Gabbay (Org). **Logística reversa: processo a processo**. São Paulo: Atlas, 2014.

PLANO DA DISCIPLINA			
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública		
Disciplina	Gestão Socioambiental	Código	GS

Carga horária semestral	60	Carga horária semanal	3
Ementa			
Fundamentos e dimensões da gestão socioambiental no setor público. Políticas nacionais de meio ambiente e sustentabilidade aplicadas à administração pública. Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) e outros programas institucionais como referência para práticas de gestão socioambiental. Planejamento e implementação de ações sustentáveis em órgãos públicos. Empresas sociais e inovação socioambiental. Políticas de educação ambiental. Tendências contemporâneas e desafios da sustentabilidade no contexto amazônico.			
Objetivos			
Geral: Aplicar os fundamentos, instrumentos e práticas da gestão socioambiental na administração pública, reconhecendo seu papel estratégico na formulação e implementação de políticas sustentáveis. Específicos: • Identificar os conceitos e princípios da gestão socioambiental e sua aplicação no setor público. • Analisar políticas nacionais e programas institucionais (como a A3P) voltados à sustentabilidade na administração pública. • Aplicar ferramentas de planejamento e avaliação para propor práticas socioambientais em órgãos públicos. • Discutir a contribuição das empresas sociais e da inovação para a promoção da sustentabilidade. • Propor soluções contextualizadas para desafios socioambientais no setor público, com ênfase no contexto amazônico.			
Referências básicas			
ANDRADE, Rui. Gestão Socioambiental. 2. ed. Rio de Janeiro: GEN Atlas, 2011. DIAS, Reinaldo. Gestão Ambiental – Responsabilidade Social e Sustentabilidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2017. TACHIZAWA, Takeshy. Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa. 9. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2019.			
Referências complementares			
ALBUQUERQUE, José de Lima. Gestão Ambiental e Responsabilidade Social: Conceitos, ferramentas e aplicações. São Paulo: Atlas, 2009. Dias, Reinaldo. Responsabilidade social: fundamentos e gestão. São Paulo: Atlas, 2012. BARBIERI, J. C. Gestão ambiental empresarial: conceitos modelos e instrumentos. São Paulo: Saraiva, 2004. KRENAK, AILTON. Ideias Para adiar o fim do mundo. São Paulo, Companhia das Letras, 2019. PHILIPPI JR., Arlindo; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; FERNANDES, Valdir. Gestão de natureza pública e sustentabilidade. Barueri, SP: Manole, 2012. POLIZELLI, Demerval Luiz. Meio ambiente e gestão do conhecimento: dos higienistas à sociedade da informação: o papel da administração e uso das redes sociais para a era da ‘desfabricação em massa’. São Paulo: Almedina Brasil, 2011. YUNUS, Muhammad. Criando um negócio social: como iniciativas economicamente viáveis podem solucionar os grandes problemas da sociedade. São Paulo: Alta Books, 2010.			

PLANO DA DISCIPLINA			
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública		
Disciplina	Relações Étnico-raciais na Amazônia	Código	RERA
Carga horária semestral	40	Carga horária semanal	2
Ementa			
Raça, etnia e racismo no Brasil: historicidades e efeitos institucionais na produção de desigualdades. Racismo: produção de diferenças e desigualdades. Amazônia e Rondônia: povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e migrações. A racialização da América Latina: teorias e subjetivações. Estudos decoloniais. A colonialidade do poder. Contracolonização, perspectivas indígenas e afroindígenas no Brasil. Epistemologias do Sul e justiça cognitiva: possibilidade de repensar o mundo e as políticas públicas a partir de saberes e práticas do Sul Global.			
Objetivos			
Geral: Analisar as relações étnico-raciais na Amazônia (brasileira) produzidas a partir do século XVI e os desafios dela decorrentes, impostos às políticas públicas para as sociedades amazônidas. Específicos: • Problematizar conceitos de raça, etnia, desigualdade e diferença e as teorias que os permeiam. • Perceber a racialização da América Latina como um processo de construção eurocentrada. • Reconhecer a importância de povos indígenas, quilombolas e migrantes para a diversidade amazônida. • Analisar criticamente a implementação de políticas públicas à luz da decolonialidade, com foco na Amazônia e em Rondônia, articulando justiça cognitiva, participação social e equidade territorial e étnico-racial.			
Referências básicas			
BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. (Coleção Cultura Negra e Identidades). São Paulo: Autêntica Editora, 2018. GOMES, Nilma L. Um olhar além das fronteiras - educação e relações raciais. São Paulo: Autêntica Editora, 2007. LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. A Amazônia no século XXI: novas formas de desenvolvimento. São Paulo: Empório do livro, 2009. ZANIRATO, Sílvia H. Conhecimento para quê? conhecimento para quem? São Paulo: Editora Blucher, 2024.			
Referências complementares			
AIMÉ, Cesaire. Discurso sobre o colonialismo. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1978. ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2019. BENTO, Cida. O pacto da branquitude. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. 6. ed. São Paulo: Contracorrente Editora, 2021.			

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. 3. ed. Manaus - AM: VaLer, 2019.

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 25–49, 12 ago. 2016.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12.ed. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2019.

HENRIQUE, M. C. O terror da branquitude: violência e racismo contra os indígenas da Amazônia (século XIX). **Revista Brasileira de História**, v. 44, n. 96, p. e277882, 2024. Disponível em: [;](https://www.scielo.br/j/rbh/a/kgLqR4tQBkMYNyy4k3yZcHN/?lang=pt>)

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

MILANEZ, F. et al. Existência e Diferença: O Racismo Contra os Povos Indígenas. **Revista Direito e Práxis**, v. 10, n. 3, p. 2161–2181, jul. 2019. Disponível em: [;](https://www.scielo.br/j/rdp/a/3SxDNnSRRkLbfh3qVFtmBDx/?lang=pt>)

MUNDURUCU, Daniel. As literaturas indígenas e as novas tecnologias da memória. In: JESUS, Naine Terena de e DELGADO, Paulo Sergio (org.). **Povos indígenas no Brasil: perspectiva no fortalecimento de lutas e combate ao preconceito por meio do audiovisual**. Curitiba: Brazil Publishing, 2018.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria (Orgs). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

SILVA, Flávia Piovesan. Silvio José Albuquerque E. **Combate ao racismo**. Rio de Janeiro: Expressa, 2021.

SOUZA, Jessé; SOTO, Pascoal. **Como o racismo criou o Brasil**. 1. ed. São Paulo: Estação Brasil, 2021.

WITTMANN, Luisa T. **Ensino (d)e História Indígena**. São Paulo: Autêntica Editora, 2015.

PLANO DA DISCIPLINA				
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública			
Disciplina	Optativa II		Código	
Carga horária semestral	40	Carga horária semanal	2	
Ementa				
A ementa deste componente será aquela da disciplina oferecida como optativa pela Coordenação do Curso depois de consulta aos discentes/turma.				
Objetivos				
Geral: O objetivo geral deste componente será aquele da disciplina oferecida como optativa pela Coordenação do Curso depois de consulta aos discentes/turma. Específico: Os objetivos específicos deste componente serão aqueles da disciplina oferecida como optativa pela Coordenação do Curso depois de consulta aos discentes/turma.				
Referências básicas				

As referências básicas serão aquelas decorrentes da disciplina decidida pela Coordenação do Curso depois de consulta aos discentes/turma.

Referências complementares

As referências complementares serão aquelas decorrentes da disciplina decidida pela Coordenação do Curso depois de consulta aos discentes/turma.

PLANO DA DISCIPLINA			
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública		
Disciplina	Práticas Integradoras em Gestão Pública V	Código	EXT
Carga horária semestral	100	Carga horária semanal	5
Ementa			
Concepção, planejamento, execução, monitoramento e avaliação de ações extensionistas articuladas ao ensino, orientadas por interação dialógica, interdisciplinaridade, impacto social e formação cidadã. Identificação de demandas sociais, planejamento, desenvolvimento e avaliação de intervenções, fomentando uma formação profissional crítica e engajada. Aproximação entre a teoria e a prática da gestão com a comunidade local. Elaboração do relatório extensionista das ações extensionistas.			
Objetivos			
Geral: Executar projetos extensionistas que respondam a demandas reais da gestão pública e da comunidade, desenvolvendo competências de planejamento, elaboração, monitoramento, avaliação e comunicação de resultados com ética e foco em impacto social. Específicos: • Avaliar demandas reais da gestão pública a partir do envolvimento com a comunidade e seus respectivos problemas sociais. • Diagnosticar necessidades e atores envolvidos e delimitar problemas públicos prioritários a partir de métodos participativos. • Planejar e executar ação extensionista com metas, cronograma, responsabilidades, orçamento básico, comunicação e observância de ética e responsabilidade social. • Aplicar as atividades extensionistas dentro do contexto da área de gestão pública • Monitorar e avaliar a ação com indicadores de processo e de resultado, documentando e publicizando os produtos. • Apresentar os resultados da prática extensionista em um relatório para a comunidade acadêmica e público-alvo.			
Referências básicas			
FAZENDA, Ivani Catarina A.; GODOY, Herminia P. Interdisciplinaridade: pensar, pesquisar e interagir. São Paulo: Cortez Editora, 2023. GIL, Antonio C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 7. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022.			

MATIAS, Marlene. **Planejamento, Organização e Sustentabilidade em Eventos:** Culturais, Sociais e Esportivos. Barueri: Manole, 2011.
PRADO, Fernando Leme do. **Metodologia de Projetos.** Rio de Janeiro: Saraiva, 2012.

Referências complementares

CAMARGO, Robson Alves de; RIBAS, Thomaz. **Gestão ágil de projetos.** Rio de Janeiro: Saraiva Uni, 2019.
GOHN, Maria da G. **Educação não formal e o educador social:** atuação no desenvolvimento de projetos sociais. v.1. (Coleção questões da nossa época). São Paulo: Cortez Editora, 2023.
MENDONÇA, Maria José A.; PEROZIN, Juliana Gutierrez Penna A. **Planejamento e Organização de Eventos.** Rio de Janeiro: Érica, 2014.
PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; FERNANDES, Valdir. **Práticas da interdisciplinaridade no ensino e pesquisa.** Barueri, SP: Manole, 2015.
PHILLIPI JR., Arlindo P.; SILVA NETO, Antônio J. **Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia & Inovação.** Barueri: Manole, 2011.
SILVA, Ana Lúcia Gomes da; ALMEIDA, Telma Teixeira de O. **Interdisciplinaridade e metodologias ativas: como fazer?** São Paulo: Cortez Editora, 2023.

Disciplinas Optativas

PLANO DA DISCIPLINA			
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública		
Disciplina	Inglês Instrumental	Código	II
Carga horária semestral	40	Carga horária semanal	2
Ementa			
Leitura estratégica e compreensão de textos técnicos e administrativos. Vocabulário e gramática em uso nos temas de governança, orçamento, serviços públicos, transparência e ESG. Funções comunicativas: descrever dados, comparar alternativas, justificar decisões, solicitar/fornecer informações. Linguagem simples e clareza textual; estrutura de gêneros profissionais (e-mail, memo, brief, apresentação). Apoios linguísticos e digitais: dicionários bi/monolíngues, glossários e verificação de fontes. Interculturalidade e etiqueta profissional em ambientes internacionais e cooperação governamental.			
Objetivo			
Geral: Criar textos e interações em inglês aplicado à gestão pública, com ênfase em leitura técnica, vocabulário especializado e clareza comunicativa. Específicos: • Ler e interpretar gêneros profissionais em inglês (relatórios, notas técnicas, editais e e-mails), identificando ideia central, argumentos e dados. • Produzir comunicações escritas em inglês com linguagem simples, coesão e adequação ao público-alvo. • Empregar vocabulário técnico e estruturas sintático-gramaticais do campo público para descrever dados, comparar alternativas e justificar decisões.			
Referências básicas			
ABSY, Conceição A. et al. Leitura em língua inglesa: uma abordagem instrumental. 2 ed. São Paulo: Disal, 2005. CANO, Marcio Rogerio de O. Inglês. São Paulo: Editora Blucher, 2016. MARQUES, Amadeu. Dicionário inglês-português, português-inglês. 3. ed. São Paulo: Ática, 2011. SILVA, Dayse C F.; DAIJO, Julice; PARAGUASSU, Liana. Fundamentos de inglês. Porto Alegre: SAGAH, 2018.			
Referências complementares			
GALLO, Lígia Razerra. Inglês instrumental para informática: módulo I. 3. ed. São Paulo: Ícone, 2014. HAINZENREDER, Larissa S.; PAIL, Daisy B.; JR., Lucas S S.; et al. Semântica do inglês. Porto Alegre: SAGAH, 2018. MARTINEZ, Ron. Como Escrever Tudo em Inglês. Rio de Janeiro: Editora Alta Books, 2018.			

PLANO DA DISCIPLINA			
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública		
Disciplina	Empreendedorismo Governamental	Código	EG
Carga horária semestral	40	Carga horária semanal	2
Ementa			
Fundamentos do empreendedorismo na Administração Pública: definição e origem. Empreendedorismo privado X público. Gestão Empreendedora: análise de cenário. Identificação de oportunidades. Perfil e comportamento empreendedor: síndromes, mitos, características, comportamento apreendido, intraempreendedor e empreendedor estratégico. O empreendedor na área pública. O Papel do Estado para fomentar a ação empreendedora. Valor público e teoria da mudança. Empreendedorismo Social. Conceito de inovação. Políticas públicas para inovação. Ferramentas Gerenciais nas organizações públicas. Estudo de casos de empreendedorismo no setor público.			
Objetivo			
Geral: Criar estratégias empreendedoras e inovadoras para solucionar problemas e oportunizar soluções para uma gestão pública inovadora. Específicos: • Analisar características empreendedoras; • Mapear ideias empreendedoras e inovadoras; • Aplicar competências empreendedoras e inovadoras em situações problemas das organizações públicas.			
Referências básicas			
LEMES JÚNIOR, Antônio Barbosa; PISA, Beatriz Jackiu. Administrando micro e pequenas empresas: empreendedorismo & gestão. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2019. MAZZUCATO, Mariana. O estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014. SILVA, Ricardo S.; LESSA, Bruno S.; FERREIRA, Adriana G.; et al. Empreendedorismo social. Porto Alegre: SAGAH, 2019.			
Referências complementares			
BESSANT, John; TIDD, Joe. Inovação e empreendedorismo. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2019. DORNELAS, José. Dicas essenciais de empreendedorismo. São Paulo: Empreende, 2020. DORNELAS, José. Empreendedorismo na prática. 4. ed. São Paulo: Empreende, 2020. EMMENDOERFER, Magnus Luiz. Inovação e empreendedorismo no setor público. Brasília, DF: Enap, 2019. MAÇÃES, Manuel Alberto R. Empreendedorismo, Inovação e Mudança Organizacional. Vol III. São Paulo: Almedina Brasil, 2017. NAJBERG, Estela; TETE, Marcelo F.; BORGES, Marcos M.; et al. Empreendedorismo Sustentável. 1 ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2014. VARGAS, Vinícius B. Inovação no setor público. Porto Alegre: SAGAH, 2018.			

PLANO DA DISCIPLINA			
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública		
Disciplina	Multiculturalismo e Direitos Humanos	Código	MDH
Carga horária semestral	40	Carga horária semanal	2
Ementa			
Identidade, diferença e diversidade sociocultural. Aspectos culturais e educação afrodescendente. Afro-descendentes no Brasil: história, movimentos sociais. Cidadania e políticas de ação afirmativa. A lei 10.639 e o ensino de história e cultura afro-brasileira. Comércio de escravos para o Brasil e as sociedades africanas com ele envolvidas. Os africanos e os afrodescendentes no Brasil colonial, independente e contemporâneo. Manifestações culturais afrobrasileiras. Crítica ao mito da democracia racial e implantação de políticas afirmativas relacionadas às relações inter-étnicas. A cultura indígena no Brasil: aspectos culturais e educação indígena. Evolução dos Direitos Humanos. Fundamentos dos Direitos Humanos. Direitos Humanos, igualdade, diversidade e responsabilidade. Direitos Humanos e minorias. Gênero e patriarcado. Movimentos LGBTQI+, teoria queer, identidade de gênero e orientação sexual. Movimento negro e feminismo negro. Diversidade religiosa. Etnia, xenofobia, refugiados e expatriados. Estudo de questões fundamentais e problemáticas da sociedade brasileira contemporânea: cidadania, igualdade, desempenho.			
Objetivos			
Geral: Analisar marcos, conceitos e práticas de Multiculturalismo e Direitos Humanos para orientar políticas e serviços públicos equitativos, acessíveis e socialmente referenciados. Específicos: • Mapear marcos constitucionais e internacionais de Direitos Humanos aplicáveis à gestão pública. • Examinar desigualdades e violências estruturais sob abordagens de interseccionalidade e multiculturalismo. • Analisar políticas e ações afirmativas voltadas a grupos historicamente vulnerabilizados. • Avaliar resultados e impactos de políticas de promoção da igualdade e de enfrentamento à discriminação.			
Referências básicas			
ALBUQUERQUE, Antonio Armando Ulian Lago. Multiculturalismo e direito à autodeterminação dos povos indígenas. 1. ed. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2008. BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. (Coleção Cultura Negra e Identidades). São Paulo: Autêntica Editora, 2018. CORRÊA, Laura G. Vozes Negras em Comunicação Mídia, racismos, resistências. São Paulo: Autêntica Editora, 2019. PAVINATTO, Tiago. Tratado de Proteção da Diversidade: Sexualidade, Gênero e Direito. São Paulo: Almedina, 2023.			
Referências complementares			

CAMPOS, Luiz A. **O impacto das cotas**. São Paulo: Autêntica Editora, 2025.

CARVALHO, Rayann K Nassahud de. **Colonialidade, decolonialidade e transmodernidade: para um direito situado na periferia**. Belo Horizonte - MG: Dialética Editora, 2021.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Uma reflexão sobre práticas e discursos decolonizadores**. 1 ed. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

hooks, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

KRENAK, AILTON. **Ideias Para adiar o fim do mundo**. São Paulo, Companhia das Letras, 2019.

MATTOS, Regiane Augusto de. **História e cultura afro-brasileira**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

MIRANDA, Shirley Aparecida de. **Diversidade e ações afirmativas: combatendo as desigualdades sociais**. São Paulo: Autêntica Editora, 2010.

MONDAINI, Marco. **Direitos Humanos**. São Paulo: Edições 70, 2020.

QUINALHA, Renan. **Movimento LGBTI+**: uma breve história do século XIX aos nossos dias. (Coleção ensaios). São Paulo: Autêntica Editora, 2022.

PLANO DA DISCIPLINA			
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública		
Disciplina	Língua Brasileira de Sinais	Código	LIBRAS
Carga horária semestral	40	Carga horária semanal	2
Ementa			
Aspectos socioculturais, históricos, clínicos, antropológicos e educacionais relacionados à surdez; comunicação em Libras em nível A1: expressões familiares do dia a dia, frases básicas para satisfazer necessidades concretas; apresentar-se e responder a perguntas sobre si mesmo; interações simples.			
Objetivos			
Geral: Criar diálogos em nível A1 e analisar os aspectos sociais, linguísticos e culturais relacionados à comunidade surda. Específicos: • Comunicar-se em Libras em nível A1. • Comparar os diversos aspectos linguísticos entre a Libras e o português. • Analisar os diversos aspectos culturais entre surdos e ouvintes.			
Referências básicas			
QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004. HONORA, Márcia et al. Livro ilustrado de língua brasileira de sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez, vol1. São Paulo: Ciranda Cultural, 2008. MOURA, Cecília; BEGROW, Desirée De Vit. Libras e surdos: políticas, linguagem e inclusão.			

São Paulo: Contexto, 2024.

SILVA, Ronice Müller de Quadros, Rodrigo Nogueira Machado, Jair Barbosa da. **Introdução ao estudo da Libras**. São Paulo: Editora Contexto, 2025.

Referências complementares

BRANDAO, Flavia. **Dicionário ilustrado de Libras: Língua de Sinais Brasileira**. São Paulo: Global, 2011.

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. **Enciclopédia da língua de sinais brasileira: o mundo do surdo em libras: volume 1: Educação**. São Paulo: EdUSP, 2016.

FIGUEIRA, Alexandre dos S. **Material de apoio para o aprendizado de Libras**. São Paulo: Phorte, 2011.

GESSER, Audrei. **Libras: que língua é essa?** São Paulo: Parábola, 2011.

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. **Livro ilustrado de língua brasileira de sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez, vol 2**. São Paulo: Ciranda Cultural, c2010.

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. **Livro ilustrado de língua brasileira de sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez, vol 3**. São Paulo, SP: Ciranda Cultural, 2011.

MORAIS, Carlos E L.; PLINSKI, Rejane R K.; MARTINS, Gabriel P. T C.; et al. **Libras**. 2. ed. Porto Alegre: SAGAH, 2019.

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha; *et al.* **Libras: conhecimento além dos sinais**. 1. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

PLANO DA DISCIPLINA			
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública		
Disciplina	Economia Brasileira	Código	EB
Carga horária semestral	40	Carga horária semanal	2
Ementa			
Formação, estrutura e dinâmica da economia brasileira, aspectos históricos. Papel do Estado na promoção do crescimento, na redução das desigualdades regionais e sociais. Desafios contemporâneos, como inovação, produtividade e inserção internacional.			
Objetivos			
Geral: Analisar a trajetória e os desafios da economia brasileira, relacionando as políticas econômicas e sociais ao papel da gestão pública no desenvolvimento nacional. Específicos: • Analisar a formação e as transformações da economia brasileira. • Explicar o papel do Estado e das políticas econômicas na promoção da estabilidade e do crescimento. • Examinar as desigualdades regionais e sociais. • Discutir os desafios contemporâneos de inovação, produtividade e inserção internacional e suas relações com a gestão pública e o planejamento econômico.			

Referências básicas
FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 34. ed. atual. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. GREMAUD, Amaury P.; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; JR., Rudinei T.; NARUHIKO, Sérgio. Economia Brasileira Contemporânea. 9. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2024. KON, Anita; BORELLI, Elizabeth. Aportes ao Desenvolvimento da Economia Brasileira. São Paulo: Editora Blucher, 2015. SOUZA, Ana C. Machado de; BAUER, Caroline S.; MILCHESKI, Alana; et al. Formação social, econômica e política do Brasil. Porto Alegre: SAGAH, 2021.
Referências complementares
ARAÚJO, Eliane; PERES, Samuel Costa; ARAÚJO, Elisangela Luzia. Desindustrialização e heterogeneidade subsetorial: padrões internacionais e desafios para a economia brasileira. Revista de Economia Contemporânea, v. 27, p. e232720, 2023. GIAMBIAGI, Fabio. Economia Brasileira Contemporânea. 3. ed. Rio de Janeiro: GEN Atlas, 2016. LIMA NETO, Otavio et al. Impacto da pandemia na economia brasileira. Revista Gestão em Foco. Amparo, ed, v. 14, p. 199-205, 2022. MARIANO, Jefferson. Introdução à Economia Brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2012. MARQUETTI, Adalmir et al. Uma interpretação da economia brasileira a partir da taxa de lucro: 1950-2020. Brazilian Journal of Political Economy, v. 43, n. 2, p. 309-334, 2023. NEVES, Renato Baumann; BAUMANN, Renato; GONÇALVES, Reinaldo. Economia internacional: teoria e experiência brasileira. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. KON, Anita. Economia brasileira em debate: subsídios ao desenvolvimento. São Paulo: Editora Blücher, 2019.

PLANO DA DISCIPLINA			
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública		
Disciplina	Qualidade de Vida do Trabalhador Público	Código	QVTP
Carga horária semestral	40	Carga horária semanal	2
Ementa			
Evolução e reforma das Normas Regulamentadoras, destacando seus impactos no serviço público. Estudo das principais doenças ocupacionais e suas implicações para a saúde do servidor. Ergonomia e condições de trabalho. Políticas de saúde e segurança do trabalhador na Administração Pública. Estratégias de prevenção, promoção e vigilância em saúde. Estresse ocupacional, assédio moral e fatores psicossociais relacionados ao ambiente de trabalho. Gestão da qualidade de vida no serviço público e práticas de valorização do servidor. Construção de ambientes laborais seguros, inclusivos e saudáveis, em consonância com as demandas contemporâneas de gestão pública.			

Objetivos			
Geral: Analisar a importância das Normas Regulamentadoras e o impacto das doenças ocupacionais na saúde e na qualidade de vida do trabalhador público, promovendo reflexões e práticas voltadas à prevenção, promoção da saúde e valorização do servidor. Específicos: • Identificar as principais Normas Regulamentadoras aplicáveis ao setor público e suas recentes reformas. • Relacionar os fatores de risco e as principais doenças ocupacionais que acometem trabalhadores públicos, relacionando-os às condições laborais. • Propor estratégias de prevenção e promoção da saúde no ambiente de trabalho, fundamentadas nas Normas Regulamentadoras e nas políticas públicas de saúde do trabalhador.			
Referências básicas			
BRASIL. Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho. Portaria SEPRT/ME n.º 6.730, de 9 de março de 2020. Disponível em: https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/seguranca-e-saude-no-trabalho/ctpp-nrs/normas-regulamentadoras-nrs. BRUSIQUESE, Romildo G. Análise ergonômica do trabalho na prática. São Paulo: Blucher, 2024. GONÇALVES, Danielle Carvalho; GONÇALVES, Isabelle Carvalho; GONÇALVES, Edwar Abreu. Manual de Segurança e Saúde no Trabalho. 6. ed. São Paulo: 2015. SANTOS, Sérgio V M.; GALLEGUILLOS, Pamela E A.; TRAJANO, Josiana D S. Saúde do trabalhador. Porto Alegre: SAGAH, 2019.			
Referências complementares			
BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_saude_trabalhador_livro1.pdf. COUTO, Hudson de Araújo. Ergonomia aplicada ao trabalho: o manual técnico da máquina humana. Belo Horizonte: Ergo, 2021. FISCHER, Frida Marina; LACAZ, Francisco A. C. Trabalho, saúde e modos de vida: diálogos interdisciplinares. São Paulo: Editora Fiocruz, 2019. IIDA, Itiro; GUIMARÃES, Lia B. de M. Ergonomia: projeto e produção. 3. ed. São Paulo: Blucher, 2016. SELIGMANN-SILVA, Edith. Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo. São Paulo: Cortez, 2011. SANTOS, Ana Lúcia Padrão. Educação Física, Saúde e Qualidade de Vida, Guia de Estudo: Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.			

PLANO DA DISCIPLINA			
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública		
Disciplina	Qualidade do Atendimento no Serviço Público	Código	QASP

Carga horária semestral	40	Carga horária semanal	2
Ementa			
Estudo dos princípios e práticas voltados à qualidade do atendimento no setor público, considerando o cidadão como centro da prestação de serviços. Abordagem dos aspectos conceituais do atendimento e das forças que influenciam o comportamento do usuário, incluindo necessidades, hábitos, motivações e contextos socioculturais. Análise das estratégias para excelência e humanização do atendimento, comunicação eficaz, empatia, ética e postura profissional. Discussão sobre diversidade, identidade e diferença nos espaços públicos, com ênfase em temas como racismo, discriminação, intolerância e preconceito. Reflexão sobre a importância do multiculturalismo, da acessibilidade e da inovação nos processos de atendimento ao cidadão em um contexto de modernização e transformação digital da gestão pública. Acessibilidade e inclusão: atendimento prioritário e adaptado a pessoas com deficiência, TEA e TDAH. Uso de tecnologias digitais e ferramentas de governo eletrônico como instrumentos de melhoria da experiência do cidadão. A ouvidoria como instrumento para a efetividade da ação pública e a promoção da cidadania.			
Objetivos			
Geral: Aplicar os princípios, valores e práticas que promovem a qualidade e a humanização do atendimento no serviço público, valorizando o cidadão como centro da gestão, a ética no relacionamento interpessoal, a diversidade e o uso de inovações para a melhoria contínua dos serviços públicos. Específicos: • Analisar os conceitos fundamentais de atendimento ao público, diferenciando as noções de cliente, usuário e cidadão no contexto da gestão pública. • Identificar os fatores que influenciam o comportamento do usuário dos serviços públicos, considerando aspectos culturais, sociais e psicológicos. • Utilizar em situações problemas competências de comunicação, empatia, postura ética e apresentação profissional voltadas à excelência no atendimento ao cidadão. • Analisar criticamente as questões de racismo, discriminação, intolerância, preconceito, estereótipos e identidade, promovendo a inclusão e o respeito à diversidade nos espaços públicos. • Explorar práticas inovadoras e ferramentas digitais aplicáveis ao atendimento público, destacando a importância da transformação digital e da experiência do cidadão na gestão pública contemporânea.			
Referências básicas			
ANUNCIAÇÃO, Heverton. Atendimento ao Cliente: Profissionais que Revolucionaram o Campo da Experiência do Cliente. Rio de Janeiro: Alta Books, 2021. DANTAS, Edmundo Brandão. Atendimento ao público nas organizações: quando o marketing de serviços mostra a cara. Editora Senac Distrito Federal, 2018. TANI, Zuleica Ramos. Atendimento ao público. São Paulo: Érica, 2018.			
Referências complementares			
HIPOLITO, Artur J. Competindo Pelo Cliente. São Paulo: Eko, 2005. LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Marketing de Serviços. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012. LARA, R. D.; GOSLING, M. DE S. Um modelo de gestão do relacionamento entre os cidadãos e a administração pública. REAd. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre), v. 22, n. 2, p. 333–362, maio 2016. ROSSI, Jéssica de Cássia; [et al.]. Marketing de relacionamento. Porto Alegre: SAGAH, 2022.			

SOUZA, Lady. D. P.; SOUZA, Jonimar S.; DALMOLÍNI, Angela. M.; DE SÁ, Franciane B. Painei “Resolveu?” uma ferramenta digital de transparência e monitoramento das ouvidorias públicas. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 15, n. 1, p. 403–426, 2024.

PLANO DA DISCIPLINA			
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública		
Disciplina	Marketing no Serviço Público	Código	MSP
Carga horária semestral	40	Carga horária semanal	2
Ementa			
Conceitos fundamentais de marketing. Composto de marketing aplicado ao setor público. Ferramentas de Marketing. Análise do ambiente de marketing. O consumidor de serviços públicos. Tipos de marketing relacionados ao setor público: marketing institucional, marketing de serviços, marketing social, marketing territorial (ou de cidades). O marketing e os desafios ambientais. Relação entre marketing público, político, eleitoral e governamental. Princípios da comunicação pública. A ética no marketing e na comunicação pública. Gerenciamento do processo de marketing: informações e feedback. Tendências do marketing contemporâneo. Planejamento de marketing no setor público.			
Objetivos			
Geral: Aplicar conceitos de marketing e suas ferramentas no contexto do serviço público. Específicos: • Definir marketing; • Descrever o composto de marketing tradicional (4 Ps) e os 8 Ps do marketing de serviços; • Reconhecer os tipos de marketing relacionados ao setor público; • Praticar a análise de macro e microambiente e análise SWOT; • Identificar as boas práticas na comunicação com o usuário de serviços públicos; • Desenvolver um plano de marketing relacionado ao setor público.			
Referências básicas			
COBRA, Marcos. Marketing de Serviços. Rio de Janeiro: Atlas, 2020. KOTLER, Philip. Administração de Marketing. 15. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2019. LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Marketing de Serviços. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012. VELHO, Adriana G.; GUAZZELLI, Arianne; LARA, Caroline; et al. Marketing público. Porto Alegre: SAGAH, 2018.			
Referências complementares			
KOTLER, Philip; LEE, Nancy. Marketing contra a pobreza: as ferramentas da mudança social para formuladores de políticas, empreendedores, ONGs, empresas e governos. Porto Alegre: Bookman, 2010. GABRIEL, Martha; KISO, Rafael. Marketing Na Era Digital - Conceitos, Plataformas e			

Estratégias. 3. ed. Rio de Janeiro: GEN Atlas, 2025.
 FROEMMING, Lurdes M S. **Marketing público**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009.
 KOTLER, P & LEE, N. **Marketing no setor público**: um guia para um desempenho mais eficaz. Porto Alegre: Bookman, 2008.
 POLIZEI, Eder. **Plano de Marketing**. 2. ed. Porto Alegre: Cengage Learning Brasil, 2013.

PLANO DA DISCIPLINA			
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública		
Disciplina	Informática Aplicada	Código	INFA
Carga horária semestral	40	Carga horária semana	2
Ementa			
Aspectos introdutórios de sistemas computacionais, sistemas operacionais e internet. Softwares para escritório. Utilização de Editores de Texto. Utilização de Planilhas Eletrônicas. Introdução ao processamento de dados. Introdução à programação. Fundamentos de algoritmos e sua representação. Ambiente de rede e Internet: conceitos; browsers; protocolos e serviços; sites de busca. Segurança para Internet. Inteligência artificial. Legislação em informática. Cidadania digital. Ética digital. Ergonomia. O uso das Tecnologias de Informação e comunicação (TICs) na Gestão Pública. Banco de dados. Uso dos recursos da informática na elaboração e apresentação de trabalhos e relatórios organizacionais. Aspectos de Segurança.			
Objetivos			
Geral: Aplicar conceitos e ferramentas de Tecnologia da Informação para produzir, analisar e comunicar informações que qualifiquem processos e decisões no setor público, com segurança e usabilidade. Específicos: • Definir Sistemas de Informação, enfatizando a importância potencial e estratégica da informação no contexto da gestão pública. • Produzir documentos, planilhas e apresentações profissionais, integrando fórmulas, referências, gráficos e modelos de relatório. • Modelar e consultar dados (incluindo dados abertos governamentais) e construir visualizações/ dashboards para apoio à decisão. • Utilizar recursos do governo digital com foco em experiência do usuário e acessibilidade. • Reconhecer a importância da ética e da cidadania no mundo digital.			
Referências básicas			
MARÇULA, Marcelo; BENINI FILHO, Pio Armando. Informática: conceitos e aplicações. 4. ed. São Paulo: Érica, 2013. MEIRELLES, Fernando de Souza. Informática: novas aplicações com microcomputadores. 2. ed. reform. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2004. REZENDE, Denis Alcides. Planejamento de sistemas de informação e informática: guia prático para planejar a tecnologia da informação integrada ao planejamento estratégico das organizações. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011.			

VELLOSO, Fernando de C. **Informática: Conceitos Básicos**. 11. ed. Rio de Janeiro: GEN LTC, 2022.

Referências complementares

CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. **Introdução à informática**. 8. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

COX, Joyce; LAMBERT, Joan. **Microsoft office word 2010**. Porto Alegre: Bookman, 2012.

MENEZES, Nilo Ney Coutinho. **Introdução à programação com Python: algoritmos e lógica de programação para iniciantes**. 3. ed. rev. São Paulo: Novatec, 2019.

MUNHOZ, Antonio S. **Informática aplicada à gestão da Educação**. Porto Alegre: Cengage Learning Brasil, 2016.

NORTON, Peter; RATTO, Maria C. Santos Ribeiro. **Introdução à informática**. São Paulo: Pearson Makron Books, 1996.

ROSINI, Alessandro M.; PALMISANO, Angelo. **Administração de Sistemas de Informação**. 2. ed. Porto Alegre: Cengage Learning Brasil, 2013.

PLANO DA DISCIPLINA			
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública		
Disciplina	Inclusão Social e Digital	Código	ISD
Carga horária semestral	40	Carga horária semanal	2
Ementa			
Fundamentos teórico-metodológicos da inclusão social e digital. Desigualdades digitais (acesso, uso, competências e resultados) e seus determinantes territoriais, socioeconômicos, étnico-raciais e de gênero. Cibercultura e redes sociais: participação, engajamento cívico e riscos (desinformação, discurso de ódio). Políticas Públicas de Inclusão Sociodigital. Políticas e práticas voltadas para a democratização do acesso e do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Acessibilidade digital e tecnologias assistivas. Inclusão Digital e Acessibilidade, das tecnologias assistivas e do letramento digital como instrumentos para a defesa de direitos e o exercício pleno da cidadania, combatendo a desigualdade social. Governo digital. Governo Aberto e transparência. LGPD e ética. Uso responsável de IA. Planejamento, monitoramento e indicadores de inclusão; elaboração de soluções públicas inclusivas.			
Objetivos			
Geral: Analisar, planejar e implementar estratégias públicas de inclusão social e digital que promovam acessibilidade, equidade e participação cidadã em serviços e políticas governamentais. Específicos: • Explicar a complexidade da inclusão social e digital e sua relevância para a sociedade. • Identificar as causas e consequências da exclusão digital e social. • Analisar criticamente as políticas públicas e as ações que visam à inclusão digital. • Discutir com postura crítica e participativa temas de cidadania digital e à inclusão em ambientes virtuais.			

Referências básicas
BIANCHETTI, Lucídio; FREIRE, Ida Mara. Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania. 12. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012. LÉVY, Pierre; COSTA, Carlos Irineu da. Cibercultura. 3. ed. São Paulo: Ed. 34, 2010. PACHECO, José; EGGERTSDÓTTIR, Rósa; MARINÓSSON, Gretar L. Caminhos para a inclusão. Porto Alegre: ArtMed, 2007.
Referências complementares
ABREU, Cristiano N.; EISENSTEIN, Evelyn; ESTEFENON, Susana G B. Vivendo esse mundo digital. Porto Alegre: ArtMed, 2013. CIRINO, Giovanni. A inclusão Social na área Educacional. Porto Alegre: Cengage Learning Brasil, 2015. DINIZ, Margareth. Inclusão de pessoas com deficiência e/ou necessidades específicas - Avanços e desafios. São Paulo: Autêntica Editora, 2012. FREIRE, Emerson; BATISTA, Sueli Soares dos Santos. Sociedade e tecnologia na era digital. São Paulo: Érica, 2014. MOLLICA, Maria C. Fala, letramento e inclusão social. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

PLANO DA DISCIPLINA			
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública		
Disciplina	Saúde Pública e Políticas de Atenção Básica	Código	SSPAB
Carga horária semestral	40	Carga horária semanal	2
Ementa			
Estudo das políticas públicas de saúde no Brasil, com ênfase no Sistema Único de Saúde (SUS) e nas diretrizes da Atenção Primária à Saúde. Estrutura organizacional e operacional das redes de atenção, vigilância em saúde, controle epidemiológico e programas estratégicos. O papel do gestor público na coordenação de ações intersetoriais e no fortalecimento da saúde comunitária.			
Objetivos			
Geral: Aplicar conceitos, princípios, diretrizes e instrumentos de gestão da saúde pública brasileira, analisando políticas e práticas voltadas à promoção da saúde e à prevenção de doenças. Específicos: • Descrever os princípios, diretrizes e estruturas organizacionais do Sistema Único de Saúde (SUS), reconhecendo sua relevância para a gestão pública. • Analisar as políticas públicas de saúde e os determinantes sociais que influenciam o processo saúde-doença nas comunidades. • Aplicar conceitos e instrumentos da atenção básica na elaboração de propostas de ações integradas entre diferentes setores da administração pública.			

Referências básicas			
BARROS, Sônia; CAMPOS, Paulo Fernando de S.; FERNANDES, João José S. Atenção à saúde de populações vulneráveis. Barueri: Manole, 2014. BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica (PNAB). Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html. FREIRE, Caroline; ARAÚJO, Débora Peixoto de. Política Nacional de Saúde - Contextualização, Programas e Estratégias Públicas Sociais. Rio de Janeiro: Érica, 2015. PAIM, Jairnilson S.; ALMEIDA-FILHO, Naomar de. Saúde Coletiva: Teoria e Prática. 2. ed. Rio de Janeiro: MedBook Editora, 2022. SOUZA, Eduardo N C.; ELIAS, Elayne A.; BECKER, Bruna; et al. Gestão da qualidade em serviços de saúde. Porto Alegre: SAGAH, 2019.			
Referências complementares			
BRASIL. Ipea. ODS: Saúde e Bem-Estar: Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/ods/ods3.html. BRASIL. Ministério da Saúde. Sistema Único de Saúde – SUS. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/sus. BUSS, Paulo Marchiori; PELLEGRINI FILHO, Alberto. A saúde e seus determinantes sociais. Physis: revista de saúde coletiva, v. 17, p. 77-93, 2007. HARZHEIM, Erno. “Previne Brasil”: bases da reforma da Atenção Primária à Saúde. Ciência & Saúde Coletiva, v. 25, p. 1189-1196, 2020. Disponível em: https://www.scielo.org/article/csc/2020.v25n4/1189-1196/. MENDES, Eugênio Vilaça. As redes de atenção à saúde. Ciência & Saúde Coletiva, v. 15, p. 2297-2305, 2010. Disponível em: https://www.scielo.org/pdf/csc/2010.v15n5/2297-2305/pt. SILVA JÚNIOR, José Gadelha. FIOCRUZ Rondônia: histórias de vida dedicadas à Ciência na Amazônia. SILVA JÚNIOR, José Gadelha. Curitiba - PR: CRV, 2022. SOLHA, Raphaela Karla de T. Sistema Único de Saúde - Componentes, Diretrizes e Políticas Públicas. Rio de Janeiro: Érica, 2014. PEREIRA, Vandbergue Santos; DA SILVA, Bruno Nascimento. Saúde Pública: princípios e práticas. Editora Integrar, 2023.			

PLANO DA DISCIPLINA			
Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública		
Disciplina	Planejamento e Gestão em Serviços de Saúde	Código	PGSS
Carga horária semestral	40	Carga horária semanal	2
Ementa			
Planejamento estratégico e operacional em unidades e programas de saúde. Modelos de gestão e avaliação de serviços, indicadores de desempenho e qualidade assistencial. Gestão de recursos humanos, materiais e financeiros no contexto da saúde pública. Integração entre gestão pública e gestão em saúde.			

Objetivos
Geral: Aplicar ferramentas de gestão do setor público de acordo com os princípios do SUS, para planejar, coordenar e avaliar serviços e programas de saúde Específicos: • Identificar os principais modelos e ferramentas de planejamento e gestão aplicáveis aos serviços públicos de saúde. • Avaliar indicadores de desempenho e qualidade assistencial, interpretando dados para subsidiar decisões gerenciais. • Elaborar planos estratégicos e operacionais voltados à melhoria da eficiência e da qualidade dos serviços de saúde, considerando recursos humanos, materiais e financeiros.
Referências básicas
BRASIL. Decreto n. 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta as disposições para a organização do Sistema Único de Saúde — SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7508.htm. BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de planejamento no SUS. 1. ed., rev. Brasília: Ministério da Saúde; Fundação Oswaldo Cruz, 2016. 138 p. (Série Articulação Interfederativa, v. 4). Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/articulacao_interfederativa_v4_manual_planejamento_atual.pdf. JULIÃO, Gésica G.; CARDOSO, Karen; ARCARI, Janete M. Gestão de serviços de saúde. Porto Alegre: SAGAH, 2020. RIVERA, Francisco Javier Uribe; ARTMANN, Elizabeth. Planejamento e gestão em saúde: conceitos, história e propostas. SciELO-Editora FIOCRUZ, 2012. TAJRA, Sanmya F. Planejamento e Informação - Métodos e Modelos Organizacionais para Saúde Pública. Rio de Janeiro: Érica, 2014.
Referências complementares
BRASIL. Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990. Lei Orgânica da Saúde. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. BRASIL. Ministério da Saúde. Gestão do SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/gestao-do-sus. KUAZAQUI, Edmir; TANAKA, Luiz Carlos T. Marketing e gestão estratégica de serviços em saúde. Porto Alegre: +A Educação - Cengage Learning Brasil, 2007. LOPES, Christiano Braga de C.; SILVA, Carlos Gustavo Lopes da; ALVES, Jacson C.; et al. Gestão da Cadeia de Suprimentos em Saúde. Porto Alegre: SAGAH, 2021. SOLHA, Raphaela Karla de T. Sistema Único de Saúde - Componentes, Diretrizes e Políticas Públicas. Rio de Janeiro: Érica, 2014. SOUZA, Eduardo N C.; ELIAS, Elayne A.; BECKER, Bruna; et al. Gestão da qualidade em serviços de saúde. Porto Alegre: SAGAH, 2019. SOUZA, Mariluce Karla Bomfim de (org.). Planejamento e gestão em saúde: caminhos para o fortalecimento das hemorredes. Salvador: EDUFBA, 2018. VIANA, Dirce L. Gestão de Sistema e Serviços de Saúde. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.

PLANO DA DISCIPLINA					
Curso		Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública			
Disciplina		Gestão Tributária		Código	GT
Carga horária semestral	40	Carga horária semanal	2		
Ementa					
O Estado e o poder de tributar. Sistema Tributário Nacional. Planejamento Tributário. Capacidade Contributiva. Obrigação Tributária. Crédito Tributário. Espécies de tributos. Sanções tributárias. Competência tributária. Imunidades tributárias. Limitações ao Poder de tributar. Incentivos fiscais regionais e setoriais. Governança Tributária. Repartição de competências: bitributação e limitações ao Poder de tributar. Administração tributária. Execução fiscal. Relação dos tributos com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Repartição das receitas tributárias.					
Objetivos					
Geral: Aplicar os conhecimentos do sistema tributário de acordo com o ordenamento jurídico brasileiro.					
Específicos:					
• Descrever conceitos básicos usados na gestão tributária; • Explicar a importância do fenômeno tributário; • Aplicar, em situações problemas, os conhecimentos da realidade fiscal brasileira, sob o ponto de vista da gestão pública; • Conferir aplicação e utilidade das informações tributárias.					
Referências básicas					
CHAVES, Francisco Coutinho. Planejamento tributário na prática: gestão tributária aplicada . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.					
SILVA, Fabio Pereira da; PINTO, Alexandre E.; PITMAN, Arthur. Manual de Gestão Tributária: Teoria e Prática . Rio de Janeiro: Atlas, 2023.					
PADOVEZE, Clóvis L.; BERTASSI, André L.; CILLO, André R.; et al. Contabilidade e gestão tributária: Teoria, prática e ensino . Porto Alegre: Cengage Learning Brasil, 2017.					
Referências complementares					
BERTOLUCCI, Aldo V. Quanto custa pagar tributos . Rio de Janeiro: Atlas, 2003.					
BRAZUNA, José Luis R. Direito Tributário Aplicado . 2. ed. São Paulo: Almedina Brasil, 2021.					
CARNEIRO, Claudio. Impostos Federais, Estaduais E Municipais . 7. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2019.					
SCHOUERI, Luís E. Direito tributário . 12. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023.					